

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RAFAEL SANTOS DA LUZ MONTEIRO

TERRITÓRIOS NO ESPAÇO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NAS PRAIAS DE
VITÓRIA E VILA VELHA - ES

VITÓRIA-ES
2016

RAFAEL SANTOS DA LUZ MONTEIRO

TERRITÓRIOS NO ESPAÇO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NAS PRAIAS DE
VITÓRIA E VILA VELHA - ES

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia do Centro de Ciências
Humanas e Naturais da Universidade
Federal do Espírito Santo, como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Luís Carlos Tosta dos Reis.

VITÓRIA-ES
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Monteiro, Rafael Santos da Luz, 1983-
M775t Territórios no espaço público : um estudo de caso nas praias de Vitória e Vila Velha-ES / Rafael Santos da Luz Monteiro. – 2016.

154 f. : il.

Orientador: Luís Carlos Tosta dos Reis.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Territorialidade humana. 2. Espaços públicos. 3. Praias. 4. Urbanização. 5. Segregação. I. Reis, Luís Carlos Tosta dos. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

*Dedico esse trabalho ao meu
filho Arthur.*

*Não, meu coração não é maior que o mundo.
É muito menor.
Nele não cabem nem as minhas dores.
Por isso gosto tanto de me contar.
Por isso me dispo,
por isso me grito,
por isso frequento os jornais, me exponho cruamente nas livrarias:
preciso de todos.*

*Sim, meu coração é muito pequeno.
Só agora vejo que nele não cabem os homens.
Os homens estão cá fora, estão na rua.
A rua é enorme. Maior, muito maior do que eu esperava.
Mas também a rua não cabe todos os homens.
A rua é menor que o mundo.
O mundo é grande.*

...

Mundo Grande
Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a CAPES pelo fomento ao estudo e prover oportunidade de mudança para tanta gente.

Agradeço à SEDU por conceder a liberação para minha capacitação, ela foi realizada da maneira mais proveitosa possível.

Agradeço ao PPGG por ser um programa que combina seriedade com as relações de solidariedade que somente são possíveis através de real calor humano.

Agradeço ao meu professor e orientador Luís Carlos Tosta dos Reis, uma pessoa com quem ainda preciso aprender e conversar mais. Obrigado por ter me aceitado como aluno especial (lá em 2013) e como orientando, obrigado por ter sido tão cordial e cuidadoso, mesmo quando não precisava. Agradeço para sempre por ter me mostrado assuntos profundos e me promovido amadurecimento.

Agradeço aos professores Cláudio Zanotelli, Aurélia Castiglioni, Carlos Teixeira, Ana Lucy, Gisele Girardi, Antônio Carlos Queiroz, Celeste Ciccarone, Paulo Cesar Scarim e Maria Inês Faé, por terem mostrado caminhos e diálogos, entradas e saídas, darem o princípio da dúvida e serem grandes exemplos para todos nós.

Agradeço a Izadora e Luciana, que tem muito para ensinar, são anjos nas nossas vidas e deixam melhor o dia de qualquer pessoa com 5 minutos de conversa.

Agradeço aos meus pais, José Luiz e Flor, por serem pessoas autênticas e por mostrarem que o amor está acima de tudo.

Agradeço encarecidamente a minha família de Cariacica e a minha família de Pedra Azul.

Agradeço aos meus amigos de Vila Velha.

Agradeço a minha pedra Rafael Espinoza (grande amigo) pelo compartilhamento de memes, músicas e pensamentos, por discutir sobre a TV que solta cheiro, por saber que o Espírito Santo é infinitamente melhor que o Rio de Janeiro.

Agradeço ao Dilson Caetano, por ser um verdadeiro amigo, por ter me ensinado a nadar e por ser parceiro de atividades físicas e a Flávia por ser amiga fiel, solidária e companheira.

Agradeço especialmente aos meus irmãos loucos Felipe, Lucas e Renato pela nossa falta de protocolo e felicidade proporcionada quando estamos reunidos.

Agradeço aos Tiranizados, cambada de conservadores e defensores dos bons costumes, mas acima de tudo são grandes amigos e bebedores de cerveja (eu fui).

Agradeço a Rose, minha mamacita, amiga e conselheira. Devo muito ao seu apoio.

Agradeço ao pessoal cabeça do Estadual: Bonatti, Lara, Fabianne, Curbani, Bola, Duílio, Elezeare, João, João (diretor) e Pardal (grande coração, um verdadeiro doador de amor).

Agradeço a todos os amigos da Geografia, com quem dividimos as angústias e vitórias: Douglas, Perciano, Mirian, Lucimar, Rafaéis, Filipe, Wesley, Francismar, James, Juan e todos da minha turma.

Agradeço a Selma e Ernandes pelo carinho, amizade e apadrinhamento.

Agradeço a Izabela, por ter sido tão companheira, ter sido sustentação e mobilização de tudo na minha vida (Né, Izabelinha?). Te amo, branquela.

Agradeço aos meus colegas que me apoiaram em tarefas ao longo dessa jornada: Daniel Bulhões (amigão), Diego e Fran.

Agradeço a Rosa, Fabrício e Aldo por serem pessoas incríveis, carinhosas e contraponto nessa sociedade quadrada.

Agradeço ao meu amado filho Arthur, uma relação de amor além do espaço-tempo, que move, comove e mantém-me como uma fortaleza. Meu filho, tudo isso é por você. Eu te amo.

Agradeço ao Steve Ray Vaughan, Blues, Punk, MPB e Pink Floyd.

Agradeço aos seriados, aos livros e filmes, MMA, churrasco e cerveja dentre outros passatempos que aliviaram o peso de certos momentos.

Agradeço a quem me deixou em paz.

Agradeço a quem entende que foi golpe.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o vínculo entre a produção do espaço metropolitano de RMGV e o conteúdo socioterritorial expresso nas praias dos municípios de Vila Velha e Vitória-ES. O esforço analítico diz respeito ao estudo de duas escalas: a praia e da cidade, tais escalas permitem avaliações sobre o cotidiano e o acesso desigual da população em trechos específicos da praia. A frequência ou ocupação da praia não acontece por acaso, portanto, acreditamos que a estratégia territorial, constantemente mediada pela distinção e julgamento social, torna-se uma prática comum neste ambiente, que essencialmente contribui para formar diferentes tipos de territorialidades em toda a praia.

Palavras-chave: Território, Territorialidades, Espaços Públicos, Praia, Urbanização Litorânea e Segregação socioespacial.

ABSTRACT

This study aims to analyze the bond between the production of the metropolitan space of RMGV and socioterritorial content expressed on the beaches of the municipalities of Vila Velha and Vitória-ES. The analytical effort concerns the study of two scales: the beach and the city, such scales allow evaluations about the everyday and the unequal access of parts of the population to some specific parts of the beach. The frequentation or occupation of the beach does not happen accidentally, thus, we believe that territorial strategy, constantly mediated by the distinction and social judgment, becomes a common practice in this environment, which essentially contributes to form different types of territorialities across the beach.

Keywords: Territory, Territorialities, Public Spaces, Beach, Coastal Urbanization and Social-spatial Segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparativo entre épocas e o crescimento da verticalização no balneário de Camburi (ao fundo). Em destaque também a ponte de Camburi.	62
Figura 2 - Crescimento da Mancha Urbana de Vitória – nos anos de 1970, 1978, 1998 e 2013.	63
Figura 3 - Vista Vertical da Área de Estudo	64
Figura 4 - Participação da População Negra e Parda no Total de Habitantes por Bairro de Vitória - 2010.	67
Figura 5 - Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vitória - 2010.	68
Figura 6 - Vitória com informações referentes ao texto.	69
Figura 7 - Malha Viária de Vila Velha e Vitória em 1933-1945 (linhas de bonde e balsa).....	74
Figura 8 - Ilha de Vitória e Arredores - 1968.	75
Figura 9 - Pesquisa de Elizete da Neiva Moreira (2015) trazem considerações análogas quanto aos eixos de expansão de Vila Velha - ES.	75
Figura 10 - Orlas de Vila Velha e Vitória (ao fundo) na década de 1970, registro que demarca a incipiente urbanização nos dois municípios.....	76
Figura 11 - Pontes entre Vila Velha e Vitória.	77
Figura 12 - Início do processo de verticalização durante as obras da Terceira Ponte.	78
Figura 13 - Panorâmica da capital Vitória e porção norte de Vila Velha. Terceira ponte em destaque.....	78
Figura 14 – Adensamento da verticalização em Vila Velha e Vitória (ao fundo).....	79
Figura 15 - Distribuição das Unidades Por Empreendimentos Imobiliários - Sinduscon - ES.	81
Figura 16 - Distribuição dos Empreendimentos Imobiliários - Sinduscon - ES.	82
Figura 17 - - Printscreen do resultado da simulação de financiamento habitacional da Caixa Econômica em 05/04/2016.	83
Figura 18 - – Rendimento Nominal Médio Mensal por bairro de Vila Velha – 2010.....	84
Figura 19 - Mancha Urbana - Área de estudo (1970, 1978, 1998, 2013).....	86
Figura 20 - Concentração da verticalização na orla de Vila Velha.....	87
Figura 21 - Concentração da verticalização na orla de Vitória.	87
Figura 22 - Localização da área de estudos	92
Figura 23 - Setores da área de estudo em Vitória - ES.....	93
Figura 24 - Setores da área de estudo em Vila Velha - ES.	94
Figura 25 - Registros das aplicações na areia das praias de Vitória e Vila Velha.	97
Figura 26 - Praia da Costa: principais pontos de referência.	111

Figura 27 - Praia da Costa no período vespertino, Curva da Sereia (canto direito) até a área em frente ao Quality Hotel (canto esquerdo). Domingo, 13h02min.	113
Figura 28 - Praia da Costa: único ponto de ônibus que dá acesso direto à praia e a concentração dos camelôs no calçadão.	117
Figura 29 - Praia da Costa: Curva da Sereia, domingo, no turno da tarde.	119
Figura 30 - Praia da Costa: Curva da Sereia no início da manhã de sábado, 7h52min, momento que destaca ocupação de característica majoritariamente familiar.	122
Figura 31 - Praia da Costa: Área em frente ao Posto 9. Domingo, às 8h da manhã. Fonte: Rafael Santos da Luz Monteiro.	122
Figura 32 - - Praia da Costa: atividades desenvolvidas pelos frequentadores do turno vespertino. Essa fotografia destaca a zona de espraiamento territorial da Curva da Sereia (maior proximidade ao Hotel Quality – edifício de fachada escura do canto esquerdo). Domingo, 10/01/2016.....	124
Figura 33 – As Principais Territorialidades da Praia da Costa.....	128
Figura 34 - Frequentadores da areia na Curva da Jurema.....	133
Figura 35 - Quiosques Sofisticados e área do Calçadão na Curva da Jurema.....	138
Figura 36 - "Dia do isopor": marmitex e comida trazida de casa é uma prática comum dos frequentadores da areia.....	139
Figura 37 - Escola Náutica, Armazém, ocupação na areia e área de navegação.....	142
Figura 38 – As Principais Territorialidades da Praia da Curva da Jurema.....	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Preço/M² médio dos empreendimentos em Vitória e Vila Velha.	80
Gráfico 2 – Locais de residência dos entrevistados nas praias de Vitória.	98
Gráfico 3 – Locais de residência dos entrevistados nas praias de Vila Velha.	99
Gráfico 4 - Locais de residência dos entrevistados em Camburi - %.....	100
Gráfico 5 - Locais de residência dos entrevistados na Curva da Jurema - %.....	101
Gráfico 6 - Locais de residência dos entrevistados em Itapoã - %	102
Gráfico 7 - Locais de residência dos entrevistados na Praia da Costa - %.....	103
Gráfico 8 - Meio de transporte/locomção mais utilizado no trajeto residência-praia (todas praias).	104
Gráfico 9 - Meios de transporte/locomção dos frequentadores das praias de Vitória e Vila Velha.	105
Gráfico 10 - Escolaridade dos frequentadores por praia.	106
Gráfico 11 - Cor / Etnia - comparação entre as praias de Vitória e Vila Velha – ES.	107
Gráfico 12 - Frequência dos entrevistados segundo calçadão/areia - Praia da Costa.....	112
Gráfico 13 - Meio de transporte/locomção segundo localidade - Praia da Costa.....	114
Gráfico 14 - Meio de transporte/locomção no trajeto residência-praia (Praia da Costa)...	121
Gráfico 15 - Faixa etária dos frequentadores conforme horário na Praia da Costa.	121
Gráfico 16 - Cor dos entrevistados conforme horário - Praia da Costa.	123
Gráfico 17 - Escolaridade dos frequentadores por turno - Praia da Costa.....	123
Gráfico 18 - Frequência dos entrevistados do calçadão e areia - Praia da Costa.	130
Gráfico 19 - Cor dos frequentadores conforme turno - Curva da Jurema.....	131
Gráfico 20 - Escolaridade conforme turno - Curva da Jurema.....	132
Gráfico 21 - Meio de transporte/locomção conforme turno - Curva da Jurema.....	132
Gráfico 22 - Cor da população entre calçadão e areia - Curva da Jurema.	135
Gráfico 23 - Escolaridade dos frequentadores do calçadão e areia - Curva da Jurema.	135
Gráfico 24 - - Meio de transporte/locomção no trajeto residência-praia dos frequentadores do calçadão e areia (Curva da Jurema).	136
Gráfico 25 - Frequência dos entrevistados do calçadão e areia - Praia da Costa.	136
Gráfico 26 - Frequentadores que optam ou não pelo banho de mar.	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tamanho da amostra e erro amostral.	91
Tabela 2 - Distribuição das entrevistas/questionários por setor de aplicação.....	92

LISTA DE SIGLAS

CBD – Central Business District

ES – Espírito Santo

LESTAT – Laboratório de Estatística (UFES)

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PMVV – Prefeitura Municipal de Vila Velha

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

RGV – Região da Grande Vitória

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Descrição dos itens presentes no questionário.	95
Quadro 2 - Registros das aplicações nas áreas de calçamento em Vitória e Vila Velha.	96

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE SIGLAS.....	14
LISTA DE QUADROS.....	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	22
1.1. TERRITÓRIO, CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO.....	22
1.2. CIDADANIA E TERRITÓRIO	32
1.3. OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DO COTIDIANO DA CIDADE: TROCA, ACESSIBILIDADE, ALTERIDADE E SEGREGAÇÃO.....	35
1.4. O RECUO DA CIDADANIA E O DECLÍNIO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	39
1.5. A PRAIA COMO LÓCUS DA RE-PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES...	48
CAPÍTULO 2 – LITORALIZAÇÃO E HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA: APROXIMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA E VILA VELHA	55
2.1. A TRANSFORMAÇÃO DA PRAIA NO AMBIENTE URBANO: HISTÓRIA, LITORALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO.....	55
2.2. QUALIFICAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: HISTÓRICO URBANO E SOCIAL	61
CAPÍTULO 3 – SEGREGAÇÃO E TERRITORIALIDADES NAS PRAIAS DE VITÓRIA E VILA VELHA: UMA ANÁLISE PANORÂMICA PRELIMINAR	89
3.1. OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA.....	90
3.1.1. ACERCA DA ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	91
3.2. QUALIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PERFIL DOS FREQUENTADORES NAS PRAIAS ANALISADAS EM VITÓRIA E VILA VELHA.....	98

4. AS PRINCIPAIS TERRITORIALIDADES NAS PRAIAS DE VITÓRIA E VILA VELHA: ANÁLISE DOS CASOS DA CURVA DA JUREMA E PRAIA DA COSTA	109
4.1. AS PRINCIPAIS TERRITORIALIDADES DA PRAIA DA COSTA.....	111
4.2. AS PRINCIPAIS TERRITORIALIDADES DA CURVA DA JUREMA.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a temática das territorialidades no espaço urbano, problematizando-a através de um estudo de caso em praias localizadas no litoral da região metropolitana da Grande Vitória, que se destacam por intensa frequência: as praias de Camburi e Curva da Jurema, na capital capixaba; e as praias de Itapuã e Praia da Costa, no Município de Vila Velha.

No contexto urbano as praias se tornaram locais de encontro muito desejados, onde há um grande consumo da sua imagem/paisagem e de intensa frequência pelos mais diversos segmentos da sociedade, principalmente nos finais de semana. Acreditamos, nessa pesquisa, que a produção espacial da cidade impulsiona uma dinâmica pela qual a população ocupa intencionalmente, mas de forma desigual, a orla marítima para a prática do turismo e lazer. Nesse sentido, afirmamos que a organização socioespacial da praia não se dá de maneira ocasional.

Para alguns pesquisadores, os espaços públicos das cidades contemporâneas são retalhados em diversos territórios plásticos e móveis, onde a princípio temos a impressão de que as pessoas estão juntas, enquanto na verdade em um mesmo local permanecem separadas por limites simbólicos, barreiras demarcadas umas em relação às outras. Os locais de promoção do encontro se transpõem numa configuração que direciona para uma frequência regida por processos de segregação/segmentação.

As praias estão dentre os espaços públicos de maior popularidade nas cidades litorâneas brasileiras que, apesar da grande frequência, principalmente nos finais de semana, férias e feriados, tem sua extensão física tomada pela apropriação seletiva. A diferença e a desigualdade promovem espacialmente processos de apropriação, delimitando o acesso da população, principalmente, segundo sua condição simbólica. Nesse sentido, acessibilidade e alteridade vinculam-se diretamente a dimensão de classe, e, impulsionam os processos de apropriação e territorialização dos espaços públicos (SERPA, 2007).

As contradições socioespaciais não querem dizer outra coisa senão o que é a cidade. A praia, assim como o urbano, é regida por diversos atores e significados, que promovem um cenário de conflitos de interesses referentes a distintos posicionamentos na ordem espacial. A cidade é a referência física e simbólica de onde partem as lutas e os valores diferenciais entre os indivíduos. Os homens se identificam e se distinguem por meio desses referenciais e a partir daí derivam-se diversas relações socioespaciais de associação, alianças, conflitos, negociações entre instituições, grupos e o Estado.

A cidade se dá a partir de uma geopolítica urbana¹, por uma complexa dinâmica de elementos que interagem entre si, formada por pessoas e objetos dispostos diversamente no espaço que se confrontam, associam-se de diversas maneiras numa dialética socioespacial. Nesse sentido, ela é resultado da relação entre objetos e pessoas, elementos materiais e imateriais, que em correspondência a essas misturas de relações sugerem e/ou produzem específicos comportamentos, disputas territoriais e estruturas físicas.

Assim sendo, compartilhamos do entendimento de que a cidade constitui uma complexa geopolítica no território, tributária da imensa variedade de pessoas, portadoras de anseios e interpretações completamente distintos da mesma realidade.

A desigualdade é, assim, inerente à cidade capitalista, sendo que a desigualdade entre as diferentes classes sociais é simultaneamente produto e resultado de uma

¹ Queremos dizer que a ideia de **território** traduz, ao mesmo tempo, uma classificação que exclui e inclui; um exercício de gestão que é objeto de mecanismos de controle e de subversão; e uma qualificação do espaço que cria valores diferenciais, redefinindo uma morfologia de cunho socioespacial. Estes pares – exclusão/inclusão, submissão/subversão, e valorização/desvalorização – **criam tensões e resultam em lutas territoriais que almejam modificar seus limites, sua dinâmica, suas regras ou seus valores**. Por isso, chamamos este fenômeno de geopolítica, ou seja, lutas que têm por objeto de disputa a busca pela afirmação de um poder que é também a luta por um território. A escolha da denominação “**geopolítica urbana**” se fez pelo fato de que esta luta se constrói dentro de um quadro restrito, ou melhor, a partir de uma certa estrutura que associa pessoas a uma forma física específica, a cidade. Estas pessoas movidas por diferentes anseios e expectativas, estão reunidas sobre este terreno comum da cidade e aí desenvolvem relações orientadas e organizadas territorialmente. (GOMES, 2006, p 13, grifo nosso).

complexa disputa territorial. Nesses termos, uma geopolítica ocorre cotidianamente a partir das associações políticas, uso e apropriação de técnicas, distribuição/localização de pessoas e objetos que são componentes da forma e conteúdo territorial e, essas relações, definem o que é a cidade.

É em conformidade com essa problemática que propomos analisar quatro praias capixabas, de inequívoca relevância para o lazer associado à frequência das praias na metrópole capixaba, quais sejam: a praia de Itapuã e praia da Costa, no município de Vila Velha, e as praias de Camburi e Curva da Jurema, no município de Vitória². A partir de uma análise preliminar sobre o perfil socioeconômico dos frequentadores deste recorte espacial, buscar-se-á destacar as praias cuja frequência é dotada de maior heterogeneidade interna, a fim de desenvolver a análise das principais territorialidades que nelas se manifestam.

Como será observado no que segue, a praia, na condição de espaço público, é permeada pela normativa pública (igualdade, liberdade, isonomia), mas também pelas dinâmicas de segregação, fragmentações e disputas de áreas. Portanto, simultaneamente encontramos no terreno praieiro processos de comunhão social, os quais abrem a possibilidade do encontro e, também, nesse mesmo terreno estarão presentes os limites e barreiras erigidos por uma realidade urbana contraditória.

O objetivo geral da pesquisa consiste em prestar uma contribuição acerca da temática das territorialidades intraurbanas associadas à frequência de praias, através do estudo de caso sobre as referidas praias da metrópole capixaba. Nesse sentido, a questão geral que incita a realização da pesquisa pode ser expressa nos

² É importante registrar as razões pelas quais se estabeleceu o recorte de área. Por um lado as praias que se propõe pesquisar o tema se destacam por intensa frequência no contexto da metrópole capixaba e, assim, oferecem uma inequívoca riqueza de elementos para a realização de estudos dedicado ao tema. Por outro lado, considerou-se necessário estabelecer um recorte de área factível à realização da pesquisa, que envolve uma sazonalidade peculiar: a frequência mais intensa ocorre nos meses de verão, mais especificamente nas férias, entre os meses de janeiro e fevereiro. Sendo assim, não seria possível, quando se trata da execução de uma dissertação de mestrado, cuja pesquisa envolve campanhas de campo, propor uma pesquisa sobre a integralidade das praias da metrópole capixaba. Não obstante essa limitação entende-se que o estudo de caso proposto, ainda que sob um recorte de área restrito, pode prestar uma contribuição ao entendimento das territorialidades associadas à frequência das praias no litoral da metrópole capixaba através do recorte de área limitado e, através do estudo de caso proposto, fornecer também uma contribuição, na condição de estudo de caso, à pesquisa sobre o tema na geografia.

seguintes termos: quais as principais territorialidades que emergem no contexto da dinâmica socioespacial associada à frequência das praias pesquisadas nos municípios de Vila Velha e Vitória?

A resposta dessa questão geral será conduzida através de questionamentos complementares (ou subquestões), cuja resposta constituem os objetivos específicos da pesquisa, quais sejam estes questionamentos:

- *Qual o perfil econômico-social dos frequentadores das praias estudadas no litoral dos municípios de Vitória e Vila Velha?*
- *Qual o local de residência dos frequentadores das praias pesquisadas?*
- *Quais praias estudadas manifestam o perfil socioeconômico internamente mais heterogêneo de seus frequentadores?*
- *Quais as principais territorialidades que emergem nas praias dotadas da frequência social mais heterogênea nas praias pesquisadas?*
- *Como se verifica a distribuição dos equipamentos de uso comum que compõem o espaço público das referidas praias e quais os efeitos que tais equipamentos exercem na constituição de territorialidades em cada praia?*
- *Quais as relações que determinados grupos de frequência da praia estabelecem entre si em cada praia analisada?*
- *Quais as principais identidades (e discursos correlatos) são estabelecidas através de ações de controle ou apropriação de setores nas praias analisadas?*

Para corresponder aos questionamentos, respectivamente aos objetivos acima destacados, a dissertação foi dividida em 4 capítulos, dos quais o seguinte consiste na discussão teórica sobre território segundo SOUZA, 2003; HAESBAERT, 2012a, 2012b; GOMES, 1997; 2006; SERPA, 2013b; dentre outros. Esses autores, em conjunto, concedem um debate sobre as diversas apropriações territoriais acerca do cotidiano, pois a cidade está sob a constante intermediação dos mais distintos segmentos da sociedade, estes, conforme as distintas condições de existência e suas próprias experiências na cidade, exercem suas relações de poder. Essa proposta teórica também perpassa pelos conceitos de cidadania e espaços públicos,

os quais inserem a trama dos espaços de compartilhamento/trocas, condição permeada pelo valor de alteridade segundo a percepção que conduz a uma perspectiva entre “nós” e os “outros”.

O segundo capítulo visa fornecer uma caracterização do significado dos ambientes litorâneos (praia, orla) principalmente a partir do século XX no Brasil e especialmente no litoral capixaba. É inevitável para essa discussão um maior aprofundamento do histórico da produção do espaço da RMGV, que se contextualiza entre os Grandes Projetos, que viabilizaram a industrialização da área urbana do Espírito Santo, e foram responsáveis pela dinâmica de expansão da periferia de Vitória para os demais municípios vizinhos.

Tais projetos desencadearam, por sua vez, uma série de processos, quais sejam: o êxodo rural da população de baixa qualificação profissional, oriundo da crise cafeeira iniciada, sobretudo na década de 60, no Estado, e conseqüentemente o inchaço da capital Vitória; a partir da década de 70 inicia-se o processo de descentralização e expansão da mancha urbana para os demais municípios da Grande Vitória; estes processos, somados à posterior dinâmica do mercado imobiliário e à ação caracteristicamente ideológica que o Estado dispensa aos efeitos colaterais do crescimento econômico e estrutural das cidades da antiga Região da Grande Vitória polarizou a dinâmica de produção do espaço urbano, principalmente no que diz respeito às moradias e aos equipamentos urbanos.

O terceiro capítulo intitulado “Segregação e Territorialidades nas Praias de Vitória e Vila Velha: uma análise panorâmica preliminar” é subdividido em dois itens, dos quais o primeiro é reservado à exposição dos procedimentos operacionais necessários ao desenvolvimento da análise proposta ao estudo do caso (tais como elaboração e aplicação dos questionários, a realização das entrevistas, observações, mapeamentos, etc.). O item subsequente constitui efetivamente a análise preliminar da dinâmica socioespacial associada à frequência das 4 praias pesquisadas, visando uma qualificação prévia das praias cujo perfil da frequência seja reveladora de maior heterogeneidade interna e que, portanto, estabeleceriam um quadro mais diversificado e fecundo para a análise das territorialidades internas.

O quarto capítulo consiste na análise das principais territorialidades das praias qualificadas no capítulo precedente, quando através de um esforço de análise buscará extrair o significado destas territorialidades articulando tanto os resultados das pesquisas quantitativas, quanto os depoimentos, imagens e trabalho cartográfico. Por fim, nas considerações finais buscar-se-á apresentar uma síntese respondendo os questionamentos que suscitaram a realização da pesquisa.

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1. TERRITÓRIO, CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO

O conceito de território sofreu um engessamento de sua compreensão por ter permanecido como instrumento da governabilidade das Nações-Estados e muitos autores das ciências humanas, especialmente da Geografia, que reforçavam essa concepção limitada ao território nacional. A rigidez da Geografia em tratar o conceito estava atada a um comprometimento em manter a legitimidade do Estado, propondo abordagens escalares que escamoteavam os problemas sociais internos frente aos grandes projetos de desenvolvimento. Desse modo, de maneira irônica, as disciplinas mais atadas epistemologicamente ao conceito, à Ciência Política e “[...] a Geografia, justamente aquela que em princípio deveria dispor de conceituações bastante ricas da territorialidade e de um arsenal de variado de tipologias territoriais, tenham estado excessivamente fixadas na escala do ‘território nacional’” (SOUZA, 2003, 83).

Assim, Souza (2003) critica em seu trabalho as generalizações territoriais aos problemas de ordem sócio-político-econômica, os quais resumem a sociedade numa categoria de “nação” e, na tentativa de superar esse reducionismo, o pesquisador propõe uma perspectiva que visualiza os problemas internos na sociedade por intermédio das territorialidades móveis e cíclicas. Neste caso, as questões podem ser pensadas por diferentes escalas de análise (podendo abranger uma rua ou até diferentes países e continentes), a partir de “[...] grupos sociais específicos, as relações que mantêm entre si e os territórios e territorialidades próprios aos diversos grupos” (SOUZA, 2003, p. 112-113).

Souza (2003), ao considerar o território como um processo espaço-temporalmente de comportamento cíclico e móvel, declara-o organizado pelas mais distintas territorialidades. Os territórios, hoje, não podem ser concebidos de forma enrijecida, pois são “[...] antes instáveis que estáveis, (...) apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo” (SOUZA, 2003, p. 87).

Acerca dessa mobilização espaço-temporal territorial, as metrópoles apresentam-se como uma grande expressão de superposições de territorialidades que criam limites territoriais instáveis. É comum que nas grandes cidades ofereçam complexas coexistências de territorialidades flexíveis. Souza (2003) apresenta os territórios de prostitutas como um bom exemplo de mobilidade territorial. A concentração das prostitutas nas áreas de CBD (Central Business District) promove particularmente apropriações num horário específico, exclusivamente à noite.

Durante o dia as ruas são tomadas por [...] trabalhadores “normais”, pessoas fazendo compras e os residentes do tipo que a moral dominante costuma identificar como “decentes”, cedem lugar a outra categoria de frequentadores, como prostitutas, (ou travestis, ou ainda rapazes de programa) fazendo *trottoir* nas calçadas e entretendo seus clientes em hotéis de alta rotatividade (SOUZA, 2003, p. 88).

Dessa maneira, esses territórios apresentam uma dinâmica de mobilidade e alternância, ou seja, seus limites se modificam (aparecem/desaparecem ou deformam) conforme a temporalidade e também pela interferência de outros grupos, como os travestis, que algumas vezes, em busca de certo monopólio, concorrem pelas mesmas áreas propiciando o confronto entre os distintos grupos.

É imprescindível reconhecermos como a lógica das territorialidades móveis também rege a organização socioterritorial das praias. Nela as territorialidades/territórios se *des-re-fazem* numa íntima relação espaço-temporal com os horários de trabalho, as festividades/eventos, os dias de folga e os finais de semana, ou seja, a sua frequência e funcionalidade, assim como o público que participa é imediato à realidade imposta pela cidade.

Serpa (2007, 2013a, 2013b) ao analisar os processos de apropriação de praias em Salvador e parques em Paris também contribui para uma perspectiva de territorialidades móveis/cíclicas. São territórios cujas dinâmicas partem de diferenças produzidas por uma dialética entre capital cultural e econômico que revelam uma relação direta com a realidade imediata da cidade. Desse modo, espaços públicos se tornam meio e produto de um processo segregacionista de classe, onde certas práticas e comportamentos correspondem muitas vezes a diferenciadas classes/frações de classe, numa lógica de alteridade/distinção social.

Os espaços públicos se exprimem numa organização territorial com base nas zonas de disputas e na noção de pertencimento (identificados pela reprodução de estigmas socioespaciais), os quais associados a específicos comportamentos, vestimentas, estética corporal, práticas de lazer, fatores estes intimamente ligados a uma acumulação de capital educacional e financeira (SERPA, 2013a; GOMES, 2006). Estamos diante de uma disputa pelo espaço entre as classes³.

Por conseguinte, nas praias percebemos a existência de uma busca constante pelo monopólio de determinadas áreas do “território praia” por parte de distintas identidades territoriais, uma vez que os grupos imprimem suas territorialidades no local a partir de uma relação de alteridade (interior-exterior). Estabelece-se nesse momento uma distinção entre frequentadores X e Y, que delimitam suas áreas de pertencimento no espaço físico, a partir de critérios virtuais e/ou materiais.

Por isso, cabe-nos o esforço de debater sobre os territórios da praia adotando a dimensão espaço-temporal como elemento de fundamental importância, pois este estudo só terá pertinência em relação a esse fenômeno caso respeite sua variância: de horários, sazonalidade e possíveis públicos, que inseridos numa dinâmica de alternância própria da cidade são responsáveis por uma ambiência de territórios distintos na orla.

Essa perspectiva de mobilidade orientará a percepção deste trabalho sobre território, sendo um produto e processo da diferenciação na sociedade em seu cotidiano. O cotidiano coloca o espaço público como centro da questão acerca do *encontro* e as *trocas* entre os sujeitos e objetos dispostos na cidade.

Notamos, a partir do exposto, que o território não se esgota na dimensão de espaço físico, uma vez que outros elementos envolvem o fenômeno para além da materialidade, como os múltiplos universos de virtualidades dos grupos e/ou

³ Serpa (2013a) engloba o conceito de classe social a partir de Bourdieu, o sentido abordado pelo autor é baseado na propensão do conjunto de práticas, gostos e objetos que estão ao alcance de um patamar de acumulação de capitais (renda / educacional / cultural).

indivíduos. Assim sendo, Souza (2003) afirma que a materialidade é um substrato das territorialidades. As territorialidades dão a tônica, o caráter particular de sua composição interna, assim, podem ser consideradas “[...] à semelhança de outros substantivos como brasilidade, sexualidade [...] algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, [...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2003, p. 99). Nesse sentido, território

[...] será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os insiders) e os outros (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2003, p. 86)⁴.

O território é a referência para distinguir os homens entre si, pois é a base material e imaterial que, por meio das desigualdades que são processadas ao longo da história diante da diversidade técnica, étnica, cultural, etc., tornam-se produtos e produção dessas diferenças. Assim, os homens agem politicamente, apropriam-se material e/ou imaterialmente a fim de obter controle ou domínio territorial. Por meio do território é que os homens criam condições de se diferenciar, fazem “classificações das coisas e das relações por área, o controle de uma determinada porção do espaço e a comunicação da efetividade desse poder” (GOMES, 2006, p.136). Portanto,

[...] o conceito de território é antes de mais nada uma classificação, não simplesmente uma classificação de coisas, mas de coisas dentro de um espaço. Visto dessa forma, o território é definido pelo acesso diferencial do qual ele é objeto, por uma certa hierarquia social da qual é a representação e finalmente por um certo exercício do poder do qual é produto e um dos principais instrumentos. A noção de território na geografia moderna fez assim emergir com força a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e a gestão do espaço (GOMES, 2006, p. 139).

Segundo Santos (2012), o território é um dado ativo, nos comunica e nos comunicamos por meio dele. Ele é a referência, o meio pelo qual se identifica algo, reconhece-se algo e criam-se distinções. Desse modo,

⁴ Essa mesma noção de alteridade é trabalhada de maneira mais detalhada a partir de Bourdieu por Angelo Serpa (2004; 2013a; 2013b). A condição intersubjetiva que também re-organiza os territórios numa interdependência entre a acessibilidade e alteridade.

o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também é um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos (SANTOS, 2012, p. 82).

Esses códigos, provindos dessa comunhão, entrelaçam-se em referências das quais constituem uma identificação, derivam-se delas inevitáveis perguntas feitas por pessoas no intuito de reconhecer, justificar ou prever o comportamento de alguém pela indagação “de onde você vem?”. Talvez seja possível explicar isso a partir dos autores acima (GOMES, 2006; SANTOS, 2012), pois os valores imbuídos nesses indivíduos, ou grupos, são provenientes de uma referência e/ou experiência territorial. Nesse sentido, a tentativa de justificar, ou prever comportamentos costumeiros de um determinado lugar são normalmente associados aos estigmas atribuídos ao seu território de origem: imigrantes, moradores de periferias, dentre outros, são exemplos de grupos culpabilizados pelo agravamento de problemas locais.

A territorialidade se realiza pelo compartilhamento de símbolos, tradições, histórias, funções, da ininterrupta comunicação com o território por meio da vivência, da experiência e operacionalização das coisas (GOMES, 2006; HAESBAERT, 2012b). “É simultaneamente uma forma de relação social e uma forma de representação espacial que resulta em um certo tipo de territorialidade” (GOMES, 2006, p. 118). Esta junção entre o território e um grupo é dada por uma construção, discurso, imaginário e representação por meio da comunhão de símbolos, códigos e linguagens que permitem o reconhecimento ou estranhamento de quem está dentro ou fora (GOMES, 2006).

A consideração da dimensão territorial traduz uma mutação profunda na abordagem geográfica: falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham (CLAVAL, 1999, p. 11).

Em conformidade com esse pensamento, a experiência é imanente ao processo de reconhecimento de si, assim como a condição de territorializar-se e/ou pertencer; a partir dela são construídos e compartilhados os valores por aqueles que estão ligados a uma porção física territorial. Em concordância Haesbaert (2012a) afirma que “todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território [...], onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais” (HAESBAERT, 2012a, p. 93).

Claval (1999) aponta que, a noção do território como referencial de existência está presente desde tribos até os complexos modelos de Estado-Nação sob o entendimento dos significados construídos por uma perspectiva de fronteira territorial; o que nos permite considerar que “[...] laços simbólicos que unem os grupos ao território parecem universais. O vocabulário ocidental diz: luta-se pela pátria, pela terra do pai, diz a etimologia, ou pela mãe-pátria, curiosa expressão, pois queria que a terra do pai se tornasse nossa mãe” (CLAVAL, 1999, p. 11).

Gomes (2006) chama atenção para as noções emotivas e identitárias se constituírem como uma forma de controle territorial, ou seja, apropriar-se dos símbolos é uma conduta estratégica a qual legitima o domínio. Podemos citar os exemplos do processo de construção dos modelos Estado-Nação que extraíram de dentro do território símbolos (aspectos físicos, étnicos) que compuseram o imaginário que deu suporte a soberania deles.

A territorialidade então é um discurso primordial à existência, uma linguagem, uma expressão de um conjunto de símbolos e códigos, dentre tantos outros, permeada pela experiência compartilhada entre um indivíduo e/ou grupo. Podemos considerar a partir desses processos de *identidade-linguagem-códigos*, *política-discurso* e *controle-monopólio*, que a territorialidade é uma construção que delimita o que está dentro e o que está fora.

As territorialidades trazem implícito um forte significado de pertinência do grupo a uma porção de espaço, que muitas vezes se expressa através de modos específicos de comportamento. Trata-se de uma construção social com um significado específico (subsistência, ideologia política, poder econômico, entre outros) para os membros de cada grupo enquanto uma

identidade particular. Ao mesmo tempo, essas relações indivíduo-território servem como forma de comunicação de limites e códigos comportamentais aos indivíduos que não compartilham dos mesmos interesses e expectativas. (CAMPOS, 2000, p. 28).

É importante atentar que, por mais que se crie um discurso segundo a escolha de elementos que compõe o imaginário de um grupo, isso não os tornam em nenhum momento menos reais, pois a virtualidade e o imaginário são participantes ativos do real (GOMES, 2006), “a representação funda uma realidade em que as pessoas de um grupo vivem suas relações de vizinhança, sanguínea ou não, como definidoras essenciais de sua maneira de ser” (GOMES, 2006, p. 120). Portanto, as identidades territoriais comunitárias surgem da sua própria experiência, de uma construção mútua com o território, de suas apropriações, as quais seguem sendo realizadas simultaneamente aos significados apreendidos e também (re)criados por essa relação (GOMES, 2006). Sendo assim, as identidades se conformam num discurso, esse processo se conjuga inerentemente ao próprio homem, no ato de reconhecer-se como indivíduo ou membro de um determinado grupo.

Haesbaert (2012b) afirma que “[...] não há qualquer atividade, inclusive as atividades materiais, que não seja ao mesmo tempo produtora de sentido e de símbolos [...]” (p. 214). Podemos por meio da cultura entender as razões, as estratégias, as intenções por meio da ação, discurso ou qualquer outra atividade. Gomes (2006) e Haesbaert (2012b) sugerem o modelo de distinção baseado no *Gesellschaft* (sociedade) e *Gemeinschaft* (comunidade)⁵ como possibilidade de análise de diferenciação das territorialidades.

A primeira, define comunidades ditas frias (*Gesellschaft*) em que a relação com o espaço está submetida a uma rede de práticas contratuais e a relação com o espaço está submetida a uma rede de práticas contratuais e a relações formais, fruto de um pacto social com recursos institucionais, fundada em uma legitimidade argumentativa racional. (GOMES, 1997, p. 51).

⁵ Gomes (2006) e Haesbaert (2012b) desenvolvem raciocínios diferentes a partir do modelo de Tönnies (DATA), isso não quer dizer que as perspectivas adotadas por cada tenham que ser opostas, até porque dialogam entre si a partir de diferentes argumentos. Acredita-se que as duas possam ser vistas como complementares, pois ambos concordam que a distinção feita entre *Gesellschaft* e *Gemeinschaft* (considerando suas limitações) nos habilita a “deduzir melhor as diferentes ‘territorialidades’” (HAESBAERT, 2012b, p. 215), estabelecendo um “quadro formal de análise” (GOMES, 2006, p. 118).

A segunda, a comunidade quente (Gemeinschaft) dá origem a comunidades não-inclusivas, em que a relação de pertencimento é soldada pelo costume, pelas tradições. São comunidades não-cosmopolitas, que tendem a desenvolver e valorizar códigos de expressão próprios e particulares e onde a relação com o espaço é vista sob uma forma orgânica de uma nação singular desenvolvida em um território que lhe é necessário e essencial. (GOMES, 1997, p. 51).

Haesbaert (2012b) discute a relação entre esses modelos a partir das primeiras formas de territorialidade, por uma experiência particular de indivíduo e/ou grupo, que em seguida, foi capturada pela forma do Estado - o primeiro desterritorializador -, pois “ele carrega sempre, indissociavelmente, o papel de destruidor de territorialidades previamente existentes mais diversificadas e a fundação de novas, em torno de um padrão político-administrativo mais universalizante” (HAESBAERT, 2012b, p.198). Como exemplo disso aponta-se a cidadania como uma identidade normativa à qual por meio do Estado foram capturados valores e símbolos que abarcassem um sentido para constituir a noção de nação e minar as resistências locais.

Dessa forma, o Estado para impor seu controle, impôs um novo território, uma nova territorialidade, assumiu novos símbolos e absorveu os pré-existentes (Gemeinschaft). Ele recodifica os signos, captura e reordena o que estiver ao seu alcance em prol do controle de fluxos e da administração de seu território. No entanto, essa não é uma via de mão única.

O Estado ao capturar as condições existentes (outras identidades, comunidades predecessoras) é, de certo modo, obrigado a reconhecê-las. As territorialidades são dadas por uma relação de *push-and-pull*, no qual há sempre um processo de *desterritorialização* que ninguém permanece intacto, desde os atores hegemônicos até os atores não-hegemônicos (HAESBAERT, 2012b).

Haesbaert (2012b) trabalha esses termos a partir de uma noção que sempre haverá uma nova reterritorialização, se há uma desarticulação haverá uma imanente recodificação territorial. Essa não é uma ação exclusiva das instituições e do Estado, elas também partem de pequenos grupos, indivíduos, ou seja, estão numa relação multiterritorial e multiescalar. Quanto ao momento de nossa contemporaneidade “estaria sendo anunciada uma racionalidade ao mesmo tempo ‘centrífuga e

centrípeta', estática e dinâmica, entre massa e tribo, segregação e tolerância" (HAESBAERT, 2012b, p. 226), são relações de pertencimento não absolutas e a afinidade que um indivíduo estabelece vincula-se aberta ao pertencimento de diversos grupos. Assim, "a verdade é que há movimentos 'territorialistas' de base cultural nas mais diversas escalas, do 'gueto' urbano ao regional e ao nacional – e não só o nacional no sentido clássico de territórios contínuos bem delimitados" (HAESBAERT, 2012b, p.227).

Assim, *Gemeinschaft* (comunitária/proximidade) e *Gesellschaft* (contratual/formal) são dois tipos de relações territoriais não absolutas ou puras. Haesbaert (2012b) faz diversas considerações a respeito da coexistência entre essas noções de territorialidades, que primeiramente servem para identificar as relações estabelecidas nos contextos socioterritoriais.

Gomes, (2006) também reconhece isso e afirma que são maneiras de analisar mais objetivamente os valores carregados em cada territorialidade, pois oferecem uma perspectiva analítica que pode ser

bastante útil na discussão das relações entre poder e espaço ao distinguir as formas de territorialidade [...]. Essa tipologia pode também guiar a análise de casos específicos desde que a territorialidade seja [...] em relação aos contextos sociais nos quais ela se constrói (GOMES, 2006, p. 118).

Gomes (2006) aponta o *genoespaço* e *nomoespaço* como uma nova forma de pensar as formas de territorialidade, apresentadas acima, respectivamente como *Gemeinschaft* (*genoespaço*) e *Gesellschaft* (*nomoespaço*). Considerou-as ferramentas de cunho teórico-metodológico para descrever a complexidade que envolve a caótica geopolítica urbana. As noções de *nomoespaço* e *genoespaço*, interpretadas por ele como duas formas de ser-no-espaço e/ou de ser-do-espaço.

O *nomoespaço* revela-se a partir dos aspectos formais aliados à norma, aos preceitos da lei e justiça, representados atualmente pela forma da cidadania e democracia. No *genoespaço*, a territorialidade é construída e exercida pela experiência do lugar, dos significados constituídos a partir de particularidades entre um grupo e uma determinada realidade. O *genoespaço* é mantido pela tradição, pela

coesão de um discurso feito pelo compartilhamento de significados geradores de identidades territoriais comunitárias. Essas duas maneiras de *ser* não podem ser excludentes uma da outra, coexistem e variam suas manifestações conforme a contextualidade socioespacial (GOMES, 2006).

Nesse sentido, não se trata de tomar a ideia de *nomoespaço* e de *genoespaço* como “estados” antiéticos do espaço, mas sim como estratégias mobilizadas em momentos diversos e contextos diferentes, que nos ajudam a compreender certos processos socioespaciais. Diríamos que esta perspectiva se aproxima da ideia de **trama**, em que os autores assumem determinados comportamentos que só podem ser compreendidos dentro da sequência do enredo e sem que os perfis dos personagens por eles desempenhados se esgotem nesses comportamentos ou que estes tenham uma dimensão necessária na composição da história (GOMES, 2006, p. 118, grifo nosso).

“Tais tipos são instrumentos, modelos, que podem ressaltar determinadas características dos fenômenos, neste caso, relativas à territorialidade, ou em outras palavras, diferentes formas de referência ao espaço definido por essas dinâmicas” (GOMES, 2006, p. 121-122). A noção de trama, a qual resulta de uma forma de relação social e de representação espacial, é um ponto-chave para pensarmos as questões cotidianas de eventos sociais marcados pelo encontro e trocas simbólicas.

A complexidade da realidade nos antevê ressaltar que essas *referências* territoriais (Gesellschaft e Gemeinschaft) não correspondem exatamente a algum caso concreto, pois elas coexistem no mesmo local, no mesmo indivíduo, estão inseridas mutuamente na composição da cidade. Tanto o *nomoespaço* quanto o *genoespaço* são estereótipos analíticos em virtude dos processos caóticos condicionados pela composição organizacional de cada evento. “O recurso de separá-las serve apenas para vê-las unidas de uma forma melhor, fora do caos, das singularidades excepcionais” (GOMES, 2006, p. 122). Pois,

a “cidade grande”, ou a metrópole, é o palco de todas essas “esquizofrenias”, Abriga os mais variados comportamentos e permite a mudança de papel e a alternância de estatuto pessoal. Os comportamentos são relacionais nas imprevisíveis trocas diárias que o cotidiano metropolitano nos impõe. A cidade dos indivíduos de interesses racionais e lógicos, do consumo e da produção em massa, superpõe-se à cidade dos grupos de afinidade, das tribos. Ela é o espaço do discurso geral e inteligível, o espaço das trocas, o espaço político por excelência, mas não é só isso. Ela é o espaço das compartimentações, das pequenas comunidades, das lutas por um território de reconhecimento e da heterogeneidade de valores (GOMES, 2006, p. 124).

Dessa maneira, o que deve ser levado em conta é a coexistência dessas formas de ser-do/no-espaco nos homens e também na espacialidade, por estarem sujeitas a diferentes escalas de experiência, interpretações e atribuições de significados. “A mesma praça que de dia é um território de descanso e amenidade do espetáculo da vida pública pode, à noite, transformar-se em terreno de uma gangue em luta contra a polícia” (GOMES, 2006, p. 123). Um mesmo indivíduo pode assumir comportamentos diferenciados conforme o contexto de significação. Trata-se de uma significação territorial, onde os indivíduos ou grupos podem assumir posturas diferenciadas em consonância com as situações que estão vivendo.

Acreditamos, pois que nossas matrizes podem interpretar certos comportamentos territoriais, tanto o do cidadão quanto o do membro tribal, sem que precisemos, para isso, considerar que se tratam de duas pessoas distintas. A distinção é do comportamento territorial e de sua significação (GOMES, 2006, p. 123-124).

A distinção de cada forma de *ser-do/no-espaco* depende da *significação*, dos interesses e estratégias a cada evento, pois um mesmo local pode intermediar o meio de coesão social ou conflito, assim como, num mesmo homem podem orbitar o *cidadão* e o *membro de uma tribo* (GOMES, 2006).

1.2. CIDADANIA E TERRITÓRIO

É relevante esclarecer a noção sobre cidadania adotada neste trabalho. As obras de Gomes (1997; 2006), Oliveira (1999; 2000; 2009; 2012) e Santos (2012) propõem o território como condição primeira para o debate dessa questão. Defendem que por meio dele é possível admitir bases analíticas diante da sua diferenciação temporal, sua ordenação social e física, sem ele haveria apenas a abstração da lei. Em seguida, veremos que a própria norma se constitui por meio de bases espaciais.

Oliveira (2012) afirma que é essencial para a discussão da cidadania incluir o território como medida espacial de aproximação à realidade.

O território se impõe como uma condição continente ao conteúdo político da cidadania e no nível de organização social cultural e econômica existente. De modo que, fora dele (território), a cidadania torna-se uma abstração [...] sem formato definido por práticas específicas (OLIVEIRA, 2012, p.178).

Santos (2012), pioneiro nos estudos de cidadania na geografia brasileira, considera que o território possibilita discutir o acesso à cidadania na dimensão material e imaterial (economia e cultura). As condições ofertadas nessas instâncias são fundamentais para a constituição da cidadania e inclusão da população na realidade socioterritorial, cultural, econômica e política. “[...] O território e este não tem apenas um papel passivo [...], devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território, tal como ele é atualmente que a cidadania se dá tal como ela é hoje [...]” (SANTOS, 2012, p.18).

Os autores acima, colocados em destaque, reconhecem que a cidadania desde seu surgimento sofre processos de aquisição de sentidos, conforme os diversos contextos sociais, políticos e históricos. Por outro lado, desde sua fundação e paralelamente em toda sua trajetória de existência, a cidadania é permeada pela junção entre a norma e o território. A lei só se funda a partir de um recorte territorial, ela necessita de uma área que defina os locais de seu alcance, o que permite notar a partir de seus limites de sua soberania o que está “dentro” ou “fora” de seu domínio, tanto territorial quanto normativo (GOMES, 2006).

Nesse sentido, quando nos referimos à cidadania, estamos fazendo referência a um conjunto de normas que compreendem um limite territorial. Deste modo, o acesso ao território é dado pela obediência à norma. Estar dentro dos parâmetros formais garante a acessibilidade territorial e a transgressão é muitas vezes (em decorrência de crimes mais graves) punida com o cerceamento territorial e, por consequência, também com o convívio social. É por meio do direito que se estabelece um pacto do qual é possível “traçar um limite entre o condenável e o desejável – entre o que deve ser objeto de coerção e a garantia de direitos – é a criação de um código de normas para regular, de forma estável, geral e lógica, a dinâmica social” (GOMES, 2006, p. 31).

A cidadania é garantida pela normatização, “ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política [...] ela deve se inscrever na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa, o direito de reclamar e ser ouvido” (SANTOS, 2012, p. 20).

A norma baliza o comportamento e funda a identidade normativa do cidadão, na qual orbitam os sentidos de justiça, igualdade (isonomia), liberdade, razão/lógica. Este pacto ou associação entre membros permite a coexistência socioespacial. Essa gama de significados em prol do bem comum reconhece a imensa diversidade de indivíduos, interpretações e conflitos de interesses particulares/grupos (GOMES, 2012; 2006).

Assim, a cidadania não se funda numa única identidade territorial, a regulamentação recorre ao sentido da igualdade pelo reconhecimento das diferenças entre os grupos e/ou indivíduos, “[...] é o resultado e o meio de reprodução de uma sociedade civil na qual a coesão social não é construída pelo cimento do sentimento identitário. Ela é fruto de uma sociedade, ou seja, de uma associação entre aliados, ela é civil e política e reconhece [...]” (GOMES, 2012, p. 31) a diversidade no interior da sociedade contemplada por este contrato. Portanto,

como se trata de uma associação entre indivíduos, com variados graus de investimento e interesses, com uma variada capacidade de julgamento e de adesão a esse conjunto, a lei pretende ser a garantia dos limites da liberdade comportamental dentro de um espectro de atitudes possíveis e plausíveis ao conjunto das pessoas (GOMES, 2006, p. 32).

Podemos considerar a relação do pacto com o território da seguinte maneira:

Esse contrato cidadão corresponde, então, a um pacto que é ele mesmo, simultaneamente, a relação de pertencimento a uma comunidade política e a um território. A coabitação de indivíduos se faz sobre um espaço que é também objeto e produto de um pacto formal, estabelecendo parâmetros, indicando usos e interdições, definindo direitos e deveres (GOMES, 2012, p.30).

A cidade comporta os sentidos do exercício do pacto cidadão e, simultaneamente, “[...] definindo ao mesmo tempo os espaços de exclusão, assim o foi desde a Grécia Clássica até a moderna aglomeração urbana, que exprime com complexidade toda uma rede espacial de pertencimento diferencial” (GOMES, 2006, p. 135). Segundo Oliveira (1999), “é nas cidades e nos seus lugares, mais especificamente, que os direitos, sob a forma de leis, aparecem de forma palpável e contraditória, decodificando-se em normas e posturas que regem a vida urbana” (OLIVEIRA, 1999, p. 99).

Conforme Santos (2012), a cidade exprime territorialmente uma hierarquização entre os cidadãos, diferenciando-os pelo poder de consumo. A cidade polarizada estruturalmente em função do mercado imobiliário, conseqüentemente produz habitações para quem pode arcar. Ao longo do tempo há a periferização dos pobres em múltiplas condições: moradia, transporte, informação e, por fim, os direitos que lhes são assegurados por lei tornam-se privilégio de classe. Assim,

[...] notaremos que no Brasil a cidadania foi fortemente influenciada pela regulação do trabalho e pela disciplina imposta ao trabalhador urbano sob a tutela do Estado. Por interesses econômicos e de classe, o Estado imporia uma legislação trabalhista que, salvo todas as suas incorreções e elementos autoritários, contribuiria, de maneira ambígua, para impulsionar a associação de classes profissionais em sindicatos por categorias e a participação do trabalhador na vida política do país num sentido mais amplo. As cidades foram, preferencialmente, o polo e o palco privilegiado desse desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2009, p.4).

Nesse sentido, Oliveira (2001) e Santos (2012) reconhecem uma distinção clara entre os cidadãos brasileiros: a posição social. A distância do alcance a uma cidadania plena permanece no abismo do que é previsto em lei e por outro lado o que realmente se constitui na realidade socioespacial da cidade. No Brasil a cidadania permanece como “uma mera formalidade exigida pela lei e estatutos de regras. Parece que vivemos ainda num tempo em que todos querem ser ‘sinhozinhos’, ter algum título - mesmo que comprado - ou ter alguma relação com os membros da Corte” (OLIVEIRA, 2009, p. 2-3).

1.3. OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DO COTIDIANO DA CIDADE: TROCA, ACESSIBILIDADE, ALTERIDADE E SEGREGAÇÃO.

Os espaços públicos se apresentam de forma variada, na condição de ruas, praças, jardins, parques, praias, entre outros. As condições primeiras de sua definição são exclusivas aos espaços destinados à vida pública, permeada pela norma, definidora dos comportamentos adequados para o convívio (GOMES, 2006; 2012). São locais de encontro entre diferentes indivíduos, que possuem distintos julgamentos sobre a realidade e interesses. O que torna isso possível é o sentido da isonomia, regulamentadora da ordem e garantidora da convivência. Assim, o respeito à

convivência provém desse código de conduta que preserva a noção de civilidade nesses locais (GOMES, 2006; 2012).

O reconhecimento da diversidade funda os princípios da sociedade civil, um contrato que prevê uma sociedade composta por pessoas que não necessariamente compartilham os mesmos valores, interpretações e comportamentos (*societas*). Essa condição se realiza nos espaços públicos da cidade, convivências mediadas pela civilidade, pela norma comportamental urbana (GOMES, 2006).

Civilidade, urbanidade ou polidez. Estas denominações não deixam dúvidas a propósito da origem espacial deste tipo de comportamento, a cidade, este universo de trocas cotidianas e reguladas. É por intermédio da civilidade, seu emprego ou uso que surge a possibilidade de diálogo e que se opera a transformação desse lugar de contato e de mistura em espaço público, terreno fundamental da vida social democrática. O espaço público é assim a *mise-en-scène* da vida pública, desfile variado de cenas comuns onde nos exercitamos na arte da convivência. O lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez, reafirmam o estatuto de público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada, o espaço público (GOMES, 2006, p. 163-164).

Dessa forma, nos espaços públicos os comportamentos estão dispostos numa encenação ou performance que podemos chamar de civilidade. Assim, se constitui a cena pública, repleta de signos formadores de um discurso constituído a partir dos gestos, roupas, maneira de agir. As formas de se organizar no espaço, locais de concentração, também são carregadas de significado e produzem o contexto específico de cada local. O conjunto dessas práticas espaciais se desenrola numa trama, “[...] sob um espaço comum, sua interpretação depende do contexto no qual se inscrevem. Igualmente elas são orientadas segundo a localização [...] ao mesmo tempo [...] eles são simultaneamente transformados por elas” (GOMES, 2006, p. 165).

Segundo Santos (2004), a cidade é local dos encontros, onde irão acontecer as trocas, as comunicações entre pessoas e objetos, as relações inter-humanas serão mediadas pelo “[...]uso das técnicas e dos objetos técnicos. A territorialidade é, igualmente, transindividualidade, e a compartimentação da interação humana no espaço [...] é tanto um aspecto da territorialidade como da transindividualidade” (SANTOS, 2004, p. 317). Santos interpreta essa transindividualidade por um processo contínuo de interação em relações intersubjetivas dadas por meio do Eu-

para-mim-mesmo; o outro-para-mim; Eu-para-o-outro. “Nessa construção, pois além do próprio sujeito, entram as coisas e os outros homens” (SANTOS, 2004, p. 316).

A trama disposta no cotidiano entre a comunicação intersubjetiva dos indivíduos e a organização espacial dos objetos cria uma ambiência da qual se desenrola por trocas de que o observador também é observado (GOFFMAN, 2010). Portanto, nos espaços públicos a comunicação não pode ser evitada. É produto, meio e processo da alteridade. Nele tudo se define no espaço-tempo da prática social do *encontro*, da coexistência com o *outro*. Por meio das diferenças é que essas relações se qualificam, logo, essas relações são sempre determinadas pela dialética do sujeito com o outro da relação (CARLOS, 2011).

Nessa lógica, a comunicação intersubjetiva abre-se como ponto caracterizador desses locais. Permeados pela ação política a qual “comprova imediatamente a pluralidade da condição humana [...] entendendo como tal o poder de discernimento de cada ser humano; algo intercambiável a partir da possibilidade de comunicação entre os indivíduos [...]” (SERPA, 2004, p. 23).

A cidade, para Santos (2004), é onde a copresença⁶, a mobilidade e as relações interpessoais são intensas onde o território é compartilhado por “relações que se acumulam, matrizes de trocas simbólicas que se multiplicam, diversificam e renovam [...], encontra seu fundamento nessas **trocas simbólicas que unem razão e emoção**” (SANTOS, 2004, p. 319, grifo nosso).

Os espaços públicos são locais onde tanto a história individual quanto a coletiva se realizam, sendo um processo inundado de conteúdos simbólicos que neles se acumulam, tornando-os mediadores dos lugares de realização da vida. Assim, a vida cotidiana é revelada por meio da ação, esta se dá pelas trocas sociais, as quais são intermediadas por uma objetividade-subjetividade, material e simbólica (CARLOS, 2011).

⁶ Inspirado em GOFFMAN, Erving. Autor também explorado nesta pesquisa.

O conteúdo da cidade se realiza no/pelos espaços públicos, onde o cotidiano se realiza num espaço-tempo de simultaneidade e encontro das relações sociais. Sendo uma somatória de indivíduos e relações sociais, no qual o sujeito produz a sua existência em relação ao outro. “Dessa forma, o sentido do espaço público liga-se aos espaços da cidade como um todo” (CARLOS, 2011, p. 134).

O espaço público, por sua vez, tem uma multiplicidade de sentidos para a sociedade, em função da cultura, dos hábitos e dos costumes, que não pode ser negligenciado. Nesse caminho, é substancialmente *troca social*, movimento, e relaciona-se, portanto, à atividade plena do indivíduo, que, pela relação com o outro, é definidora de seus destinos. Lugar onde se realiza um tipo de troca de conteúdo social diferente daquela que dá conteúdo ao espaço privado – do *oikos* dominado por relações hierárquicas definidas no seio da família e das relações de parentesco –, o espaço público expõe tensões, ambiguidades, conflitos. Diferenciando-se do nível do privado, contempla a possibilidade do acaso e do inesperado, sendo também o lugar da festa e dos referenciais constituidores da identidade. Em sua dimensão política, não negligenciável, contempla a esfera pública (CARLOS, 2011, p. 130).

Carlos (2011) considera os espaços públicos como lugares da realização da ação, da concretização das ações e, assim, da vida na cidade. São nos espaços públicos que vigoram a possibilidade “de apropriações múltiplas, como lugar de encontros/desencontros, da comunicação, do diálogo e da sociabilidade, do exercício da cidadania” (CARLOS, 2011, p. 133). As práticas do cotidiano nos espaços da cidade ocorrem da união entre a multiplicidade e o inesperado, proporcionados pela sociabilidade: comunicações, objetividades, subjetividades, materialidades as quais únicas dentro de cada evento espaço-temporal.

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento [...] dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite para à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam (SANTOS, 2004, p. 321).

O diálogo acima acerca dos espaços públicos nos sugere um fenômeno que se destaca incessantemente como movimento dialético entre *indivíduo-coletivo*, *simbólico-material*, *pessoas-objetos*, pois o homem se revela enquanto construção de si mesmo ao constituir suas teias de relações com o mundo que o cerca. Portanto, a condição de sua autorrealização como indivíduo é imanente com as

relações que estabelece, sendo que a construção de si nada mais é o mundo que se produz e reproduz por meio dessas relações (CARLOS, 2011).

1.4. O RECUO DA CIDADANIA E O DECLÍNIO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A realidade que vivemos atualmente impõe uma nova ordem de ritmos e transformações. Carlos (2011) aponta a modernidade⁷ como um processo da imanência do espaço a tais alterações na contemporaneidade, sendo a forma coerente de o assumirmos pela noção espaço-tempo. Agora protagoniza o “[...] mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como certeza materialmente sensível [...]” (SANTOS, 2004, p. 313-314) face à realidade que cada vez mais nos desafia apreendê-la.

Este novo impulso de transformações trouxe à tona processos espaciais de inéditas escalas e interações. De certa forma, tais modificações na produção do espaço despontam concomitantemente a uma nova compreensão de mundo no/do indivíduo. Nesse sentido, a vida cotidiana ambigualmente atingida-propulsora deste fenômeno, apreende cada vez mais tempo e espaço por uma noção quantitativa ao invés de qualitativa (tempo associado à jornada de trabalho, espaço enquanto distância a ser percorrida). “Essa nova dimensão espaço-temporal sinaliza os conteúdos que marcariam os fundamentos da sociedade contemporânea, que se revela essencialmente urbana (não apenas numericamente), mas em essência e modo de vida” (CARLOS, 2011, p. 14).

Bauman (1999) considera tais processos como a passagem para uma “nova ordem”, indícios de um mundo de forças invisíveis, anônimas que transcendem os poderes dos Estados-Nações, trazendo uma nova conexão das pessoas com o mundo, numa escala de intercâmbio entre o local e global. Essa nova vinculação com o mundo engendra novos valores da vida moderna, ao passo que o mundo passa a ser construído em prol do ato de consumir e carrega uma definição de vida que não se

⁷ A autora se expressa a partir do termo *pós-modernidade*.

descola da lógica da sociedade de consumo. Em concordância, Santos (2012) reconhece a existência de uma sociedade cada vez mais interpelada pela força das corporações apoiadas a uma mídia corporativa. Tal cenário entorpece a sociedade numa inércia de consumo e direciona o pensamento para o supérfluo. Nos últimos tempos a força das grandes corporações perante a sociedade e Estado perpetrou a transformação do indivíduo, antes como um ser ativo político (cidadão), em um mero consumidor.

Da mesma maneira, Carlos (2011) afirma que a produção do espaço,

[...] sob a égide, da globalização, vai impondo novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadora) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital. Novos padrões culturais invadem a vida cotidiana metamorfoseando antigos valores com a introdução de novos signos e comandando novos comportamentos” (CARLOS, 2011, p. 15).

A captura cada vez mais intensa e expansiva do capital privado se apropria de tudo que há na cidade. Santos (2012) alerta para a mercantilização generalizada da cidade, na qual a capitalização da natureza, costumes, gostos se fazem valer como estratégia de rentabilidade. Embora, diante dos problemas previamente apresentados, pondera que a mais grave apropriação capitalista seja a destruição da subjetividade humana. O pensamento se tornou um artifício do capital e da *mass mídia* para a produção de desejos, onde gradualmente testemunhamos “[...] a substituição dos projetos pessoais saídos da cultura, isto é, de dentro do indivíduo, por outros projetos elaborados de fora deste mesmo indivíduo, projetos decididos a conquistar todo mundo pela força da propaganda” (SANTOS, 2012, p. 29).

Zanotelli (2014) promove um debate sobre a captura do pensamento e do desejo como estratégia do hegemônico a partir da produção de enunciados ao público como se fossem próprios de sua existência. O plano capitalista de produção da cidade vai além da imposição via mecanismos de força, vigilância e outras coerções. Estamos diante de um mundo no qual o tempo, as imagens e até o pensamento, foram envolvidos pela lógica da produção-consumo. Portanto, o homem está disposto numa malha de mecanismos, como linguagem, informação, desejo, etc.,

inclusive de uma razão dissimulada, que produz uma imagem do pensamento que faz do sujeito um servo.

Neste sentido, é imperativo nos indagar se é este mundo que desejamos, cuja “qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que tem dinheiro” (HARVEY, 2014, p.30) e se caracteriza gradualmente por cidades cada vez mais divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. “[...] É infeliz pensar que “[...]o modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso” (HARVEY, 2014, p. 47).

Habitamos cidades cada vez mais marcadas pela disparidade socioespacial, onde o distanciamento no interior citadino deriva-se do agenciamento de grandes corporações e de uma mídia (des)informadora, geradoras de uma sociedade de grande desarticulação e desconhecimento de sua própria causa. Os efeitos da globalização aumentam o distanciamento e o anonimato nos espaços públicos (reduzindo-os a meros locais de travessia), pela intermediação de um aparato tecnológico que amuralha a convivência com o outro. Tais extremos são cada vez mais comuns e se destacam como um processo que se projeta como um recuo da cidadania, cujo fenômeno se destaca nos espaços públicos (GOMES, 2006; SERPA, 2004, 2005).

O individualismo moderno, ligado à implosão das orientações socioculturais e à crise da cidade, aponta para o fato de que as transformações do processo de reprodução do espaço urbano tendem a separar e dividir os habitantes na cidade em função das formas de apropriação, determinadas pela existência da propriedade do solo urbano. A acomodação de cada um num endereço específico aponta para uma segregação espacial, bem nítida, passível de ser observada na paisagem. Como delimitação bem marcada, separa a casa da rua, reduz o espaço público, apagando a vida nos bairros onde cada um se reconhecia (porque este era o espaço da vida) e torna a cidade anônima, funcional e institucionalizada, de maneira que ela passa a ser vivida, nesse cenário, como estranhamento (CARLOS, 2011, p. 135).

Na mesma medida, Harvey (2014) aponta que o capitalismo desenvolve uma urbanização que degrada a cidade naquilo que a constituiu como um bem comum social, político e habitável. O autor se refere aos modernos projetos de reurbanização- normalmente reconhecidos como projetos de revitalização- como verdadeiros processos de *desvitalização* para as populações locais. A banalização

do uso e a degradação do comum estão entre as consequências das grandes cidades que

antes do surgimento dos carros, porém, as ruas geralmente o eram – um lugar de socialização popular, um espaço para as crianças brincarem [...]. Contudo esse tipo de comum foi destruído e transformado em um espaço público dominado pelo automóvel (HARVEY, 2014, p. 146).

Com relação à crise aqui anunciada pelos autores, Santos (2012) lança mão de uma questão: “E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas, etc.) foram impunemente privatizados” (SANTOS, 2012, p. 64). Assim, para ele o plano da vida se alastra num grande confinamento entre condomínios fechados, lazer pago, publicidades que clamam por uma suposta proteção. “O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente” (SANTOS, 2012, p. 65).

Segundo Gomes (2006), esses processos são considerados um recuo da cidadania, assim como um recuo do espaço público. Neste sentido, o autor menciona e analisa mais detalhadamente quatro processos produtores do recuo da cidadania: *apropriação privada dos espaços comuns, a progressão de identidades territoriais, o emuralhamento da vida social e o crescimento das ilhas utópicas*. São processos não-excludentes em relação aos outros e podem ocorrer de maneira complementar.

Atualmente os espaços públicos sofrem a alteração das dinâmicas urbanas, que em conjunto colocam em questão a noção de cidade e civilidade numa condição de subversão ao que se reconhece como cidadania, cidade e espaços públicos na sua forma clássica. Nesse sentido, nos referimos à transformação das práticas cotidianas de comportamento, negociações e convívio social no interior da cidade que acabam por *de-formar* seus espaços. Dessa forma,

[...] esses espaços estão sendo progressivamente objeto de invasões, ocupações etc. A fragmentação social crescente é acompanhada de uma fragmentação territorial, e os espaços comuns, públicos transformam-se em objeto de disputa ou [...] instrumentos de circulação (GOMES, 2006, p. 189).

A *apropriação privada* dos espaços comuns ocorre de maneira bastante variada e pode ser dada desde um controle efetivo das estruturas físicas fixas, podendo se

manifestar até mesmo de maneira mais tênue, por elementos simbolicamente comunicados com o intuito de conduzir uma ação restritiva do espaço. Essa dinâmica é marcada pela tomada de espaço e a redução das áreas comuns, onde costumeiramente ocorre a cena pública. Calçadas, ruas, praças são ocupadas, muitas vezes, por pessoas do setor informal, guardadores de carro, comerciantes, preparadores de atividade física, etc.. Esses assumem as áreas de livre acesso, algumas vezes convertendo-as de local de permanência e convívio para local de circulação e consumo. Não só o setor informal, mas atividades dessa categoria também são realizadas por padarias, bares, restaurantes e lojas, pela utilização da calçada com cadeiras e mesas para clientes, promovendo seus produtos por meio de caixas de som e microfone, algumas vezes de forma ensurdecadora (GOMES, 2006).

Gomes (2006) destaca a existência de muitos outros ritos de invasões dos espaços públicos no qual prédios expandem suas áreas de domínio com a implantação de grades de ferro nas áreas de calçadas; criação de barreiras, colocação de guaritas e seguranças particulares em ruas sem saída com a finalidade de controlar as áreas de circulação. Busca-se aqui limitar e controlar por meios desses mecanismos o acesso a esses locais.

A consequência de tal apropriação promove o que o autor considera como uma requalificação do espaço, sua possível degradação física pela ocupação a qual o espaço não comporta, como carros em cima de calçadas, resíduos sólidos originados da atividade informal, etc.. No entanto, a principal degradação que ocorre se processa na deterioração do contrato desses espaços, onde fica prejudicada “a prática cotidiana da vida pública, do contrato que prevê a forma e os limites para a ocupação dos espaços, que protege o patrimônio comum e procura assegurar a igualdade de condições a todos” (GOMES, 2006, p. 179).

A progressão de identidades territoriais é composta pela noção aqui já debatida anteriormente, a qual o discurso da diferença funda a predominância de um grupo (*Gemeinschaft* / *genoespaço*). “O espaço é, sob essa dinâmica, sempre objeto de conflitos, pois estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais” (GOMES, 2006, p. 181). Esse processo

é nomeado também como tribalização, considerado pelo autor como um modelador da cidade contemporânea, o qual os grupos de afinidade territorializam e impõe uma fragmentação/divisão das cidades, numa composição de “mosaico, de unidades independentes justapostas” (GOMES, 2006, p. 181). Em contraponto a noção da cidade como aglomeração, unidade harmônica ou coesa internamente.

Entre os exemplos desses grupos estão narcotraficantes, comunidades evangélicas, torcidas de futebol e também populações designadas pela referência de “comunidade”. O último termo em especial apresenta um preconceito com seu local de origem, por serem encarados como “diferentes do resto da sociedade urbana, os que compõe a cidade. Isso significa que a noção de identidade comunitária mesmo quando não é uma reivindicação dos elementos assim denominados, passa a ser utilizada como uma forma de exclusão social” (GOMES, 2006, p.182).

As identidades territoriais produzem a negação do ideal de igualdade, ou seja, de respeito às diferenças. Os externos aos grupos são cerceados da participação em algum nível de interação espacial podendo ser até completamente excluídos. “Do ponto de vista conceitual, essas duas categorias possuem um estatuto de oposição absoluta; do ponto de vista concreto e físico, o aumento de territórios identitários significa uma diminuição dos espaços públicos da cidade” (GOMES, 2006, p. 182).

O emuralhamento da vida social é um efeito da modernidade, no qual o individualismo e a vontade de se isolar do contato social são latentes. A tentativa de se manter alheio à vida pública, com a diversidade apresentada nos espaços públicos vem de uma série de equipamentos que afastaram o homem do contato social. A disseminação dos serviços telemáticos até para as populações de menor poder aquisitivo intensificou o enclausuramento das pessoas, seus contatos são intermediados por máquinas e suas interações são realizadas cada vez mais por uma identificação ou afinidade (GOMES, 2006).

Duas consequências são apontadas como efeitos dessa intermediação maquínica: a menor participação dos espaços públicos que acarreta e restringem os esses públicos locais a uma lógica de circulação, mesmo assim essa circulação é intermediada por uso de fones de ouvido ou o trajeto é realizado por carro, o qual o

isolamento é maior. Os prédios e condomínios mais novos aglutinam em sua estrutura um aparato técnico que oferece um grande afastamento da rua como, piscinas, lanchonete, academia de ginástica, playground, salas de entretenimento, jardins, praças. Nesse sentido, podemos considerar uma expansão dos espaços de confinamento ante ao mundo externo como uma busca ao “familiar”, “aos que se aproximam dos mesmos padrões e que se refugiam, como quase todos, em espaços selecionados e controlados” (GOMES, 2006, p. 184).

Os espaços públicos a partir desse processo de abandono são ocupados por aqueles que não possuem condições de arcar com a vida privativa: os mais pobres. As áreas de circulação e encontro são povoadas por moradores de rua, mercado informal, prostituição, etc. “Assim, os espaços públicos se transformam cada vez mais numa espécie de passarela para o espetáculo da pobreza” (GOMES, 2006, p.185).

No Brasil o desconforto de compartilhar um espaço comum é latente, as desigualdades sociais reproduzem espacialmente uma espécie de *apartheid* (GOMES, 2006). Tentam através de projetos urbanísticos higienizar a cidade, criando condições de afastamento ou isolamento, por meio de desapropriações e valorização imobiliária sob o pretexto de projetos de modernização da estrutura da cidade (HARVEY, 2014). O descaso com esse desequilíbrio social no país reflete, de certa forma, na tentativa de se evitar o contato com espaços comuns em que o contato com o diferente é inevitável.

Abandonados pelos poderes públicos e pela população que mais efetivamente dispõe dos meios de exercer e reclamar a cidadania, os espaços públicos se convertem em terra de ninguém, sem regras de uso, perdem sua característica fundamental, ou seja, a de terreno de convivência (GOMES, 2006, p. 185).

O crescimento de *ilhas utópicas* se dá por essa recusa de viver numa realidade plural, composta por uma sociedade diversificada. A vida pública se dá especificamente nos espaços privativos dos condomínios e prédios cada vez mais munidos de uma configuração análoga à cidade. Essas formas de confinamento são vendidas sob slogans que carregam os sentidos de segurança, entretenimento, ambiente familiar e homogeneidade social (GOMES, 2006).

Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante. A proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e seus valores torna-se uma forma hegemônica de política, mesmo para a classe média baixa. (HARVEY, 2014, p. 48).

A negação da noção de cidade como um espaço de trocas, encontro e convívio se materializam nesses espaços, simulacros de cidades. Tomamos por exemplo o jogo *The Sims*⁸, uma realidade idealizada para se viver os prazeres da vida e permanecer distante das mazelas das desigualdades, onde é permitido eliminar o indesejável. Essas desigualdades são claras quando os limites dessas ilhas são dotados de altos muros, com cercas elétricas, câmeras de vigilância, seguranças, alarmes, sensores, grades, etc., pois o que está lá fora é indesejável – os espaços públicos imageticamente concebidos como abertos, sujos, degradados e invadidos.

Esses espaços, cópias da cidade, funcionam de fato como a sua antítese, na medida em que recusam a diferença, a liberdade de entrada, possibilidade de encontro com o diverso, a construção de uma verdadeira individualidade dentro de uma coletividade variada e múltipla (GOMES, 2006, p. 188).

Serpa⁹ (2004) atenta para as mesmas questões de supressão dos espaços públicos e trata diretamente sobre os processos de comunicação e convivência na esfera pública. O autor considera que a capacidade de julgamento, a imprensa de massa e novas tecnologias influem numa recharacterização e envolvem os espaços públicos num contexto de crise.

O julgamento orienta as ações, no entanto tal capacidade se limita com a exclusividade dos meios de comunicação de massa como suplantadores da reflexão e da subjetividade (consciência resumida num amontoado de estereótipos),

⁸ Um jogo desenvolvido para PC que permite o jogador manipular elementos da vida urbana. O gamer possui controle sobre a aparência física dos habitantes da cidade, humor e a forma das casas da cidade. Uma das principais dinâmicas do jogo é a busca pelo sucesso na vida profissional e o aumento da capacidade de consumo.

⁹Preocupado com as mesmas questões, o autor busca a partir de uma afinidade teórica por meio de (ARENDT, 1972, 2000; BENJAMIN, 1996; BOURDIEU, 1979, 2000; HARBERMAS, 1984; LEFEBVRE, 1991, 2000) conduz um raciocínio de contribuição para questões de acessibilidade nos espaços públicos.

processo este que desvirtuou os cidadãos a meros consumidores. Além disso, tal contexto soma-se a tecnificação da vida como uma distanciadora entre a vida privada e a pública. A tecnologia cada vez mais proporciona a dimensão da vida isolada e afastada do público, tornando qualquer contato um constrangimento na possibilidade de choque com o “distinto” ou “diferente”. A vivência nesse sentido suplanta a experiência e os espaços da cidade são evitados causando a diminuição de troca com o outro (SERPA, 2004; 2005).

Na orientação de convergir o debate aos espaços públicos como parte integrante aos processos de segregação da cidade contemporânea, elencamos a *acessibilidade* como recurso de cunho teórico-conceitual e analítico, este capaz de identificar os processos de alteridade expressas no cotidiano entre os cidadãos e a distância social impregnada na geografia intraurbana.

A partir das considerações de SERPA (2007; 2013a) o conceito de segregação encarna a discussão da acessibilidade diferencial da população com os espaços públicos da cidade. Nesses trabalhos o autor discute se esses espaços criam integração ou separação entre os cidadãos. A segregação admitida por Serpa reconhece a distância social, intimamente ligada à produção do espaço, como fator responsável pela discrepância material, física (áreas valorizadas e desvalorizadas), cultural, que funda certos espaços numa relação de maior proximidade ou distância a certas classes ou frações de classes sociais.

Os espaços públicos são o cerne da questão da acessibilidade por serem portadores da possibilidade do encontro: onde os jogos, as festas, as brincadeiras, os conflitos e o deparar-se com amigos e desconhecidos ocorre. A rua e os locais de frequência (praças, parques, praias, jardins, etc.) nos permitem o choque, a mistura, as brincadeiras, o comércio, ou seja, uma incessante comunicação por diversos agentes, atores, objetos e equipamentos. No entanto, a apropriação seletiva dos espaços públicos nos revela que além do simples ir e vir, os significados e símbolos atribuídos a certos espaços direcionam uma frequência seletiva, esta interpretada pela própria população segundo sua noção de pertencimento cultural a certas atividades, monumentos ou locais (SERPA, 2007).

Inicialmente os espaços públicos são caracterizados pelo acesso livre, contudo a produção do espaço urbano processa-se numa condição de desigualdade, de tal forma que,

[...] o acesso aos espaços melhor dotados de bens e serviços só é possível aos que possuem renda para isso, ou pela facilidade (e comodidade) em termos de localização na cidade, dimensão geográfica relevante quando se discute “o direito à cidade” no sentido da justiça social, a ponto de se defender a cidadania como um objeto de estudo da Geografia (OLIVEIRA e SARTÓRIO, 2015, p. 44).

A seleção e apropriação seletiva dos espaços seguem, sobretudo, uma lógica de distinção social, cultural, política e econômica, mediadas por uma comunicação intersubjetiva, processo este criador de restrições de acesso aos espaços públicos. A população, por via de absorção de capital cultural, a partir do mecanismo de julgamento se divide num processo de desigualdade, se hierarquiza conforme elementos de mesmo parâmetro (renda, locais de moradia, língua, etc.), e também pela diferença, esta decorre do processo de que certos saberes e costumes não são reconhecidos como prática e/ou saber pertencentes a determinados grupos. Assim, os espaços públicos se ordenam a partir de uma articulação entre acessibilidade e alteridade desigual e ao mesmo tempo diferente, intermediada por signos e estilos de vida derivados, ou seja, do *habitus* que define o interior/exterior das estruturas de classe. “Desse modo, a acessibilidade ao espaço público na cidade contemporânea é, em última instância, ‘hierárquica’” (SERPA, 2007, p. 20).

1.5. A PRAIA COMO LÓCUS DA RE-PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES

As praias são espaços de valorização urbana e de frequência dos mais diversos segmentos da sociedade. A orla foi apropriada como paisagem urbana e seus espaços de sociabilidade colocam em questão a distinção que os seus frequentadores realizam entre si. Os conteúdos materiais, imateriais e simbólicos derivados da produção da cidade estratificam esses espaços públicos numa lógica de classe, na qual diferentes públicos frequentam distintas parcelas da praia e também em distintos horários, devido à suas próprias condições de acessibilidade diferenciada, estas marcadas principalmente pela distância social e pelos distintos regimes de trabalho. Levamos em conta que especialmente no Brasil, “[...] a

compreensão da dinâmica do espaço público deve levar em conta as grandes distinções de renda” (GOMES, 2006, p. 209).

Para Santos (2012), basta olhar para as plantas das cidades para concluir que a disponibilização de fixos sociais ignora as periferias, apesar de, em comparação a outras áreas, apresentarem certa densidade demográfica. “Isso permite experimentar, através do espaço, o fato da escassez. A capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos” (SANTOS, 2012, p. 79-80).

O espaço tem muito de parecido com o mercado. Ambos, por meio do trabalho de todos, contribuem para a construção de uma contrafinalidade que a todos contém funcionalidade e, malgrado eles, os define. Mercado e espaço, forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualadoras, na medida em que são, ambos criadores de raridade. E como “o mercado é cego”, para os fins intrínsecos das coisas, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens, Daí a relação íntima e indissociável entre a alienação moderna e espaço (SANTOS, 2012, p. 80).

O espaço urbano da cidade é profundamente desigual, embora tal propriedade seja um reflexo da própria sociedade capitalista, o espaço não é inerte, como mero palco de transformações protagonizadas pelo homem. O espaço urbano condiciona e comunica uma gama de sentidos sobre as estruturas sociais de classe, do mesmo modo como as desigualdades promovidas pelos processos capitalistas incidem sobre o território da cidade. Os espaços da cidade tornam-se produtos e produtores das desigualdades. A desigualdade espacial da cidade contemporânea revela a manifestação da segregação de maneira generalizada, seja nas práticas e comportamentos ou nos espaços públicos, seja em qualquer dimensão (material, imaterial e simbólica), elas derivam da produção do espaço urbano (SERPA, 2013a).

A desigualdade espacial da cidade contemporânea revela a manifestação da segregação de maneira generalizada, seja nas práticas e comportamentos ou nos espaços públicos, seja em qualquer dimensão (material, imaterial e simbólica), elas derivam da produção do espaço urbano (SERPA, 2013a).

As práticas e processos espaciais [...] fazem pensar que o espaço público da cidade contemporânea é revelador da segregação e das representações

segregacionistas subjacentes à produção do espaço urbano na contemporaneidade, produção esta permeada por relações de propriedade que se traduzem em uma dialética entre capital econômico e cultural, ampliando, inclusive, a ideia de “propriedade” para além da posse de bens imóveis (objetos e mercadorias), aqui como mercadorias e objetos de consumo hierárquico para os diferentes grupos, classes e frações de classe. (SERPA, 2013a, p. 186).

Os espaços públicos nos revelam que os efeitos de segregação, separação, valorização do solo urbano, territorialização e apropriação espacial entrelaçam-se com a esfera do trabalho contemporânea. Processos e “[...] transformações estas que enfatizam a qualificação como distinção, com profissões mais valorizadas que outras e consciência de classe se construindo a partir do consumo (do/no espaço)”. (SERPA, 2013a, p. 175).

O conjunto de elementos que se aglutinam nos espaços públicos (técnica, indivíduos, objetos) certamente comunicam significados e produzem uma distinção do que são, ou seja, sua composição não é uma produção do acaso, mas de uma interpretação. A alteridade e acessibilidade são indissociáveis, elas dão a tônica do que lhes será externo. Nas relações sociais a tentativa de criar uma homogeneização interna contorna os limites identitários, estes permeados pela acessibilidade de um capital educacional e de renda, os quais delimitam os fatores de alteridade, uma noção de *classe* expressada por meio de um *habitus*¹⁰.

Se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder nos espaços públicos, mas também nos edifícios, nos monumentos e nas obras de arte (SERPA, 2004, p. 25).

Nessas representações das relações de produção que pode ser pensada a noção de acessibilidade, tanto material quanto imaterial, é interdependente das condições de uma classe. Em razão de que o posicionamento do indivíduo na cadeia de produção capitalista oportuniza uma diferenciação no acesso. Portanto, a alteridade é produzida por um contexto de desigualdade, uma reunião de costumes atados a uma condição de classe. “Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma

¹⁰ Uma estrutura de valores intrínsecos a desigualdade da divisão entre classes sociais, no qual cada classe social corresponde a um sistema de propriedades, gostos e costumes que definem uma alteridade (condições materiais e simbólicas) (SERPA, 2005).

dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos” (SERPA, 2004, p. 26).

Ironicamente propagadas “[...] como expressão do ‘sonho tropical da democracia’, as praias no Brasil revelam, de modo geral, a apropriação seletiva e diferencial dos espaços das grandes cidades” (SERPA, 2013b, p. 67). O regime de trabalho estabelece uma dinâmica nos dias úteis que faz dos moradores das proximidades o corpo majoritário de frequentadores. Nos finais de semana, livres da jornada de trabalho, pessoas de diversas classes sociais se apropriam da praia e provocam estranheza aos moradores das redondezas, que os consideram muitas vezes como “invasores” (SERPA, 2013b).

Nesse sentido, podemos observar, no que diz respeito à frequência às praias, o desenvolvimento de um senso de identidade espacial, que se transforma em senso de exclusividade e de compartimentação social cada vez mais agudo. Esse senso de exclusividade pode ser percebido nos propósitos das pessoas, na recusa a conviver sobre o mesmo espaço, estabelecendo horários estratégicos para evitar o encontro, ou ainda a adoção de acessórios e linguagem comportamental para estabelecer as diferenças. Para nós, geógrafos, o mais importante é perceber o uso de estratégias espaciais sobre a praia para desenvolver esse sentido de compartimentação e exclusividade, estratégias territoriais de conquista e manutenção de um território (GOMES, 2006, p. 223).

Conforme Gomes (2006), a praia pode ser encarada como espacialidade caricatural da cidade, uma vez que nela estão presentes referências analíticas para pensarmos a condição de sociabilidade e cidadania da cidade, deste modo, a partir da organização territorial e os signos comunicados pelos diversos frequentadores obtemos um parâmetro da condição urbana. Portanto, a praia agrega sentidos de viver na cidade, ou seja, a maneira de frequentá-la resguarda uma condição simbólica do posicionamento social do indivíduo.

Nas praias se inscreve o estilo de vida do habitante da cidade. [...] a praia serve como um poderoso referencial na definição do estilo de vida caricaturizado, é claro, da cidade. A praia também um referente que ultrapassa em muito os limites das areias, seja na referência à parte da praia a qual se é frequentador, seja no bronzeado exibido como signo do direito ao ócio [...] (GOMES, 2006, p. 213).

Segundo Neto (2013), a cidade é o ponto a ser investigado. Os agrupamentos sociais dispostos nos espaços citadinos correspondem diretamente ao vínculo com

as demais estruturas sociais, culturais, políticas, dentre outras, que somam-se ao regime das esferas de produção do espaço urbano. Assim entendemos que a compreensão da cidade em sua totalidade é de vital importância para os estudos das territorialidades expressas nos domínios da praia¹¹, uma vez que os significados da produção da cidade se estendem por todos os territórios e estabelecem uma dinâmica imanente.

Portanto, o espaço urbano se revela como produto e processo das relações de capitalistas que impõem uma ordem cotidiana, mas também,

[...] ele também apresenta diversas realidades de convivência de pequenos grupos de interesse que se segregam, se evitam, se aproximam, alterando a funcionalidade das práticas, as próprias condições materiais dos lugares e os códigos de identificação e representação de si mesmos e dos outros, com os quais co-habitam a cidade (NETO, 2013, p. 9).

Segundo Serpa (2013b), as relações de co-habitação presentes nos “novos” espaços públicos da cidade se manifestam por meio de duas lógicas. Primeiramente, os efeitos de massa ou de transversalidade, que se inserem como pontos em comum entre a sociedade, muitas vezes atrelados ao consumo e a reprodução de um costume geral derivados de uma lógica homogeneizante global. Os efeitos de massa impregnam o cotidiano, bloqueiam as interações espaciais entre diferentes e são “ao mesmo tempo geradores e destruidores de ‘identidades’ e ‘estilos de vida’” (SERPA, 2013b, p. 68).

No entanto, de acordo com Serpa (2013b), por mais que ocorram os efeitos de massa, o que prevalece são os efeitos de segmentação, “constituindo territórios justapostos que caracterizam uma incipiente, ou mesmo inexistente, interação entre os diferentes grupos/classes/frações de classe, e onde se evita, quase como regra, o contato com o ‘outro’, com o diferente” (SERPA, 2013b, p. 68).

A acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos – e

¹¹ Denominamos domínios da praia a faixa territorial que transcende a faixa de areia e se estende aos seus arredores, como por exemplo: o calçadão, as pistas que se transformam em áreas de lazer, os estacionamentos, as ciclovias, dentre outros. Ou seja, a praia é tida como um elemento de referência para o desenvolvimento de outras práticas.

utilizados – como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível – fisicamente a todos (SERPA, 2013b, p. 69).

Em razão disso, os espaços públicos são suprimidos pela ação de grupos e agentes, uma vez que fragmentam o espaço da cidade ao invés de partilhá-lo. Dessa maneira, privatizações sucessivas produzem diversos territórios justapostos, situação da qual se resulta uma condição de esvaziamento da política e do encontro. O que aparentemente é visto como um local repleto de pessoas em interação social, na verdade está inundado de limites/barreiras simbólicas com expressão material e concreta entre os segmentos da sociedade (SERPA, 2013b).

A praia é um poderoso artifício geográfico para debater a questão urbana como aqui nos propomos a fazer. A qualidade isomorfa da areia nos subsidia questionamentos quanto às escolhas feitas pela população em relação aos seus locais de permanência, já que tais escolhas dependem mais da interpretação dos frequentadores quanto ao local e seus participantes do que a características particulares de determinadas áreas da praia (GOMES, 2006). No entanto, respeitando a praia como espaço público, a proposta desta pesquisa expande as áreas de análise para o conjunto de elementos (calçadão, outros equipamentos disponíveis anexos à praia).

Debater a inscrição dos habitantes na cidade está intimamente vinculado ao imaginário associados aos lugares e aos tipos de pessoas que as frequentam. Nesse sentido, o arranjo da praia resguarda uma linguagem que nos permite avaliar geograficamente essa diferenciação. Existem três noções que servem como variantes esclarecedoras da ordenação dos ocupantes das praias, a *interpretação*, a *performance* e a *referência espacial* (GOMES, 2006).

A primeira intermediação dessa organização territorial da praia é feita pela interpretação de quem as frequenta. A leitura dos códigos presentes no local é derivada da compreensão dos signos da própria condição urbana. “Por isso, interpretar (n)a cidade quer dizer também fazer uso de signos que remetem a outros signos e estes ocupam um lugar definido na trama do discurso urbano” (GOMES, 2006, p. 214).

A performance ou teatro corresponde ao sentido da publicidade, ou visibilidade, pois se trata da cena pública, como se quer ser visto e como os problemas estão na condição da ordem pública.

O elemento chave de todas essas questões perpassa pela ordem espacial, este último fator é que faz a interpretação e a performance serem associados a uma *referência geográfica*. As designações “farofeiro”, “paraíba”, “mineiro”, “suburbano”, servem de exemplos a como essas expressões estão atadas à realidade de exclusão e não-pertencimento aos locais de frequência. As expressões “essa aqui não é minha praia” ou “vamos invadir sua praia” também revelam a distância social que tais grupos já assimilaram em relação ao direito de frequência desse ambiente (GOMES, 2006).

É no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade. (SERPA, 2007, p. 20).

Assim, a praia se torna um campo de visualização das mais distintas referências espaciais, sendo reflexiva aos problemas referentes à exclusão social, identidades territoriais, cidadania hierarquizada, no encontro dessas pessoas com diferentes referências socioespaciais. Portanto, “[...] o que chamamos hoje de espaço público é também objeto de consumo e expressão de modismos, espaço do lazer e da diversão de indivíduos, grupos/classes e frações de classe que dele se apropriam de modo territorializado e segregacionista” (SERPA, 2013b, p. 73).

CAPÍTULO 2 – LITORALIZAÇÃO E HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA: APROXIMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA E VILA VELHA

2.1. A TRANSFORMAÇÃO DA PRAIA NO AMBIENTE URBANO: HISTÓRIA, LITORALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO.

Não é mera coincidência que quando projetamos imageticamente uma cidade, muitas delas surgem na forma de espaços públicos. Presente no discurso institucional de prefeituras, agências de turismo, em cartões postais, as imagens desses espaços (parques, praias, jardins, ruas etc.) são apropriadas para divulgar o conteúdo de cidade por meio de uma retórica que esses espaços nos comunicam. “Por isso, podemos observar que as cidades sempre se exprimem a partir de uma complexa rede de valorização de seus espaços públicos” (GOMES, 2006, p. 26).

As praias possuem uma história recente se comparadas com outras formas de espaços públicos, a frequência das praias era primeiramente conhecida como reduto de dejetos e doenças. A mudança ocorrida começa no final do século XVIII, sendo reconhecida como um local terapêutico, no Brasil especificamente a ocupação e valorização inicia-se no final do século XIX, no Rio de Janeiro, onde também obras de infraestrutura e acesso à orla marítima deram condições para o novo local ser habitado e visitado (GOMES, 2006).

A praia é o lócus da nossa discussão, ela constitui uma das paisagens mais valorizadas nos espaços urbanos, reúne os mais diversos encontros na sociedade entre si. Seu acesso se modificou com o tempo junto à progressiva ocupação, frequência e valorização da orla marítima (GOMES, 2006; DANTAS *et al*, 2008). O esforço deste capítulo foca em apreender a praia a partir da apropriação desta pelo urbano, o que promoveu um direcionamento do uso e consumo de sua paisagem por diversos agentes.

Partimos então de considerações teóricas sobre características do litoral e das relações estabelecidas com a proximidade do mar. Boudou (2001) escreveu sobre a importância de uma geografia oceânica, que contemplasse as faixas litorâneas como fator fundamental para a saúde da organização socioespacial das populações que

ocupam as faixas marítimas. Notadamente o Brasil, com mais de 8000 km de faixa de extensão de costa, deveria se preocupar com tais questões.

Definitivamente os oceanos se fazem cada vez mais essenciais à vida continental, suas propriedades são fundamentais: transporte, comércio, (como) paisagem, lazer, extração, pesca, dentre outras atividades que se somam numa relevância a qual os mares representam para a sociedade mundial contemporânea. MORAES (1999) indica que suas características são inigualáveis e promove usos exclusivos, dando uma imensa vantagem locacional diferenciada. Tais condições diferenciais da proximidade marítima correspondem diretamente às constatações apresentadas por Boudou (2001):

[...] mares e oceanos influenciam muito a distribuição espacial da humanidade (as maiores aglomerações do mundo são quase todas portos marítimos; quase todos os maiores focos de concentração populacional são marítimos; as densidades demográficas litorâneas contrastam sempre com as densidades continentais, seja positivamente, seja negativamente. Mares e oceanos influenciaram muito e influenciam cada dia mais a distribuição espacial das atividades (mar atrativo e mar repulsivo). Uma fração importante da população ativa mundial dedica-se às atividades direta ou indiretamente ligadas ao mar – atividades primárias, secundárias ou terciárias. Parte significativa da produção industrial realiza-se “a beira mar”, exercendo enormes pressões sobre os ecossistemas litorâneos. Mais de 70% da população do globo vivem a menos de 60km do litoral. Um sexto da população mundial, ou seja, um bilhão de pessoas, vive poucos metros acima do nível do mar. As características específicas dos processos de urbanização e de reurbanização, bem como a dinâmica das atividades ligadas ao mar exigem pelo menos um novo capítulo da velha geografia urbana: “geografia das cidades litorâneas” (BOUDOU, 2001, p. 74).

Boudou (2001) e Gomes (2006) atentam para o recente processo histórico de incorporação do litoral ao processo de urbanização. Os mares permaneceram por muito tempo como um mistério para a humanidade, sendo que a *litoralização*¹² da humanidade ocorre mais intensamente nos séculos XIX e XX. Este último século foi quando o mundo maciçamente se destina a uma verdadeira corrida para o mar, seguido de uma maritização da economia mundial (BOUDOU, 2001).

¹² BOUDOU, Jean-Louis. GEOGRAFARES, Vitória, nº 2, jun. 2001.

Dantas *et al.* (2008)¹³ aponta que no final do século XIX e início do século XX o desejo pelo mar mobilizou a “implementação das práticas marítimas modernas no Brasil pela elite, cujos desdobramentos vão possibilitar aproximação gradativa da sociedade local em relação aos espaços litorâneos” (DANTAS *et al.*, 2008, p. 323).

O mar e o marítimo tornam-se, no final do século XX, verdadeiro fenômeno de sociedade. Atraem especial atenção dos cientistas sociais desejosos de apreender o desdobramento da lógica de valorização dos espaços litorâneos, que se consolida na medida em que acontece a propagação das práticas marítimas modernas, representativas de novas possibilidades de ordenamento e de uso dos espaços litorâneos pela sociedade. Quando mudanças paulatinas nas representações sociais desmistificam o, até então desconhecido, os espaços à beira-mar tornam-se objetos de desejo. Concomitantemente, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, distribuição de energia e transporte “aceleram” o tempo, “encurtando” os espaços. Os meios de comunicação de massa (especialmente a televisão) constroem imagens segundo as quais zonas de praia são caracterizadas como paraísos terrestres (DANTAS *et al.*, 2008, p. 322-323).

As modernas práticas marítimas¹⁴ e as requisições das elites locais em sua demanda pelos espaços litorâneos incorporaram, com o passar do tempo, a totalidade das zonas de praia junto ao tecido urbano. Nota-se então que as praias, principalmente a partir do século XX, foram gradualmente fagocitadas pelo processo de urbanização chegando ao ponto que a anexação das praias estabelece uma relação que ultrapassa os limites da cidade e expressa-se como um fenômeno de expansão urbana constituinte das metrópoles (DANTAS *et al.*, 2008).

No que tange às apropriações do capitalismo do meio urbano, Harvey (2014) aponta para a crescente prática de extração de rendas através da captação do capital simbólico coletivo e/ou das características singulares de um lugar. Para o geógrafo os locais da cidade onde floresceram algum tipo de especificidade (ambiental, social, histórico, etc.) são posteriormente apropriados por agentes público-privado num formato de um discurso patentado para o consumo.

¹³ Os autores realizam um estudo sobre casas de vilegiatura (segundas residências) como expressão de novas formas espaciais as quais se aplicam também novos usos (lazer, turismo) dos moradores do espaço metropolitano. A pesquisa procura vincular o processo de incorporação urbana da praia pela densificação de ocupação e atividades litorâneas como um indicador da expansão metropolitana.

¹⁴ Podemos delinear as modernas práticas marítimas como as apropriações advindas das populações de maior poder aquisitivo de moradia, lazer e turismo realizadas principalmente a partir do século XX que incorporam a praia como um elemento essencial para a vida urbana.

A “marca” das cidades transforma-se em grandes negócios. Tendo em vista a perda geral de outros poderes de monopólio por conta da maior facilidade dos transportes e das comunicações, bem como da redução de outras barreiras ao comércio, essa luta pelo capital simbólico coletivo tornou-se ainda mais importante como base para as rendas de monopólio (HARVEY 2014, p. 193).

Em concordância, Serpa (2007) afirma que as cidades tomam a forma de “festa-mercadoria”, cuja dinâmica baseia-se num paradigma de “consumo cultural”. Segundo ele, “são reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) equipamentos culturais [...]. Essa nova (velha) cidade se folcloriza e industrializa [...]” (SERPA, 2007, p. 107) por meio de uma programação mercadológica da história e tradição dos lugares.

Dessa forma, a ascensão do capital simbólico para esfera pública, introduz uma dimensão cultural às questões que, aparentemente, dizem respeito ao terreno do político e do econômico, e a cultura passa a ser um recurso. É nesse contexto que as questões do espaço na cidade se voltam para as remodelações e transformações no uso de espaços de memória, na reestruturação de áreas históricas, principalmente naquelas localizadas no centro, destinados ao entretenimento e ao turismo (ZANFORLIN, 2009, p. 125).

Idealmente as medidas urbanistas buscavam sanar problemas na inequidade social da cidade, sendo a própria cidade, a partir de sua reestruturação urbana, a solução ao problema. Porém, apesar de se propagar o discurso em prol da acessibilidade e diminuição da desigualdade, a cidade prepara sua estrutura para os anseios das classes, acumulação e circulação do capital (ZANFORLIN, 2009).

É exatamente a partir da revisão da utopia de igualdade que surgem as principais críticas ao modernismo: a busca de democratização do espaço teria se dado de maneira inconsistente e incongruente devido à necessidade de atender aos novos padrões de consumo, ou como chama Harvey, as “culturas de gosto”, demandados pelas classes e promovidos pelo crescimento de circulação de capital trazidas pela implementação de uma economia globalizada (ZANFORLIN, 2009, p. 123-124).

Conforme Zanforlin (2009), o plano citadino de igualdade foi deixado de lado enquanto um plano de zoneamento de mercado delibera a cidade como um plano de consumo em detrimento de servir ao propósito da cidadania.

Segundo Villaça (2001), a construção dessa nova cidade passa por grandes incorporadoras que atendem os desejos da classe abastada, tais empresas não

somente vendem um empreendimento imobiliário, mas um estilo de vida. A incorporadora “[...] desenvolve uma ideologia (a venda de um novo estilo de vida, mais moderno e seguro) em torno da ‘nova’ forma de morar, com vistas a tornar prematuramente obsoletos os bairros existentes [...]” (VILLAÇA, 2001, p. 184).

O diferencial do sítio natural litorâneo coloca as praias no foco da rota de projetos de renovação urbana, aumentando o potencial do mercado imobiliário nesses locais. De acordo com Villaça (2001) a venda de um estilo de vida e a forma de morar re/produziu-se acentuadamente nas cidades oceânicas a concentração de residências verticalizadas, as quais são ocupadas por uma população de maior poder aquisitivo.

Quando esse sítio natural atraente é constituído por praias, uma série de especificidades ocorre. Tudo indica que as praias são altamente responsáveis por uma cultura urbana específica, por um estilo de vida próprio das nossas cidades marítimas. A forma da casa – não só o apartamento, mas seu tamanho, tendente a ser cada vez menor, se comparado com os das metrópoles interiores – a praia e o seu turismo, a vida ao ar livre e o tipo de bairro com alta densidade e mistura de usos do solo tiveram inegável influência em tal cultura (VILLAÇA, 2001, p. 188).

No caso brasileiro, a maneira de viver próximo ao mar, com todo o sentido de mistura social, vida ao ar livre, praias e ruas movimentadas desenvolveu-se a partir do Rio de Janeiro.

A cultura de praia e o começo da produção dos espaços praias no Brasil datam do século XIX e mais massivamente do século XX no Rio de Janeiro. O modelo se intensifica em grande parte da orla brasileira. A utilização ao longo do século XX vai aumentando. Todas as capitais dos estados litorâneos crescem abruptamente. As normas sociais de convívio à beira mar e os padrões construtivos repetem-se em larga escala. No ritmo observado, quase se homogeneiza o litoral brasileiro. Suas diferenças são marcadas menos pelo uso e ocupação, do que por suas feições naturais. (RAMOS, 2009, p. 52).

O modo carioca de viver e de morar é disseminado pela mídia

[...] com uma auréola de superioridade; por essa razão, tende a se reproduzir em outras cidades brasileiras. Contudo, isso não se deve apenas a um espírito de imitação conduzido pela mídia pela propaganda e pelo marketing. Esse estilo tende a se reproduzir com maior força nas metrópoles oceânicas, devido à existência do mesmo conjunto de determinações (VILLAÇA, 2001, p. 191).

Diversos estudos (GOMES, E.R., 2009; GOMES, 2006; MENDONÇA, 2005; RAMOS, 2009; VILLAÇA, 2001) nos apresentam o Rio de Janeiro como uma experiência urbana que se tornou modelo para o restante da orla brasileira como experiência da apropriação do mercado imobiliário e sua consequente verticalização, concentração da população de alta renda e valorização do solo. Da mesma maneira, o comportamento social nesses espaços também foi inspirado nos cariocas. Portanto, o Rio de Janeiro foi e ainda permanece como uma vitrine para o modelo urbanístico e comportamental das cidades litorâneas brasileiras.

A ocupação urbana por edifícios à beira mar e a vida social vinculada à praia urbana teve sua divulgação no Brasil, propagada, desde a década de 1920, no Rio de Janeiro, a partir do boom imobiliário de Copacabana. A partir desta época difundiu-se a moradia em apartamento e o estilo de vida da zona sul carioca como parte de um mesmo produto mercadológico aprimorado pelo incorporador imobiliário, o novo agente da construção civil (MENDONÇA, 2005, p. 4).

Desse modo, a partir do exposto pode-se considerar que a história da composição da orla marítima do Rio de Janeiro nos auxilia a pensar de certa forma a trama da vida pública na orla marítima e sua constituição como parte integrante do desenvolvimento urbano no litoral brasileiro.

A partir da década de 1920 a cidade do Rio de Janeiro inicia as modificações na estrutura urbana que a projetarão na metade deste mesmo século como uma experiência inspiradora na modelagem urbana de praia e estilo de vida: O litoral marca a passagem gradativa do modelo de construção de casa para o edifício; A melhoria do acesso ao transporte; “O aparecimento dos primeiros hotéis de padrão europeu associados ao banho de mar” (VILLAÇA, 2001, p. 177), em destaque o Hotel Copacabana Palace, inaugurado em 1923; Essas dentre outras mudanças fariam a seguir a composição do imaginário hegemônico da cidade (GOMES, 2006).

De acordo com Gomes (2006), nas décadas de 50 e 60 o centro da cidade carioca se enfraquece e a centralidade urbana desloca-se para o litoral. O imaginário da vida pública do carioca associa-se à praia, eram ícones que davam força: bossa nova, requinte, barzinhos, a produção cinematográfica da época unia a imagem da praia à de cidade. Assim, “a própria identidade ‘carioca’ se transforma; agora há um elemento novo, central, na imagem do ‘carioquismo’, que é dado pela praia ou por

seu frequentador” (GOMES, 2006, p. 221). A imagem da cidade vincula-se a da praia, as tendências e o novo se associavam a essa paisagem.

Por outro lado, as encostas e morros localizados nos arredores do litoral foram sucessivamente sendo ocupados pela população mais pobre¹⁵ (GOMES, 2006). “Essas classes, por terem menor mobilidade territorial, valorizavam a proximidade ao emprego, ao comércio, aos serviços e à praia que aqueles bairros ofereciam” (VILLAÇA, 2001). Desse modo, a segregação e distinção social contrastavam à noção de valorização e local de frequentação¹⁶, uma vez que o estranhamento dos frequentadores tradicionais em relação ao variado e crescente número de participantes cada vez mais trazia um discurso de que a praia deveria ser exclusiva a certo grupo de pessoas. Os frequentadores habituais se diferenciavam daqueles que não tinham a mesma conduta comportamental. A reivindicação de um espaço exclusivo era mais desafiada pela melhoria da acessibilidade às praias, o que aumentou a “invasão” e intensificou a competição pelo espaço (GOMES, 2006).

2.2. QUALIFICAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: HISTÓRICO URBANO E SOCIAL

No caso de Vitória, capital do Espírito Santo, o processo de integração do litoral à zona urbana inicia-se mais intensamente a partir da década de 1970, incorporando o modelo de urbanização da orla carioca por meio do calçadão e do edifício beira-mar. No entanto, a gênese desse processo iniciou-se por volta de 50 anos antes. De acordo com Mendonça a construção de edifícios em Vitória também se inicia na década de 1920, porém, por não ser um procedimento contínuo, não ficou caracterizado como processo de verticalização (MENDONÇA, 2005; 2007).

Da metade da década de 1940 até 1970 o Centro foi área prioritária dos projetos de verticalização (MENDONÇA, 2007). A partir de 1970 os interesses imobiliários se deslocaram do Centro de Vitória pelo litoral leste. Esse deslocamento rumo ao litoral

¹⁵ Ainda não se associava para essas áreas a noção atual de favela (GOMES, 2006).

¹⁶ Desde a “Lei do Banho”, em 1917, que fazia restrição aos trajes adequados e horários para uso do local, e a decadência de Copacabana pela sua popularização e a valorização de Ipanema pelo controle e frequência por “um grupo de pessoas mais ou menos identificadas a certos preceitos que, por assim dizer, davam a tônica do lugar” (GOMES, 2006, p.222).

leste da ilha de Vitória associa-se com o número de problemas (densidade de moradias e convergência da população da periferia para os morros de entorno) no bairro Centro, um processo que provocou “uma sensível deterioração de suas residências, além de um número crescente de disfunções que passaram a se desenvolver pela excessiva concentração de atividades centrais” (RAMIRES e GOMES, E. R., 2002, p. 102).

Segundo Gomes, E. R. (2009), somente a partir da segunda metade da década de 1970 que a ocupação de frente para o mar começou crescer por meio de verticalização na Praia do Canto, onde até então era predominante as construções de casas. Nesse contexto, o bairro Praia do Canto foi visto como uma alternativa para a expansão urbana e se torna o foco de empreendimentos imobiliários, nessa nova área se emprega o apartamento como modelo habitacional para as classes de maior mobilidade e poder aquisitivo. Naquele momento o mercado imobiliário acompanhou as camadas de alta renda e afasta seus novos empreendimentos das áreas também ocupadas ou próximas da população pobre.

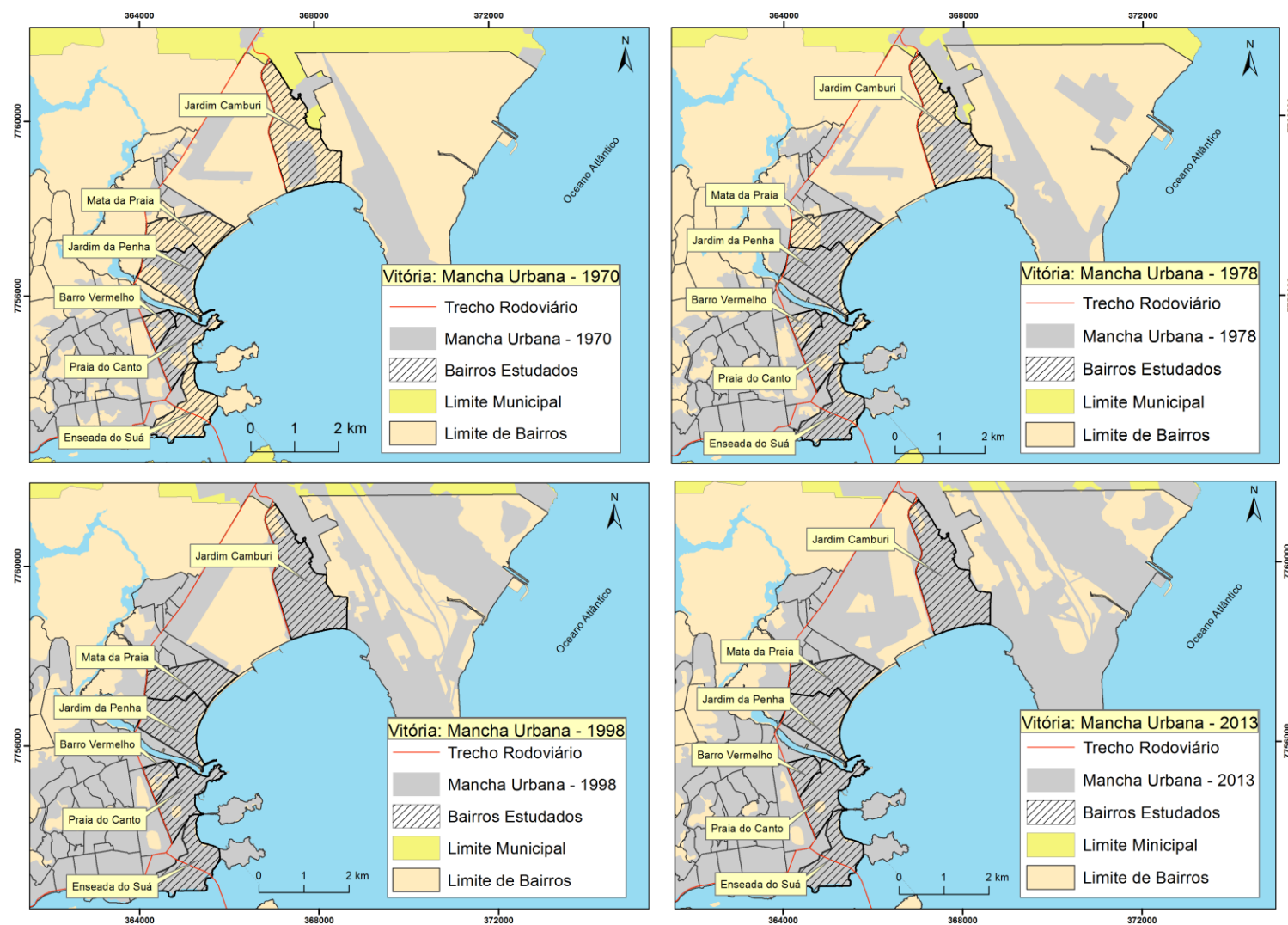
Figura 1 - Comparativo entre épocas e o crescimento da verticalização no balneário de Camburi (ao fundo). Em destaque também a ponte de Camburi.



Fonte: Autor Desconhecido, Datas desconhecidas.

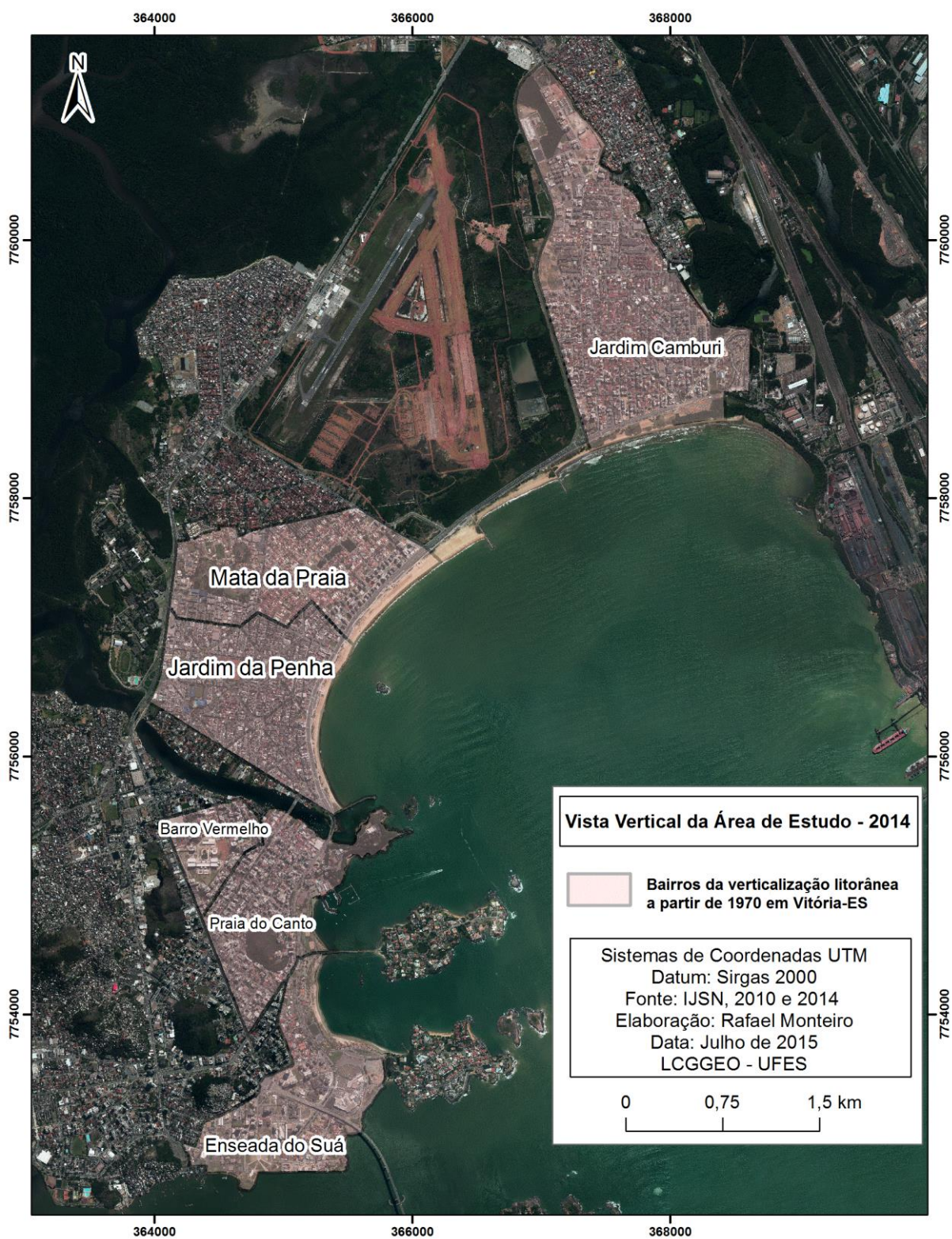
Na década de 1980, o processo de verticalização se desenvolve em direção a outros bairros litorâneos, na área continental e leste de Vitória. Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi fazem parte das novas áreas de verticalização após a ligação (ponte de Camburi) da parte insular da cidade com a parte continental (balneário de Camburi) (GOMES, E. R., 2009; RAMIRES e GOMES, E. R., 2002).

Figura 2 - Crescimento da Mancha Urbana de Vitória – nos anos de 1970, 1978, 1998 e 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Figura 3 - Vista Vertical da Área de Estudo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Conforme Gomes, E. R. (2009) a utilização de propagandas que relacionavam a proximidade com a praia eram artifícios do marketing imobiliário como estratégias de atrativo e valorização. Na análise do período de 1990-2000 “a construção de empreendimentos residenciais na orla continua sendo um negócio bastante rentável para as empresas do mercado imobiliário” (GOMES, E. R., 2009, p. 199). Contudo, o ramo do marketing não foi o único responsável por essa valorização.

Deste modo, a presença de infra-estrutura urbana de toda a ordem, e em especial a relacionada aos embelezamentos urbanísticos, favoreceu a valorização da praia urbana em Vitória, neutralizou o interesse imobiliário anteriormente dirigido ao Centro e realçou o contraste com a região de manguezal, característica marcante da orla norte¹⁷ do município (MENDONÇA, 2005, p. 6).

A orla leste, considerada a vanguarda dos processos urbanos de Vitória, associada aos pesados investimentos urbanísticos e imobiliários, é contrastante aos processos negativos que se acumularam nas áreas de manguezal da orla oeste. A cidade de Vitória, de certo modo, mostra seu desenvolvimento urbano polarizado entre as inovações das classes de maior renda com o seu lado avesso, sequela de uma população alijada, de vida modesta e de subsistência (pesca, panela de barro) (MENDONÇA, 2005).

Quanto a esse aspecto, a situação mais significativa relaciona-se a ocorrida a oeste da ilha, que passou a receber na segunda metade da década de 1970, junto ao lixo, população de migrantes que não alcançava colocação no mercado formal em conformação. A virada econômica vivida na ocasião pela região de Vitória, passando da agro-exportação pautada no café para a grande indústria apoiada na siderurgia, proporcionou então, movimentos inversos e concomitantes. Enquanto a ocupação da orla leste realizava-se por população de alta e média renda, ocorria extensa ocupação da orla oeste, estendendo-se no sentido norte, por população excluída do processo econômico e social em ascensão (MENDONÇA, 2005, p. 7).

As más condições de vida e o isolamento da população de baixa renda foram processos decorrentes da atração promovida pela imagem mitológica dos Grandes Projetos, que por fim não absorviam essa massa de trabalhadores não-qualificados por exigir um padrão de qualificação acima do que esses trabalhadores tinham para oferecer. “Essas pessoas passaram então a trabalhar na construção civil, no setor

¹⁷ A autora utiliza as referências “norte” e “oeste” para a mesma área.

terciário, e também no mercado de trabalho informal (biscateiros, empregadas, domésticas, vendedores ambulantes)” (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 72).

Essa população ganhando um salário baixo e instável, vieram a ocupar a periferia do município de Vitória (caracterizada por morros e mangues) habitando áreas não recomendáveis, de difíceis e precárias condições de infra-estrutura; em cômodos pequenos e de material, muitas vezes, de restos da construção civil (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 72-73).

Retomamos o que foi discutido agora por outras fontes para efeito de comparação: o site *Vitória em Dados* e uma matéria do jornal *Gazeta Online*. As duas fontes se baseiam nos dados do Censo IBGE de 2010 e o resultado converge e demarca uma “linha de fronteira” entre essas realidades díspares: a Avenida Leitão da Silva, que divide a cidade de Vitória entre as polarizações já referidas “leste” e “oeste”. Segundo o site *Vitória em Dados*, a população distribuída espacialmente no município de Vitória apresenta um baixo percentual de pardos e negros nas áreas de valorização imobiliária (orla leste). A segregação e distância social na cidade de Vitória também é enfatizada numa matéria realizada pelo jornal *Gazeta Online*¹⁸ que reforça a divisão da cidade entre brancos e negros/pardos.

Essa polarização também é confirmada quando temos acesso ao mapa de *Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vitória – 2010*¹⁹. Este documento apresenta que a população de menor rendimento mensal (1 a 3 salários mínimos) se concentra a oeste da Avenida Leitão da Silva. Portanto, a distância social de grande parte da população confirma-se no mesmo padrão de espacialização: a concentração da população de maior renda situa-se na orla leste do município.

¹⁸ Acesso em 05/08/2015 - http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/09/especiais/vitoria_463_anos/1496557-leitao-da-silva-a-avenida-que-divide-a-raca-dos-moradores-de-vitoria.html

¹⁹ Os mapas (Fig. 7 e Fig. 18) foram elaborados a partir dos dados do Censo de 2010, cujo valor do salário mínimo correspondia ao montante de R\$ 510,000, hoje em 2016 o salário mínimo é de R\$ 880,00.

Figura 4 - Participação da População Negra e Parda no Total de Habitantes por Bairro de Vitória - 2010.

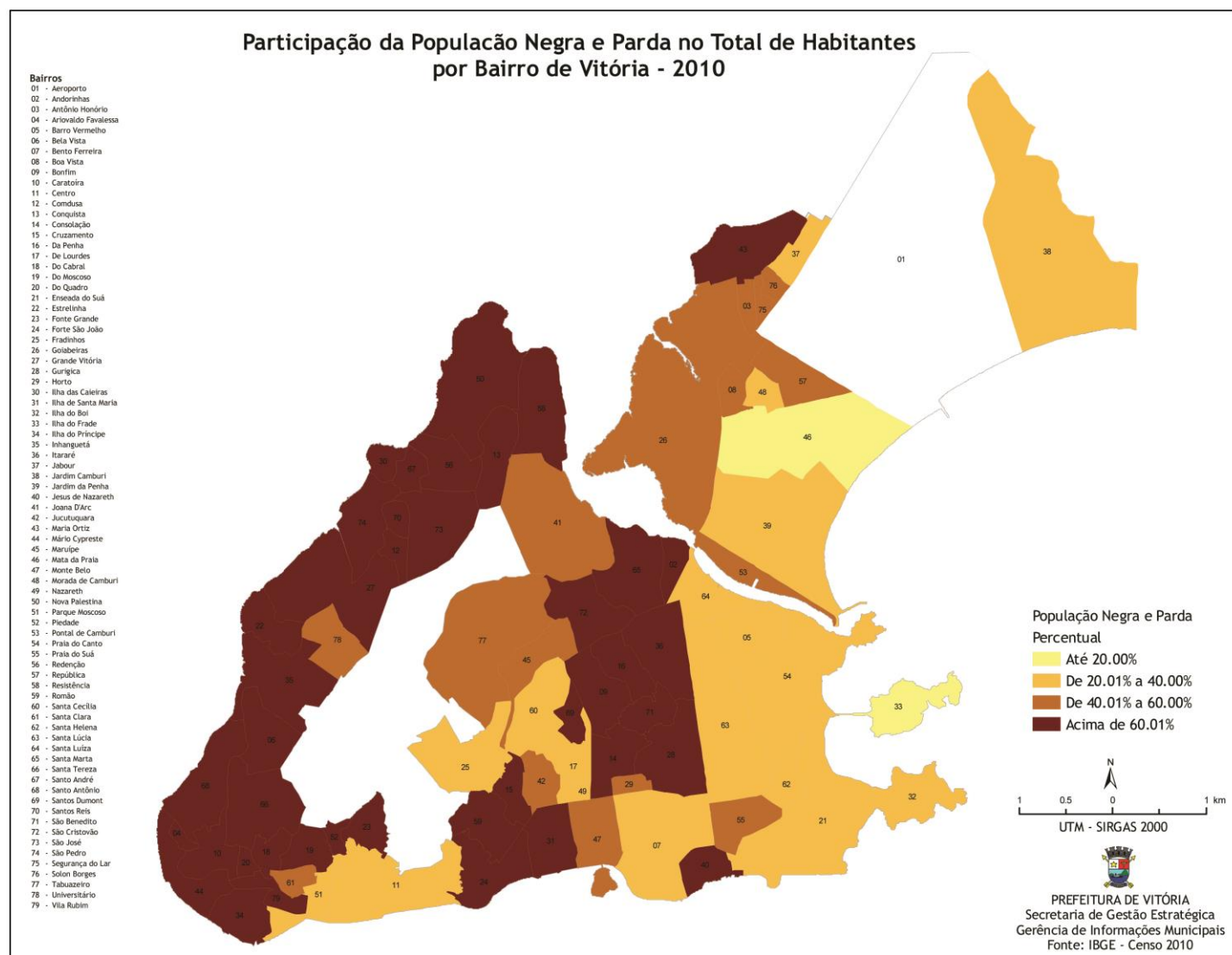


Figura 5 - Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vitória - 2010.

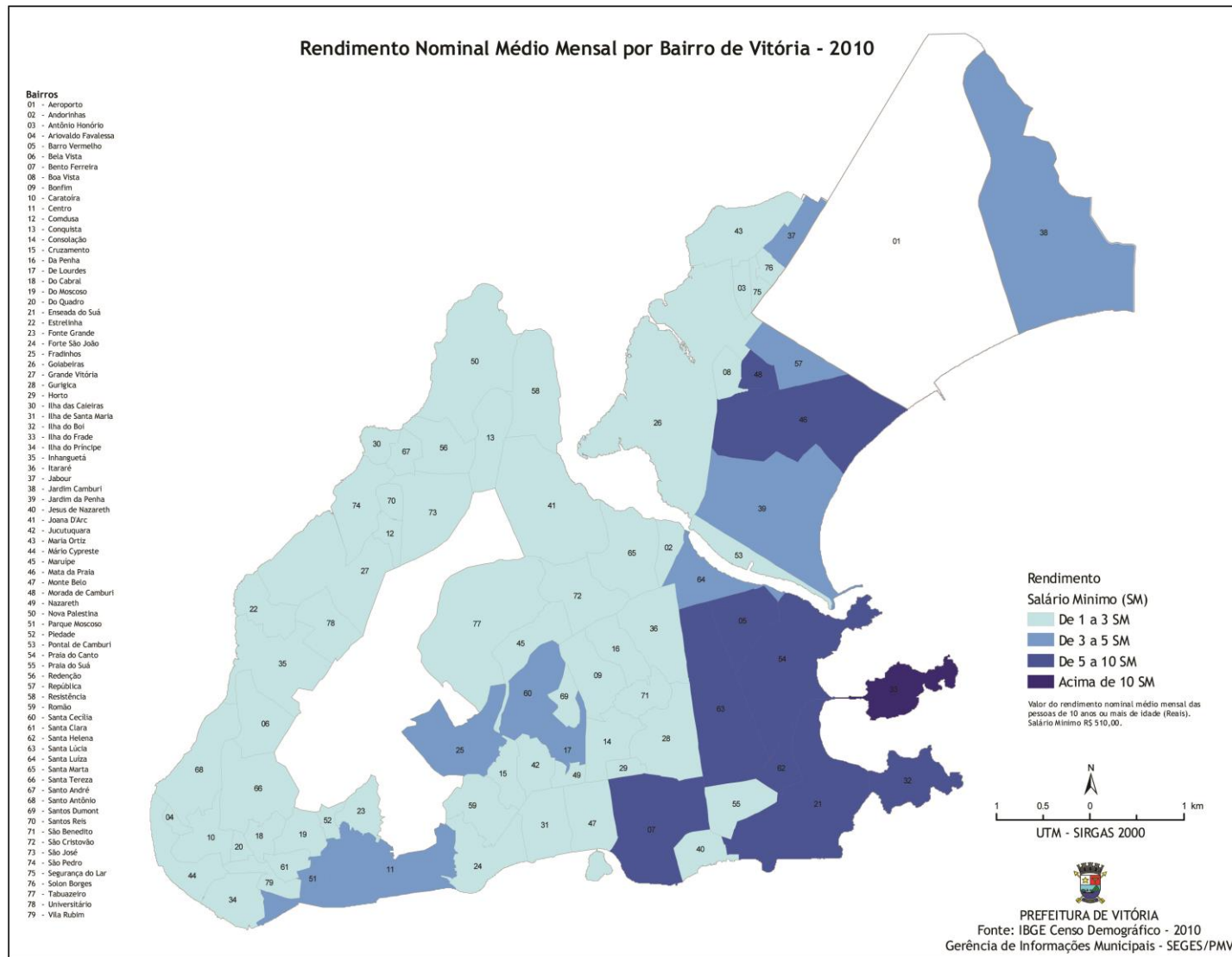


Figura 6 - Vitória com informações referentes ao texto.



Fonte: Autor e data desconhecidos. Edição: Rafael Santos da Luz Monteiro.

Atentamos aqui para uma análise mais abrangente da urbanização e economia capixaba. Até 1960 o modelo econômico pautava-se predominantemente na produção cafeeira e o Espírito Santo permanecia numa baixa integração econômica com outros estados e regiões brasileiras. Em razão disso, especificamente no Espírito Santo, um plano do Governo Federal busca balancear o desequilíbrio econômico regional do país e interno do sudeste. O marco da modernização econômica capixaba inicia-se pela erradicação dos cafezais, processo que ao desenvolver-se com outros projetos pôs o estado em integração econômica com o plano nacional e internacional. No entanto, a modificação do modelo agroexportador para o padrão industrial-exportador acentuou as desigualdades e imprimiu severas mudanças na distribuição populacional do estado do Espírito Santo, pois o plano de intervenção e integração nacional-regional não tinha previsto o impacto dos grandes contingentes migratórios em direção as zonas atingidas pela modernização (SIQUEIRA, 2009).

A grande mobilidade espacial da população provocou mudanças, tanto demográficas quanto socioeconômicas. As contradições sociais no interior da sociedade capixaba intensificaram-se de maneira rápida, deu-se o acelerado inchamento da periferia, e um processo de urbanização desordenado e desigual (SIQUEIRA, 2009, p. 10).

O próprio desequilíbrio econômico interno do Espírito Santo concentrando as áreas de desenvolvimento nas mediações da capital do estado gerou uma dinâmica abrupta de esvaziamento das áreas de população rural em direção às áreas urbanas (Região da Grande Vitória – Vitória, Cariacica, Serra, Vila Velha e Viana). O quadro populacional em 1960 é configurado por 28,4 % de população urbana para 71,6 % população rural. Em contrapartida, já em 1991 a geografia populacional entre rural-urbano no Espírito Santo é invertida apresentando 74,1% de população urbana e 25,9% de população rural (SIQUEIRA, 2009).

A política e o desenvolvimento focados em grandes projetos econômicos traziam efeitos colaterais de outras dimensões para a região da Grande Vitória que “não possuía infraestrutura para receber o grande fluxo migratório do interior do estado e de outros estados, que se deslocavam em sua direção, formando um elevado contingente de mão-de-obra com pouca, ou sem nenhuma qualificação” (SIQUEIRA, 2009, p. 14).

Segundo Siqueira (2009) o novo modelo de desenvolvimento econômico que dava propulsão aos grandes negócios, concomitantemente excitava o intenso êxodo rural que logo mais se transformava em miséria e no desemprego urbano. Nesse sentido, a Região da Grande Vitória torna-se foco de problemas de ocupação urbana, os problemas se alastram da capital Vitória para seus municípios vizinhos. A expansão da malha urbana é acompanhada pelo surgimento e expansão de áreas periféricas que alojam o imenso contingente da classe trabalhadora “e concentram, tanto a pobreza da cidade, quanto a de seus habitantes” (SIQUEIRA, 2009, p. 14).

A representação maior da pobreza urbana, nesse processo recente de desenvolvimento modernizante, está nas aglomerações das periferias das cidades, nos morros, nas baixadas, nas regiões de mangues, nas beiras de estradas e das rodovias, não poupando os núcleos centrais das cidades com ocupações faveladas, com alto índice de precariedade urbana (SIQUEIRA, 2009, p. 14-15).

Segundo Siqueira (2009), o crescimento econômico desigual trouxe na mesma medida uma realidade urbana e social de desequilíbrios, onde progrediu uma estrutura de urbanização que ignorou, para a grande maioria da população envolvida, o acesso a bens de serviço, condições salariais satisfatórias, educação, moradia, transporte, resultando dessa inequação o crescimento econômico acompanhado de pobreza, isolamento e desamparo.

Os investimentos para os Grandes Projetos foram realizados de maneira concentrada, priorizando o espaço da Grande Vitória, utilizando capital intensivo e tecnologia poupadora de mão-de-obra, causando efeitos perniciosos como a marginalização dos trabalhadores menos qualificados, acentuando as desigualdades regionais e sociais e concentrando os investimentos públicos na superação dos gargalos infra-estruturais da produção. As pequenas e médias indústrias, apesar da expansão, têm caráter desintegrado e não multiplicador, além de sofrerem concorrência dos produtores de áreas mais desenvolvidas (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 11).

Em suma, a modernização/industrialização do Espírito Santo movida por projetos de grande magnitude, concentrados especificamente na região da Grande Vitória culminaram em um espaço cada vez mais complexo e diferenciado que engendrou uma forte desigualdade espacial (CAMPOS JUNIOR & GONÇALVES, 2009).

Tendo como referência temporal sobretudo os anos 1970 e 1980, a dinâmica urbana da metrópole da Grande Vitória se “resume” em dois processos, que se articulam na totalidade da produção social da cidade: 1) verticalização da área central de Vitória e de porções norte e leste da capital e, posteriormente, da orla de Vila Velha, como resultado da apropriação do espaço urbano pela incorporação imobiliária, que se consolida a partir dos anos 1970; 2) expansão periférica enquanto lugar onde a população migrante com menos recursos encontrou condições de se reproduzir, seja a partir de ocupações de áreas ambientalmente frágeis, de conjuntos habitacionais (financiados pelo antigo BNH) ou de loteamentos populares distantes das áreas mais bem servidas de infraestrutura (CAMPOS JUNIOR & GONÇALVES, 2009, p. 72).

Tais condições desbalanceadas da realidade socioespacial capixaba eram tão alarmantes que o *Plano de Habitação Emergencial da Grande Vitória* do Governo Estadual do Espírito Santo (1987), após um estudo nos municípios de Vitória, Cariacica, Vila Velha, Viana e Serra, constataram quase de metade da população em situação degradante: habitavam na Grande Vitória “950 mil pessoas, com 400 mil habitantes vivendo em condições subnormais” (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 6). A proposta do documento previa a intervenção para

implantação de lotes urbanizados, urbanização de assentamentos subnormais, regularização de ocupação e loteamentos clandestinos, construção de moradias e regularização de unidades já construídas ou em fase de construção com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 6).

As profundas mudanças de teor estrutural-espacial na urbanização da região da Grande Vitória evidenciam os problemas deparados pelas famílias de baixa renda que, desprovidos de recursos para arcar com moradia, se alojaram nos morros, favelas, encostas e outras áreas, próximas às centralidades. Portanto, paralelamente, forma-se uma urbanização portadora do contraditório desenvolvimento, onde

[...] a malha urbana foi gradualmente se expandindo e inchando até ocupar as áreas dos cinco municípios em um contínuo metropolitano denominado convencionalmente de Aglomerado Urbano da Grande Vitória. De sítio natural frágil e seletivo teve as melhores terras tomadas especulativamente, relegando as áreas mais impróprias às populações de menor poder aquisitivo (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 10).

Os processos urbanos do município de Vila Velha possuem relação íntima com os processos ocorridos no Espírito Santo e na capital Vitória. Portanto, atentaremos a seguir sobre as apropriações do mercado imobiliário, processo aliado a expansão das atividades de Vitória, tais transformações perpassam pelos mesmos processos produtores de discrepâncias na paisagem e na condição social da população entre o litoral e o interior citadino. “As transformações mais significativas de Vila Velha processaram-se mais acentuadamente a partir dos anos 60, o que está diretamente relacionado às mudanças sócio-econômicas sofridas pelo Estado neste período” (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 60).

No início do século XX, Vila Velha apresentava sua expressividade urbana nos bairros Centro e Prainha. Até 1928, o principal acesso à baía era realizado por meio de embarcação (no bairro Paul), visto que as atividades econômicas e oferta de bens e serviços se concentravam na capital capixaba (NETO, J. B., 2012). Segundo o site Vitória em Dados²⁰ a conclusão da construção da ponte Florentino Avidos (“primeira ponte”), em 1928, muda a acessibilidade, faz a primeira ligação por terra

²⁰ In: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao2/ilhadoprincipe.asp> - Acesso em 15/07/2015

com a capital. Este novo acesso (atual São Torquato) influencia na expansão urbana, mais precisamente na porção norte/noroeste, de Vila Velha.

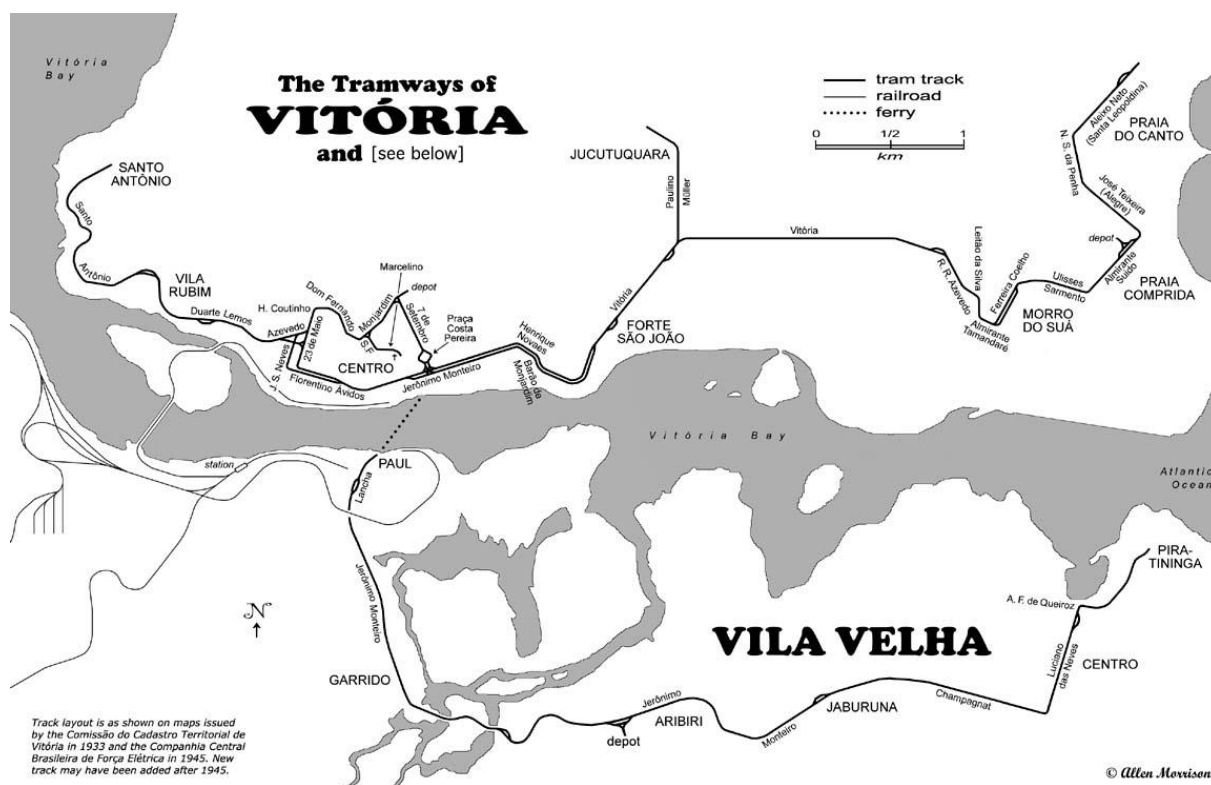
Desse período em diante, Vila Velha se integra cada vez mais ao processo de expansão urbana derivado do crescimento de Vitória, absorvendo a população migrante de baixo poder aquisitivo que buscava terras onde o preço fosse pequeno ou nulo (ESPÍRITO SANTO, 1983, p.14).

Nos anos 1940, a orla de Vila Velha ainda permanecia com as comunicações na infraestrutura de transportes distante da capital do Espírito Santo e isso desfavorecia qualquer tentativa de ocupação próximo a linha de costa (NETO, J. B., 2012). Por isso,

não havia ainda condições mínimas de valorização de seu espaço urbano que incentivassem a produção de moradias para venda, além da própria dificuldade de comunicação até então entre as praias vilavelhenses e o centro da capital (já que orla não era atendida pela linha do bonde), o que restringia seu uso à construção de residências de veraneio (NETO, J. B., 2012, p.114).

A urbanização do município ainda se desenvolvia pela porção norte/noroeste, mantendo forte conexão com Vitória ainda por embarcação e pela ponte Florentino Avidos (bonde e automóvel). As linhas dos bondes (perduraram até a década de 60) escavavam um traçado de urbanização em suas rotas e incentivavam a ocupação no entorno (figura 8). (CELANTE, 2014).

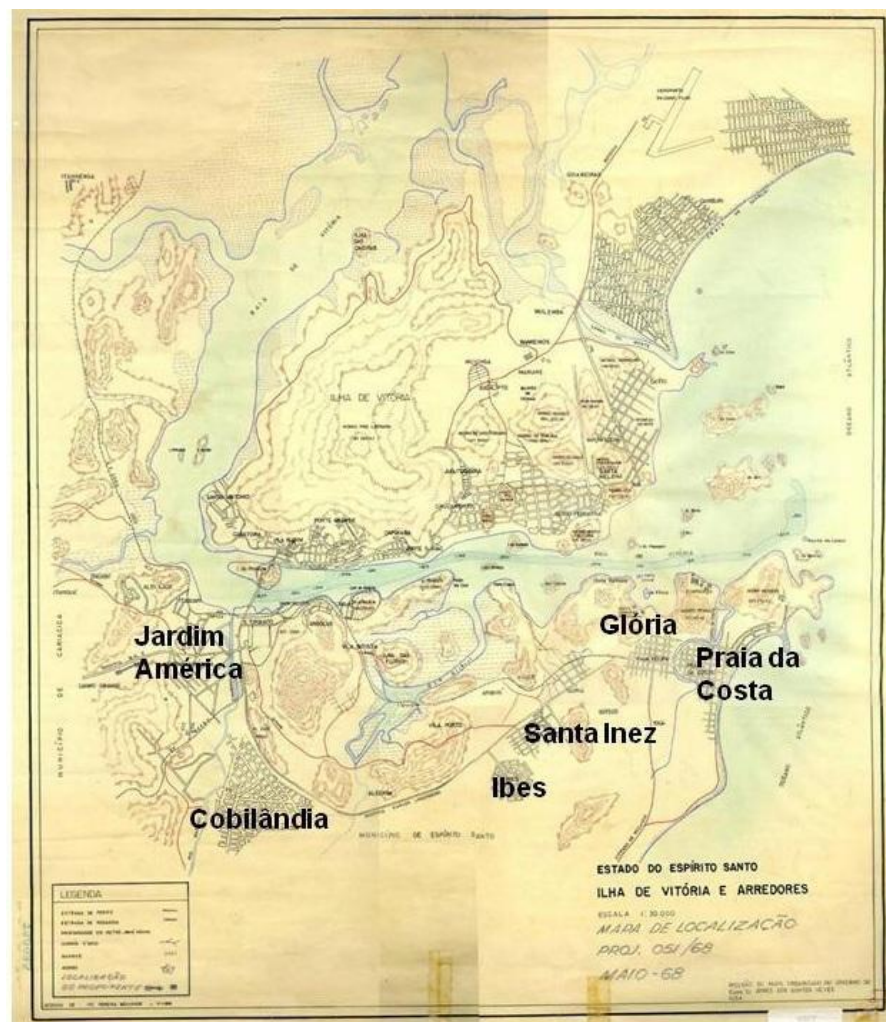
Figura 7 - Malha Viária de Vila Velha e Vitória em 1933-1945 (linhas de bonde e balsa).



Fonte: Morrison, Allen. 1989.

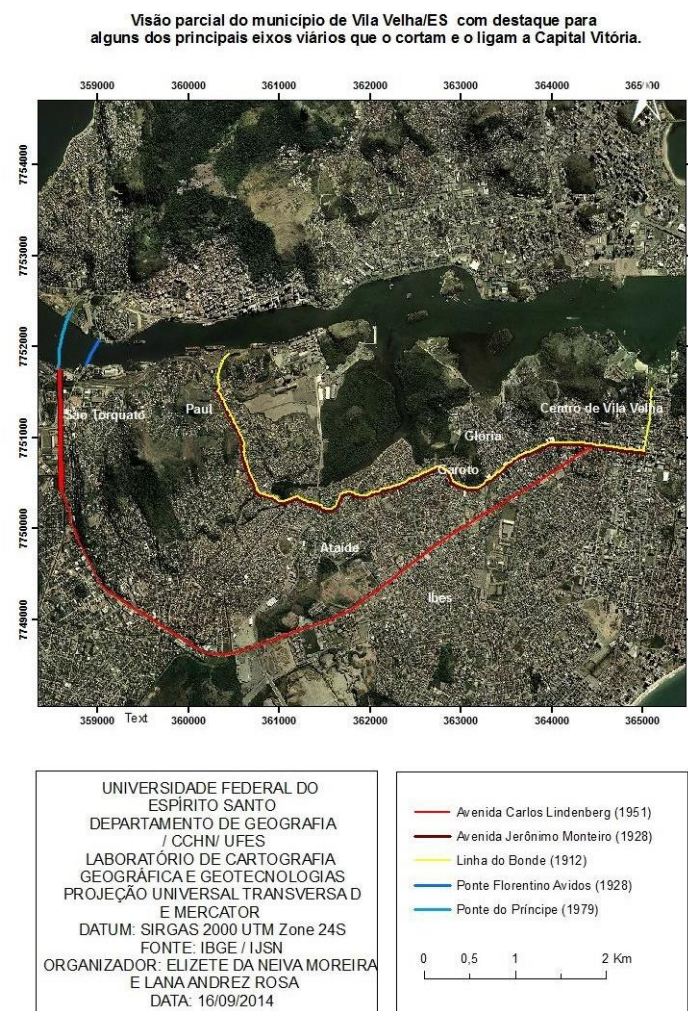
A concentração de atividades em Vitória fazia com que Vila Velha crescesse majoritariamente em torno das conexões que davam acesso à capital. Primeiramente, a urbanização se faz pelos trilhos do bonde e das embarcações no atracadouro de Paul. Posteriormente, após a concretização da rodovia Carlos Lindemberg (inaugurada em 1951) desenvolve-se uma importante ocupação urbana que se servia dessa ligação entre a capital Vitória (centro cívico, histórico e econômico) com o Centro de Vila Velha (GARCIA, 2013). A rodovia Carlos Lindemberg dá novo direcionamento urbano “pela implantação de novos loteamentos como Cobilândia, Ibes, Santa Inez, Glória e também a Praia da Costa”. (GARCIA, 2013, p. 72).

Figura 8 - Ilha de Vitória e Arredores - 1968.



Fonte: Adaptado de Instituto Jones dos Santos Neves. Extraído de GARCIA, 2013.

Figura 9 - Pesquisa de Elizete da Neiva Moreira (2015) trazem considerações análogas quanto aos eixos de expansão de Vila Velha - ES.



Fonte: MOREIRA (2015).

Figura 10 - Orlas de Vila Velha e Vitória (ao fundo) na década de 1970, registro que demarca a incipiente urbanização nos dois municípios.



Fonte: Wernersbach, Marcelo. IN: NETO, J. B., 2012, p. 117.

De 1940 a 1960 a cidade de Vila Velha apresentava o maior crescimento demográfico entre as maiores aglomerações do estado (acréscimo de 41.527 habitantes), por abrigar, “em geral, parte da população que migrava para a nascente região metropolitana e não tinha condições de se estabelecer na capital, em face exatamente à crescente valorização e mercantilização de seu espaço urbano” (NETO, J. B., 2012, p.115-116). A intensidade desse fenômeno migratório perdurou também na década de 70, movimento que pode ser explicado pelo

[...] processo de erradicação dos cafezais engendrado pelo governo federal, quando grandes massas populacionais migraram para a Grande Vitória”, assentando-se, principalmente, em Cariacica e Vila Velha que absorveram no período 73/77 cerca de 66% das migrações da região. (ESPÍRITO SANTO, 1987, p.60).

Figura 11 - Pontes entre Vila Velha e Vitória.



Fonte: HIPARC/VERACIDADE, Edição: Monteiro, Rafael.

No entanto, historicamente as vias de acesso (balsas, trilhos, pontes, rodovias) se acumularam em direção ao município de Vitória, pois ainda na década de 1960 o crescimento e concentração de serviços urbanos ainda perduravam na capital capixaba.

Assim, a área central de Vitória, praticamente a única a oferecer os principais serviços, passou a ser o único referencial neste aspecto a toda aglomeração, e condicionou desta forma os fluxos de pessoas na sua direção. Sobrepostos à malha íntima de cada porção, desenharam-se as principais vias de tráfego. A BR 262 e a rodovia Carlos Lindemberg são exemplos típicos e acumulam, juntamente com a ponte Florentino Avidos, tanto o acesso a área central, como o tráfego de simples passagem continente-ilha, ilha-continente. (ESPÍRITO SANTO, 1983, p. 17).

Vila Velha carecia de equipamentos urbanos e, contraditoriamente, continuava a absorver os migrantes majoritariamente oriundos do interior do estado. Os recém chegados, sem capacitação e/ou instrução adequada não conseguiam ocupar as vagas do mercado formal que surgia em torno dos grandes projetos, alojavam-se nas áreas de baixo ou nulo custo, com moradias de péssima qualidade. Mangues e Morros “[...] comportam o assentamento precário característico das populações rurais recentemente ‘mergulhadas’ no ambiente urbanizado”. (ESPÍRITO SANTO, 1983, p.17).

Em 1979 é inaugurada a Segunda Ponte, batizada formalmente de Presidente Costa e Silva, também realiza uma conexão de maior porte entre a capital e Vila Velha. Contudo, a mais importante ligação para a composição da orla como nova zona de dispersão foi a terceira ponte, iniciada na década de 1980, a obra foi a abertura para o processo de verticalização litorânea no município.

Com o avanço das obras em andamento da 3ª Ponte, a construção insere Vila Velha no mercado imobiliário. A partir de Vitória, busca-se o estabelecimento de um contínuo imobiliário, unindo a faixa litorânea dos dois municípios. (CAMPOS JUNIOR, 1999, p. 4).

Figura 12 - Início do processo de verticalização durante as obras da Terceira Ponte.



Fonte: <http://morrodomoreno.com.br>, Maio, 1987.

Figura 13 - Panorâmica da capital Vitória e porção norte de Vila Velha. Terceira ponte em destaque.



Fonte: Autor desconhecido, data desconhecida. Edição: Monteiro, Rafael.

A partir dos anos 1980 a paisagem litorânea sofre forte modificação por meio da concentração de empreendimentos imobiliários. Em consequência, ao longo desse processo intensificou-se a discrepância entre as construções verticalizadas próximas ao litoral e as horizontalizadas no interior da cidade. Nessa nova dinâmica a paisagem se diferencia estando associada ao deslocamento de parte da elite capixaba para os terrenos mais valorizados próximos a linha de costa (Neto, J. B., 2012). “As poucas áreas de lazer situam-se nos bairros nobres, junto às praias, restando para os outros bairros apenas praças, na maioria sem nenhuma benfeitoria” (ESPÍRITO SANTO, 1987, p.61).

Figura 14 – Adensamento da verticalização em Vila Velha e Vitória (ao fundo).



Fonte: Autor desconhecido, data desconhecida.

A conclusão da terceira ponte acarretou novas dinâmicas populacionais e locais para os municípios de Vitória e Vila Velha. Inaugurada em 1990, a ponte possibilitou mais intensamente a alternativa de deslocamento das populações de maior mobilidade territorial (ou renda) da capital Vitória para a orla de Vila Velha. Essa possibilidade de desconcentração também alterou internamente o município, que antes tinha seu centro na capital Vitória, agora deslocado para a costa vilavelhense. Desse modo,

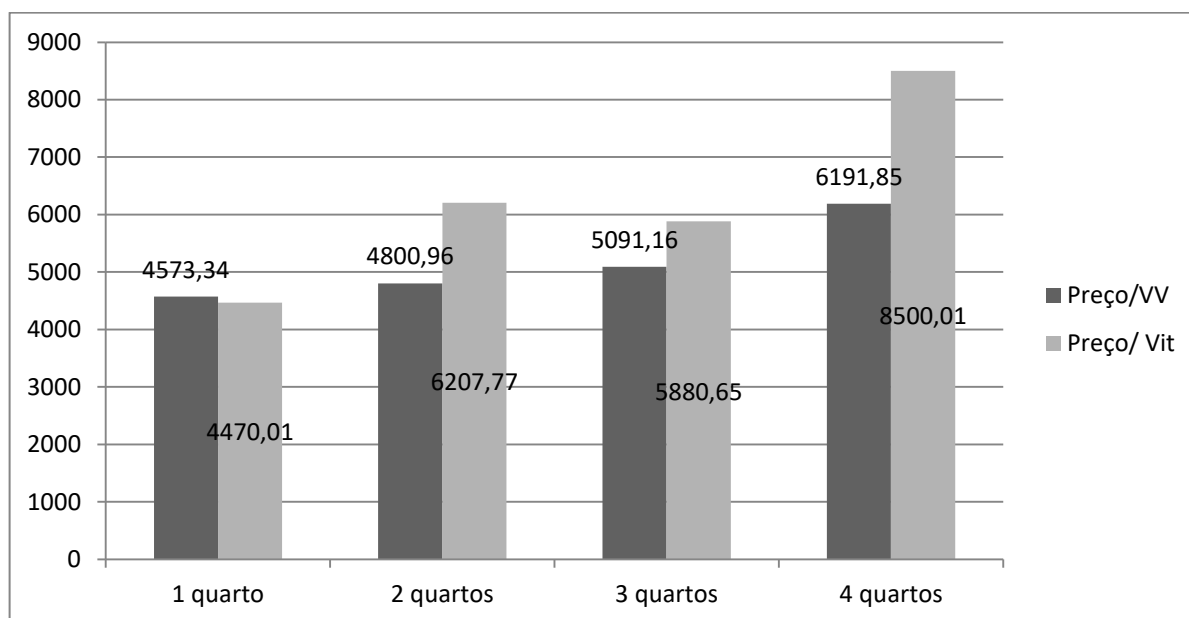
[...] a conformação de um forte contraste morfológico do espaço urbano entre litoral e interior no município de Vila Velha está pouco relacionada a elas e muito mais ligada aos critérios mais tradicionais de diferenciação do espaço urbano que determinam a dicotomia áreas privilegiadas/áreas periféricas (se é que assim se poderia dizer), como o acesso a áreas de lazer (as praias, mais especificamente), e a distância aos centros de comércio e prestação de serviços, que até bem pouco tempo concentravam-se na capital Vitória, município vizinho, e eram escassos em Vila Velha (NETO, J. B., 2012, p. 12-13).

Atualmente a orla do município de Vila Velha se caracteriza pela maior expansão urbana em direção sul. Pode-se identificar esta expansão em muitos trechos que já

se apresentam tomados pelos empreendimentos imobiliários de alta valorização. O contraste da cidade se revela em comparação com seu interior entre as “construções do litoral, produzidas em sua maioria por construtoras e incorporadoras para venda, e a horizontalidade das edificações do interior de seu território, onde predominam a autoconstrução e/ou a construção sob encomenda” (NETO, J. B., 2012, p. 101).

As áreas de praia são as mais valorizadas, como já mencionado. Segundo o Sinduscon-ES, e como revela o gráfico abaixo, o preço do m² construído nos municípios de Vila Velha e Vitória são elevados, revelando a valorização imobiliária dos empreendimentos nesses locais. Os mapas que seguem (fig. 15 e fig.16) representam o processo da valorização imobiliária das áreas litorâneas desses municípios, uma vez que a maior concentração de lançamentos e unidades construídas, de uso residencial, acontecem nessa parte da cidade, dada a intensa busca por essas áreas por parte do mercado consumidor²¹.

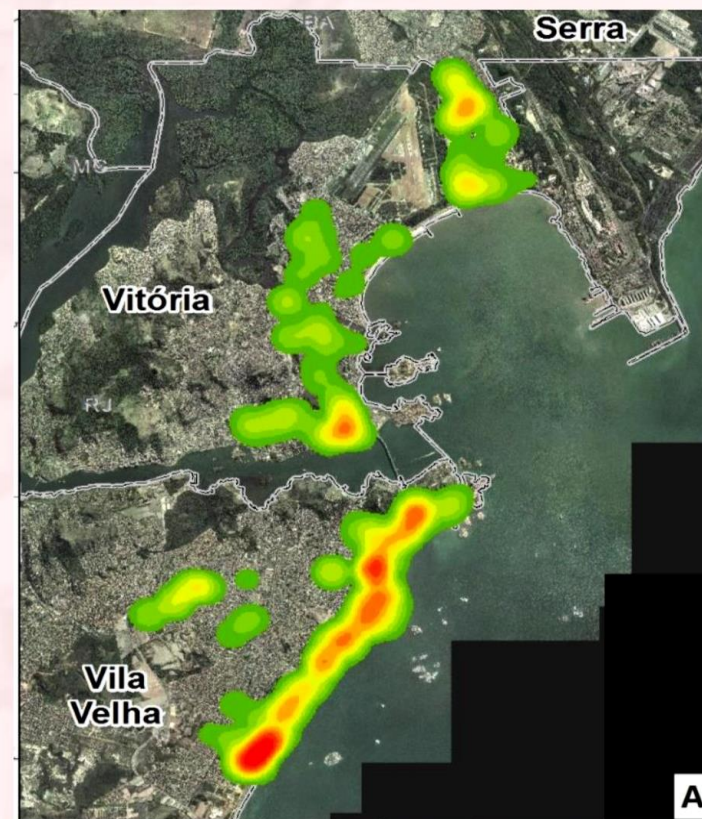
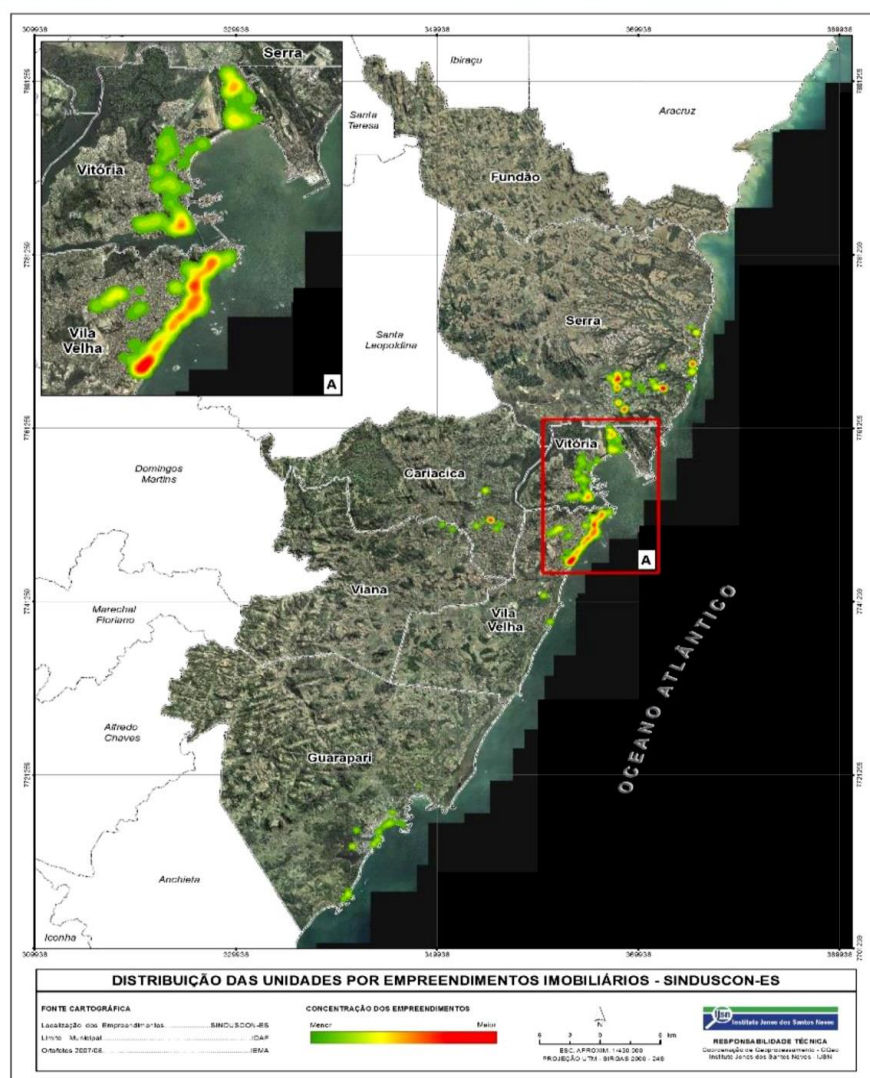
Gráfico 1 - Preço/M² médio dos empreendimentos em Vitória e Vila Velha.



Fonte: Sinduscon - Censo Imobiliário, Maio de 2015.

²¹ Lembrando que o mercado consumidor em questão possui um alto poder aquisitivo.

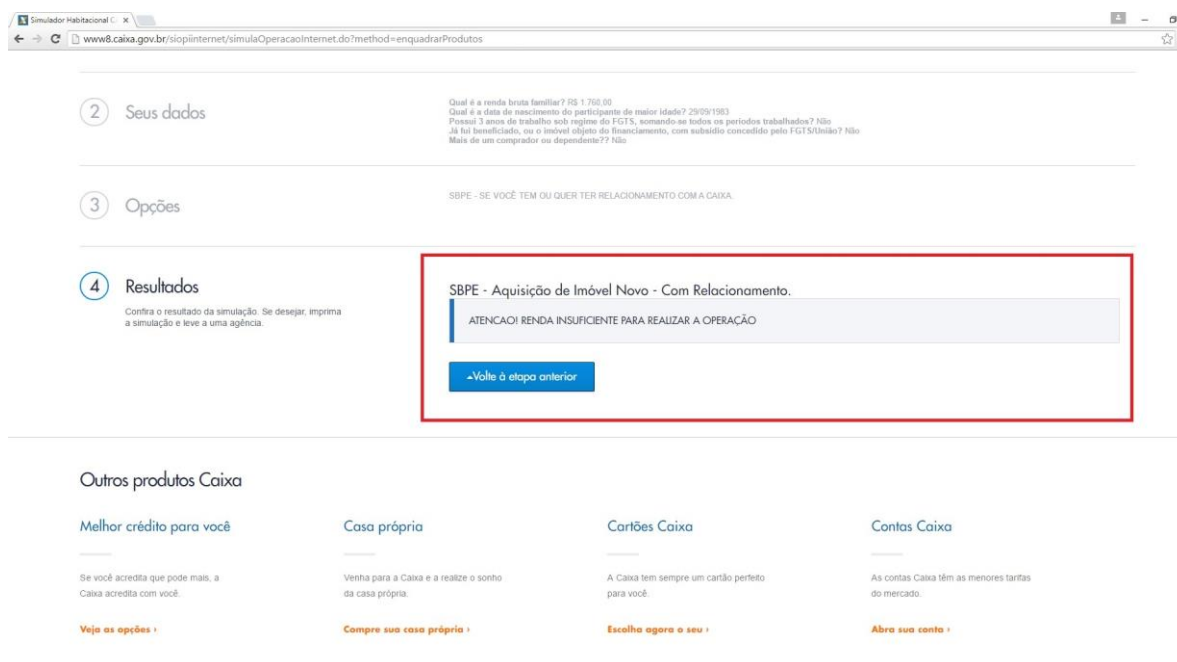
Figura 15 - Distribuição das Unidades Por Empreendimentos Imobiliários - Sinduscon - ES.



* Elaboração Instituto Jones Santos Neves

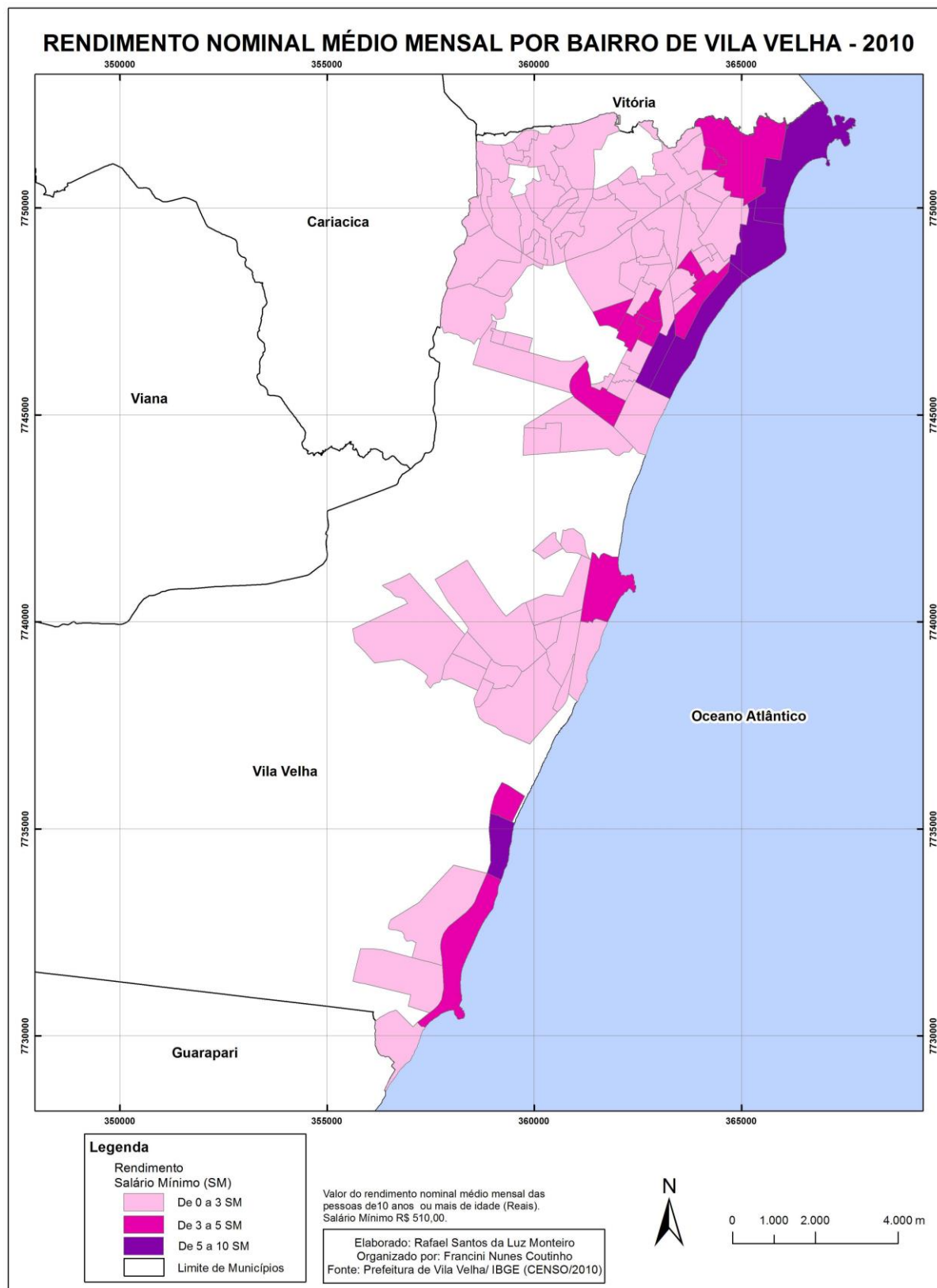
Considerando os dados sobre o valor do metro² dos novos empreendimentos imobiliários nas cidades de Vitória e Vila Velha, realizamos a simulação de financiamento habitacional da Caixa Econômica pensando num imóvel de 2 quartos, 55 metros² em Vila Velha, o custo total do imóvel correspondeu a R\$ 240.000,00 (o valor do metro² foi extraído do Censo Imobiliário do Sinduscon de 2015, representado pelo gráfico 1 desta pesquisa). O experimento de escolher um imóvel pequeno consistiu em aproximar a possibilidade de financiamento para um perfil socioeconômico de uma família de duas pessoas, supondo o ganho de dois salários mínimos, o que totalizaria no ano 2016 a cifra de R\$ 1.760,00.

Figura 17 - - Printscreen do resultado da simulação de financiamento habitacional da Caixa Econômica em 05/04/2016.



A conclusão da simulação obteve como resultado o impedimento por renda insuficiente para tal operação. Essa é só uma evidência dentre outras discutidas que a urbanização litorânea opera sob os anseios de classe e pela lógica de valorização imobiliária. A pressão de mercado gerada no simples trabalhador assalariado conduz uma tendência de organização espacial que afasta e divide as moradias segundo camadas de renda.

Figura 18 -- Rendimento Nominal Médio Mensal por bairro de Vila Velha – 2010.



O mapa de *Rendimento Nominal Médio Mensal por bairro de Vila Velha – 2010* (figura 18) apresenta uma configuração espacial análoga a do município de Vitória (figura 6) quando se trata da espacialização da população em relação ao litoral. Podemos observar a partir da leitura do mapa acima que morar próximo ao litoral (costa leste) é um privilégio das classes de maior renda, enquanto no restante do município habita a população de 0 a 3 salários mínimos.

Há de fato uma segregação espacial quando nos referimos aos locais de moradia e lazer das cidades em questão. No litoral leste não apenas foi estabelecido um contínuo imobiliário, como concentraram-se as classes de mais altos salários. A proximidade com o litoral, tanto de Vitória, quanto de Vila Velha, impulsionam o processo de valorização imobiliária na RMGV.

O mercado imobiliário, principal agente da urbanização contemporânea, em comunhão com a ação estatal e outras formas de capital privado é o grande responsável/intermediador pelas/das transformações na construção da cidade. A lógica do mercado imobiliário polariza a cidade em áreas de extrema valorização (vanguardistas) e áreas pouco valorizadas (obsoletas). Os processos de diferenciação parecem mais nítidos quando analisamos os padrões de edificações e produção de equipamentos urbanos nas áreas próximas ao litoral, valorizadas do ponto de vista do capital, em detrimento da produção de áreas menos valorizadas, nesses casos em destaque, sendo geralmente as áreas mais afastadas das praias. Essa diferenciação, baseada no processo de valorização, acontece diretamente pela capacidade pequena que o trabalhador, mal remunerado pelo capital, de habitar em áreas valorizadas, tendo que se concentrar em áreas ambientalmente frágeis, de risco e sem infraestrutura adequada. Assim como apontam Villaça (2001) e Gomes (2006) em relação aos processos urbanos da orla do Rio de Janeiro; Neto, J. B. (2012) para Vila Velha; Mendonça (2005) e Gomes, E. R. (2009) para Vitória.

Figura 19 - Mancha Urbana - Área de estudo (1970, 1978, 1998, 2013).

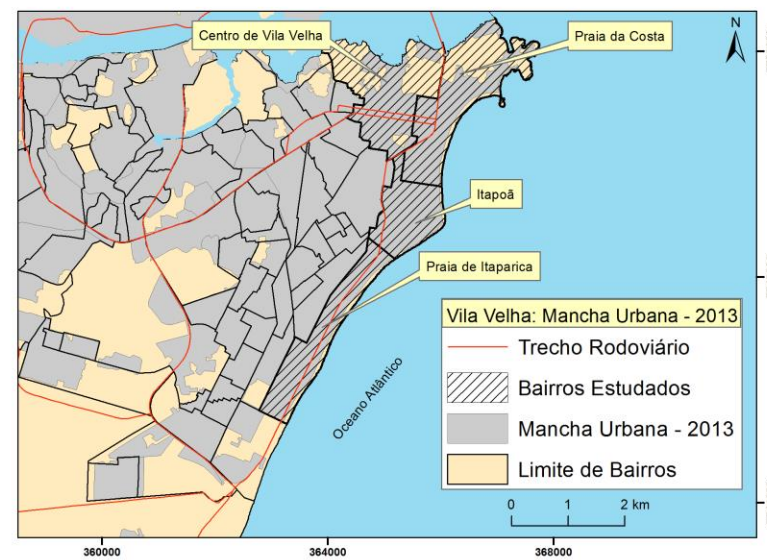
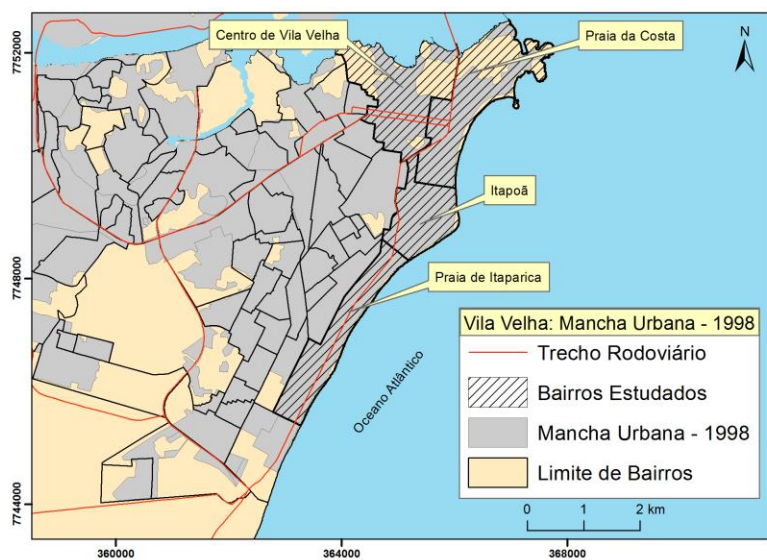
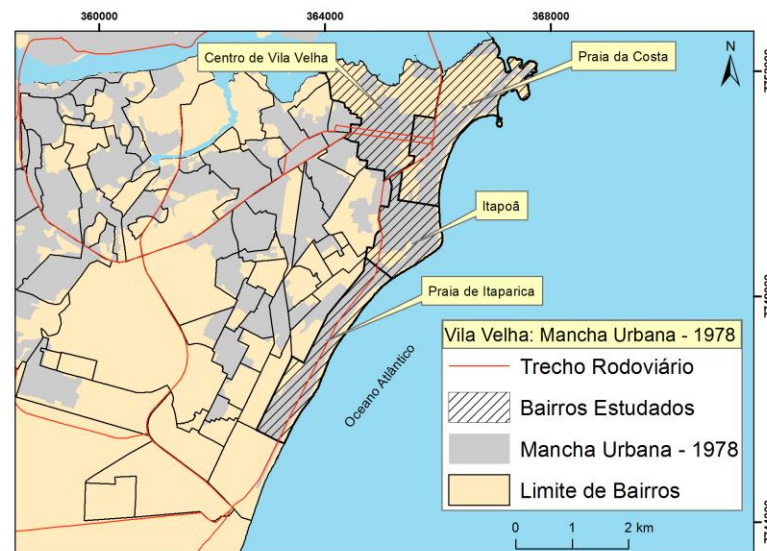
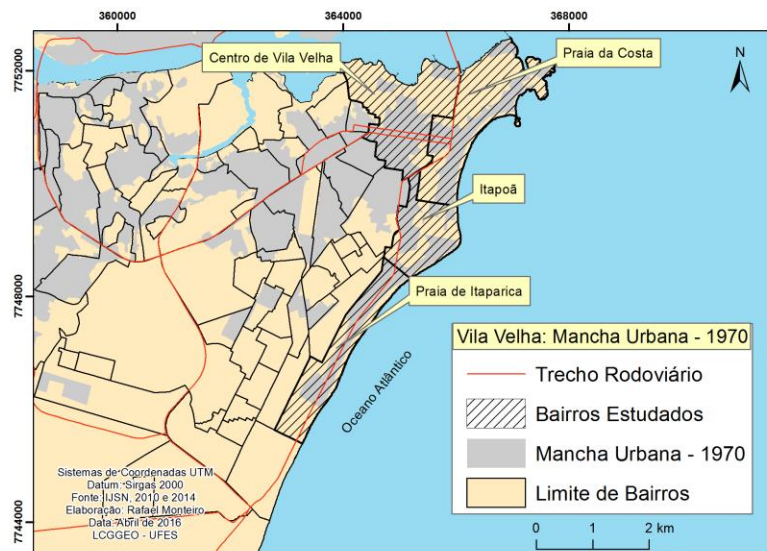


Figura 20 - Concentração da verticalização na orla de Vila Velha.



Fonte: Monteiro, Rafael. Janeiro, 2015.

Figura 21 - Concentração da verticalização na orla de Vitória.



Fonte: Monteiro, Rafael. Janeiro, 2015.

O desenvolvimento desse capítulo teve como objetivo descrever alguns processos marcantes da configuração urbana das cidades litorâneas, especialmente as que são retratadas particularmente nessa pesquisa. Este esforço investigativo nos faz reconhecer uma composição urbana desigual produzida ao longo de sua história que, se a excetuarmos, tornaríamos incompreensível e insuficiente uma estrutura de análise espacial, pois o litoral é, sobretudo nesses casos apresentados, um marco concreto que sustenta uma noção parelha entre a distância física e distância social. Portanto, o histórico da geografia litorânea dará um enquadramento aos dados coletados (presentes no próximo capítulo), que qualifica um pano de fundo da produção espacial da cidade e das consequências adjuntas ao seu desenvolvimento.

CAPÍTULO 3 – SEGREGAÇÃO E TERRITORIALIDADES NAS PRAIAS DE VITÓRIA E VILA VELHA: UMA ANÁLISE PANORÂMICA PRELIMINAR

O presente capítulo começa a delinear, de modo preliminar, uma resposta à questão chave, referente às principais territorialidades que emergem no contexto da dinâmica socioespacial associada à frequência das praias pesquisadas nos municípios de Vila Velha e Vitória. Para tanto ele foi dividido em duas partes, a primeira (3.1) reservada à exposição sintética dos procedimentos operacionais da pesquisa. A segunda, por sua vez, dá início à análise preliminar do perfil socioeconômico dos frequentadores das praias de Camburi e Curva da Jurema (em Vitória) e das praias de Itapuã e Praia da Costa (em Vila Velha).

Esse capítulo descreve os procedimentos condutores da análise: revisão bibliográfica, coleta, reunião de dados e método para avaliação dos itens subsequentes. Os procedimentos adotados objetivam avaliar a conformação de territórios, apropriações segregacionistas e distância social estabelecida entre frequentadores nas referidas praias de Vitória-ES e Vila Velha-ES.

Os apontamentos teóricos são orientadores da pesquisa no que tange aos seus procedimentos operacionais. Frente à questão posa-se a dimensão física e abstrata, pessoas e objetos mediatizados pela ação e interpretação dos indivíduos, quanto à sua postura, comportamento e escolha do local a ser frequentado.

Na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são portanto, indissociáveis, e uma discussão sobre tal tema passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que “dão concretude à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem fenomenológica do problema (SERPA, 2004, p. 22).

O desafio tem início na escolha das escalas de representação, pois a delimitação de uma área ou mapeamento de um conjunto de fenômenos significa apenas uma escolha diante da realidade. Portanto, as escolhas tomadas na análise que se segue levam em conta que descrever esses fenômenos na escala local nos obriga dispor de método comparativo com outros recortes espaciais (GOMES, 2006).

Assim sendo, este trabalho objetiva apreender no âmbito da praia uma correlação com elementos inerentes à própria lógica de produção do espaço urbano da RMGV: locais de moradia, condição de mobilidade, grau de instrução e outros fatores que revelam o grau de acessibilidade das praias para a população capixaba. Avalia-se aqui a acessibilidade da praia, a princípio um espaço público de frequência irrestrita e disponível para a população. No entanto, a distância social, na forma de territórios, apropriações segregacionistas, etc., fundamenta o debate para a questão do direito à cidade, uma vez que a cidade, construída por todos, acaba sendo privilégio de determinadas classes sociais e/ou fragmentos de classes sociais.

Desenrola-se ao longo desse capítulo primeiramente com os procedimentos operacionais da pesquisa (como foi feita a organização da coleta de dados, processo de cálculo de amostragem, elaboração de questionário, período da coleta de dados). Em seguida, os resultados da coleta e suas respectivas análises serão os processos de conclusão desse capítulo.

3.1. OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA

A preocupação de apreender a praia no contexto da cidade nos impõe a aplicação de procedimentos que permitam traçar perfis dos frequentadores e contextualizá-los em relação aos seus locais de origem e realidade social na metrópole capixaba. Por isso, os seguintes procedimentos operam a favor desse intuito²²:

- Questionário (elaboração e aplicação);
- Entrevistas com os frequentadores e análise do discurso;
- Observação e registros fotográficos em campo;
- Mapeamento dos territórios presentes na praia;

²² Gomes (Comunicação oral, 2015, SIMPURB) aponta dentre os principais instrumentos de apreensão da dinâmica dos espaços públicos, são eles: ficha de observação; ficha de deslocamentos; ficha de concentração; Entrevistas semiestruturadas; questionários origem-destino; instrumentos de pesquisa visual dos lugares; descrição fotográfico-fílmica das formas e dos comportamentos.

- Cruzar as informações com mapas de rendimento nominal médio mensal por bairro; Cor/Etnia; escolaridade; horário/assiduidade de frequência;

3.1.1. ACERCA DA ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Toda a sistematização do trabalho propriamente estatístico da pesquisa contou com o apoio do *Laboratório de Estatística da UFES (LESTAT)*, sob orientação da prof. Dr^a. Eliana Zandonade²³, quem supervisionou a concepção e diretrizes da pesquisa estatística. Sob essa orientação foi utilizado o programa Epidat, versão 4.0 para determinar o cálculo do tamanho da amostra. Considerou-se a população frequentadora no fim de semana em torno de 2000 pessoas²⁴. Para cada praia a proporção esperada de frequentadores do bairro de 50%, 50%, 70% e 70%, para Camburi, Curva da Jurema, Praia da Costa e Itapoã, respectivamente. A tabela abaixo mostra o tamanho de amostrar variando o erro amostral (6%).

Tabela 1- Tamanho da amostra e erro amostral.

Local	População esperada (bairro)	Erro Amostral	Amostra
Camburi e Curva da Jurema	50%	6%	(440)
Praia da Costa e Itapoã	70%	6%	(400)

A aplicação dos questionários foi realizada aos sábados e domingos, manhã e tarde, incluindo os espaços de calçadão e areia. As aplicações serão distribuídas segundo tabela abaixo:

²³ Possui graduação em Matemática (1990) e Estatística (1994) pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestrado em Teoria de Controle e Estatística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em Estatística pela Universidade de São Paulo (1999). In: <http://lattes.cnpq.br/0983533134908583>, acesso em: 30/11/2015.

²⁴ A carência de números oficiais sobre a quantidade de frequentadores nos espaços da praia fez com que fosse necessário a criação de um universo da pesquisa que gerasse uma amostragem capaz de representar a realidade a qual tratamos.

Tabela 2 - Distribuição das entrevistas/questionários por setor de aplicação.

Turno	Local	Praia da Costa		Itapuçã		Camburi		Curva da Jurema	
		Sábado	Domingo	Sábado	Domingo	Sábado	Domingo	Sábado	Domingo
Manhã	Calçadão	25	25	25	25	30	30	30	30
	Areia	25	25	25	25	30	30	30	30
Tarde	Calçadão	25	25	25	25	30	30	30	30
	Areia	25	25	25	25	30	30	30	30

Figura 22 - Localização da área de estudos

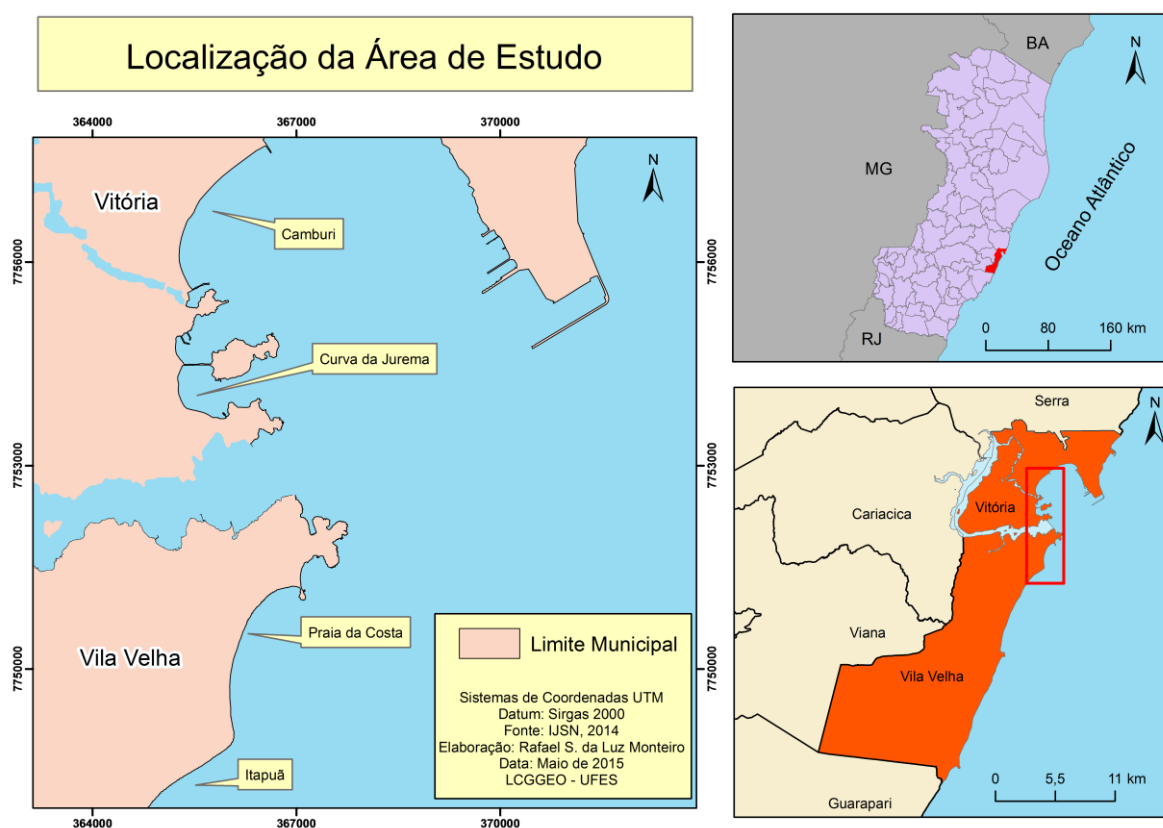


Figura 23 - Setores da área de estudo em Vitória - ES.

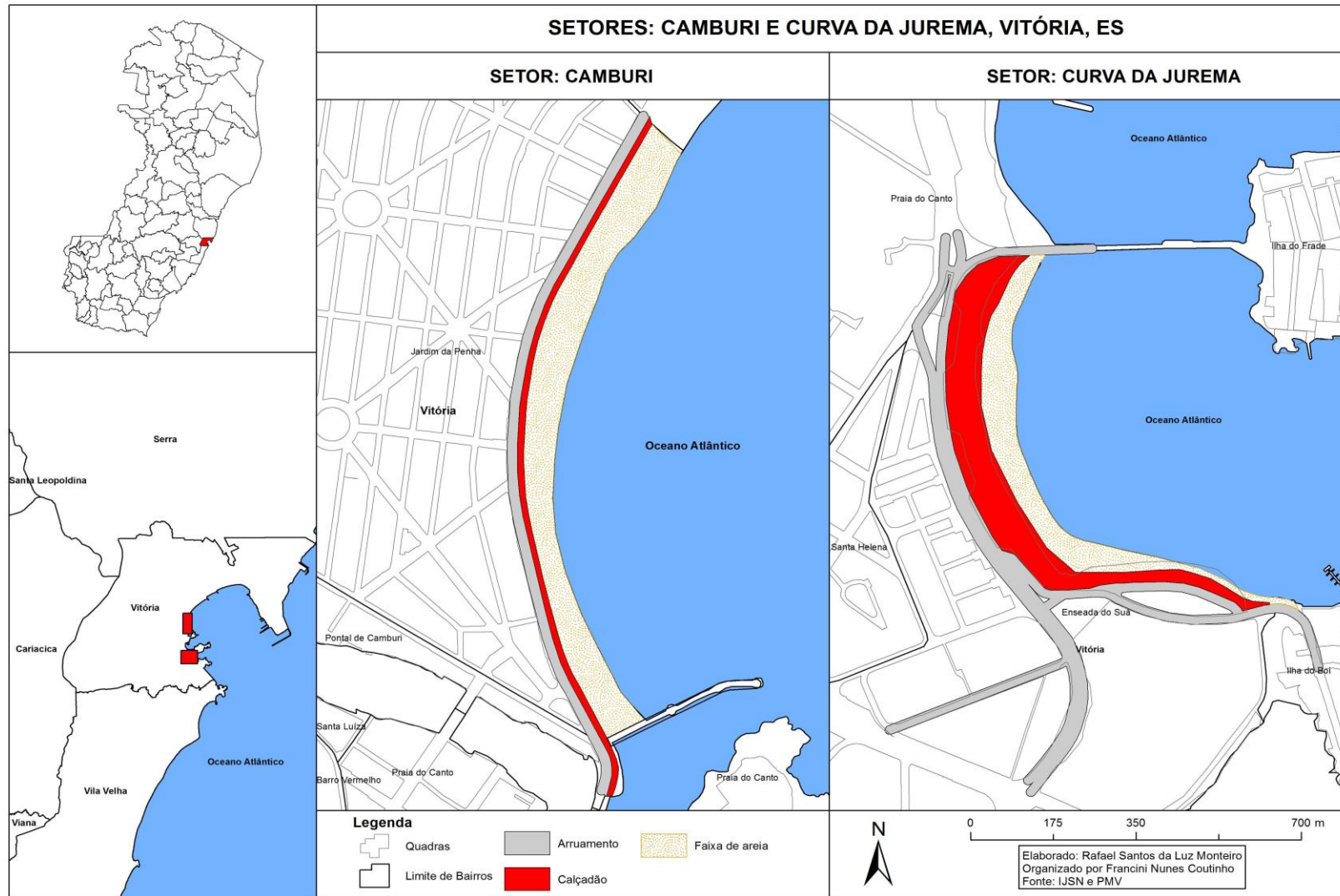
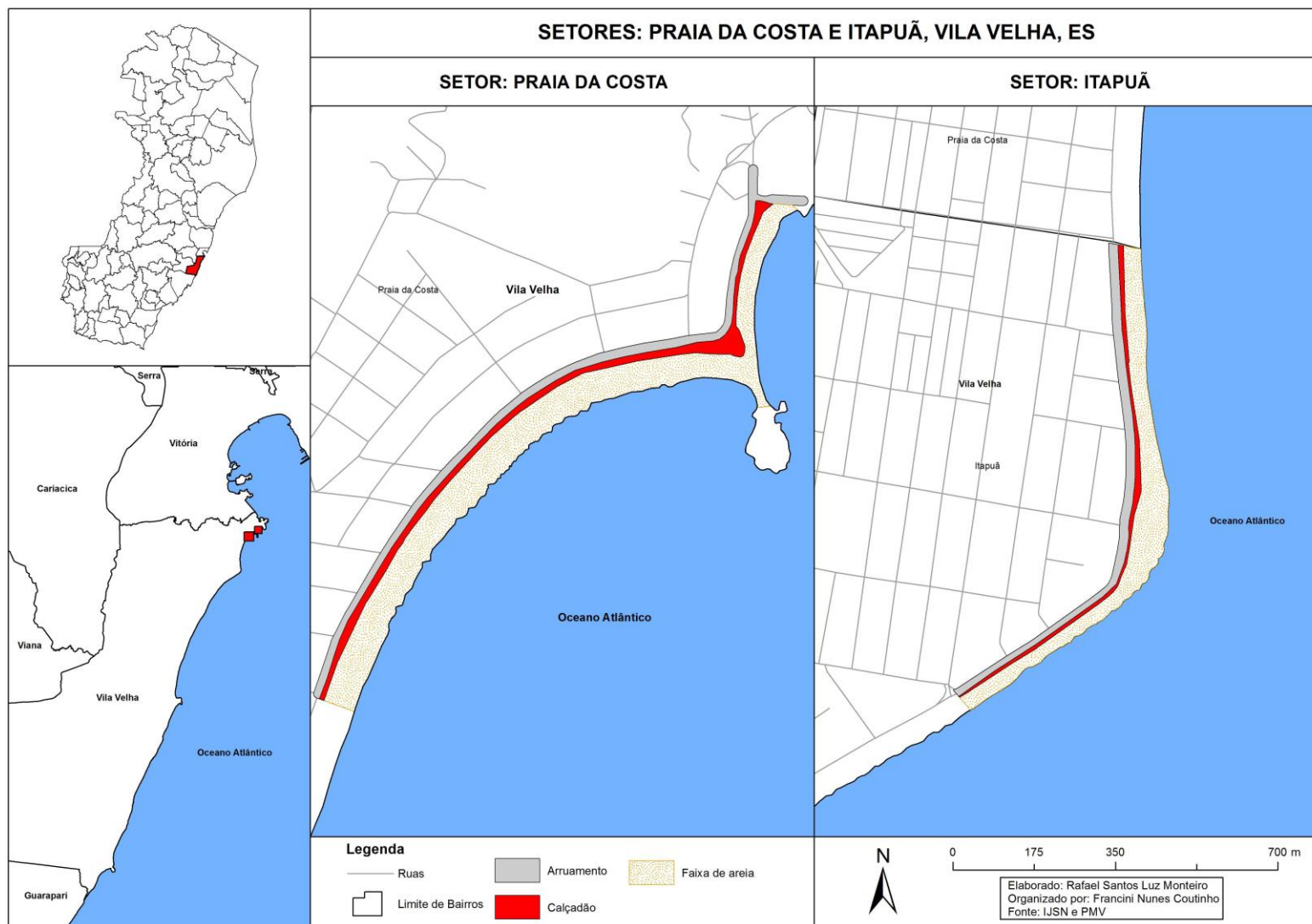


Figura 24 - Setores da área de estudo em Vila Velha - ES.



No que concerne ao preparo da coleta de dados, a elaboração do questionário constitui um momento de fundamental importância e, nesse sentido, considera-se relevante expor os atributos do modelo de questionário, qualificando o sentido das perguntas. Segue, assim, no quadro abaixo, uma qualificação descritiva das perguntas, por blocos, dos itens que integram o questionário:

Quadro 1- Descrição dos itens presentes no questionário.

	Perguntas (nº)	Descrição
BLOCO 1	1-município; 2-bairro de residência; 3-meio de transporte/locomotoão;	Definem a localização e as condições de mobilidade.
BLOCO 2	4-sexo; 5-idade; 6-cor; 7-escolaridade;	São características que compõem um perfil socioeconômico.
BLOCO 3	8-frequência; 9-atividades na praia; 10-horário/turno de frequentação; 11-companhias; 12-banho de mar; 13-público que costuma vir neste local;	Traça a forma de interação, maneira que se apresenta no espaço público e sua percepção sobre o entorno (insiders / outsiders).
BLOCO 4	14-outro lazer cotidiano; 15-localização do lazer.	Mensura a dimensão de lazer na vida do indivíduo e se tal prática se restringe a praia ou espaços públicos.

Os questionamentos elaborados buscam investigar o perfil socioeconômico do frequentador, incluindo os seguintes aspectos: cor, idade, sexo, grau de escolaridade, local de residência, condição de mobilidade até as praias em questão; ainda foram investigados as atividades desenvolvidas pelos frequentadores das praias, seus horários e frequência de visitaão. Assim como outras formas de lazer inseridas no cotidiano do entrevistado, práticas de lazer que os entrevistados realizam nestas praias, e quais públicos podem ser identificados por eles na composião do território praia.

A aplicaão do questionário foi precedida da orientaão do LESTAT, que em parceria contribuiu para o planejamento das campanhas de campo. Respeitar as etapas de elaboraão e planejamento foi primordial para completá-la. A aplicaão

abarcou um total de 8 dias, nos turnos da manhã e tarde, aos sábados e domingos, nos meses de janeiro e fevereiro de 2016²⁵. O total da aplicação de 840 questionários precisou da colaboração de pessoas que passaram por treinamento e supervisão, antes e durante a realização das pesquisas em campo.

As pesquisas de campo precisaram levar em consideração as particularidades derivadas da dinâmica da frequência diferenciada que se verifica na areia e no calçadão. Assim, a realização das entrevistas precisou levar em conta a peculiaridade da frequência diferenciada do público no calçadão e na areia da praia.

Quadro 2 - Registros das aplicações nas áreas de calçadão em Vitória e Vila Velha.



Fonte: Monteiro, Rafael. Vitória e Vila Velha, 2016.

O calçadão é uma zona de fluxos que se estabelece simultaneamente em diferentes ritmos, com intensidade variável conforme dia da semana e horário. Diante disso, foi

²⁵ Foi realizada em 15 de agosto de 2015 a aplicação de 100 questionários-piloto como teste e aperfeiçoamento. Essa etapa proporcionou melhor desempenho no planejamento do campo e na elaboração do questionário.

necessário criar um ponto fixo de coleta junto ao fluxo dos frequentadores para que as abordagens ocorressem de maneira mais eficaz. As abordagens eram feitas conforme as pessoas transitavam, a partir de um sistema aleatório: uma abordagem a cada cinco pessoas que passavam.

Figura 25 - Registros das aplicações na areia das praias de Vitória e Vila Velha.



Fonte: Monteiro, Rafael. Vitória e Vila Velha, 2006.

A areia constitui um setor da praia composto, em sua maior parte, por pessoas afixadas em determinados pontos ao longo de sua extensão. O procedimento a partir desse panorama consistiu em transitar pelo público promovendo as aplicações dos questionários e entrevistas, mantendo o mesmo padrão de aleatoriedade mencionado anteriormente. As referências se tornaram os guarda-sóis ou agrupamento de pessoas.

A aplicação dos questionários se ateve, rigorosamente, aos 15 itens discriminados acima. No entanto, o campo sempre é suscetível ao inusitado e, neste caso específico, a pesquisa foi favorecida pelo livre depoimento de alguns entrevistados em fornecer informações privilegiadas sobre as praias e os públicos frequentadores.

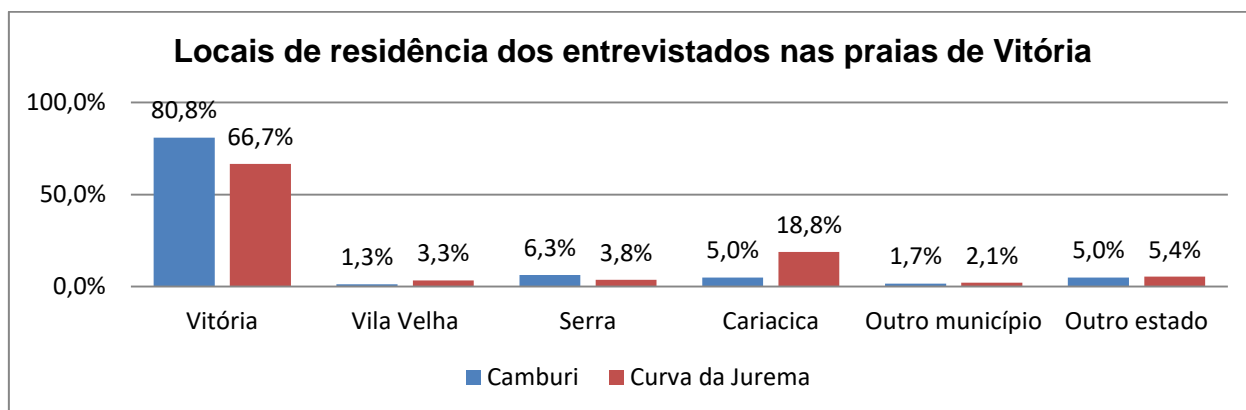
As falas não se limitaram somente a fornecer dados, consistiam em muitos casos no posicionamento crítico do indivíduo acerca da frequência da praia, das áreas segregadas, territórios, população (in)desejada, acessibilidade diferenciada e horários a serem evitados.

3.2. QUALIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PERFIL DOS FREQUENTADORES NAS PRAIAS ANALISADAS EM VITÓRIA E VILA VELHA.

O presente item é dedicado à análise dos dados coletados durante as campanhas de campo, levando em conta as particularidades de cada praia e as reflexões acerca dos resultados quantitativos²⁶.

A análise será iniciada focalizando a dinâmica socioespacial associada à frequência das praias estudadas, destacando, a princípio, os locais de residência dos entrevistados das praias de Vitória e Vila Velha (gráficos 2 e 3, respectivamente).

Gráfico 2 – Locais de residência dos entrevistados nas praias de Vitória.

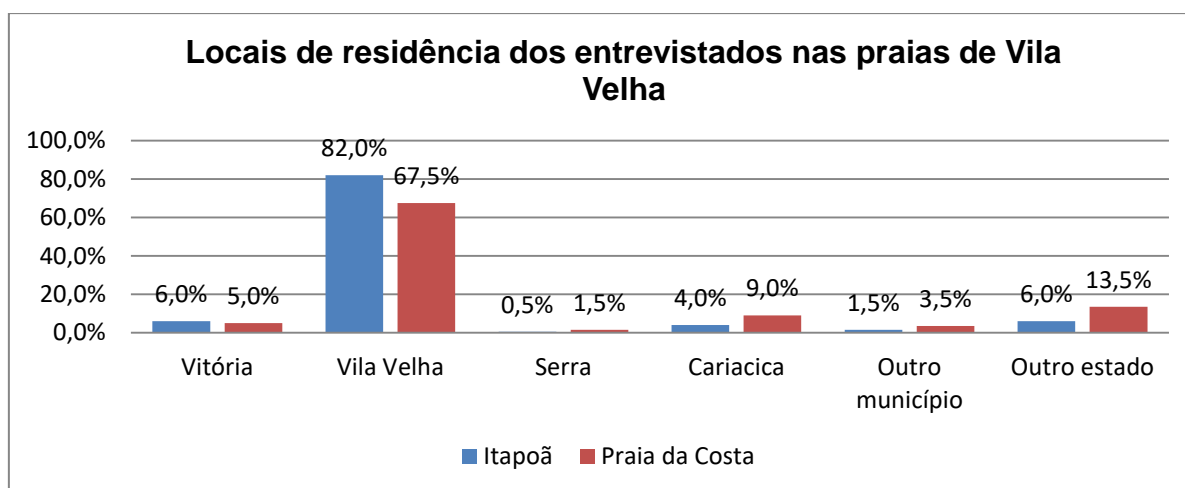


Como pode ser observado, no caso das praias analisadas em Vitória, a Praia de Camburi se destaca com 80,8% de frequentadores provindos da própria capital e apenas 12,6% de frequentadores de municípios vizinhos: Serra (6,8%), Cariacica

²⁶ Este momento traz à tona um elemento característico da realização de pesquisas de campo: o contexto diverso que envolve a particularidade irreduzível dos fenômenos que compõe a vida urbana de qualquer cidade pesquisada acarreta desafios quanto à modulação do que está sendo pesquisado. Por isso, assumimos aqui a incapacidade de esgotar o tema, mas, ao invés, oferecer subsídios ao entendimento do tema a partir do caso particular estudado.

(5,0%) e Vila Velha (1,3%). O restante 6,7% vem de outros municípios (1,7%) e 5% de outros estados do Brasil. Na Curva da Jurema 66,7% dos entrevistados residem na própria Vitória, compondo uma frequência mais variada com cerca de 26% de frequentadores de municípios vizinhos: Vila Velha (3,3%), Serra (3,8%) e, consideravelmente, Cariacica (18,8%). Os restantes reunidos somam 7,5%, dividido entre outros municípios (2,1%) e outros estados (5,4%). Do exposto, os dados revelam que a frequência na praia da Curva da Jurema é mais tributária de outras localidades do que a própria capital, se comparada com a praia de Jardim Camburi.

Gráfico 3 – Locais de residência dos entrevistados nas praias de Vila Velha.

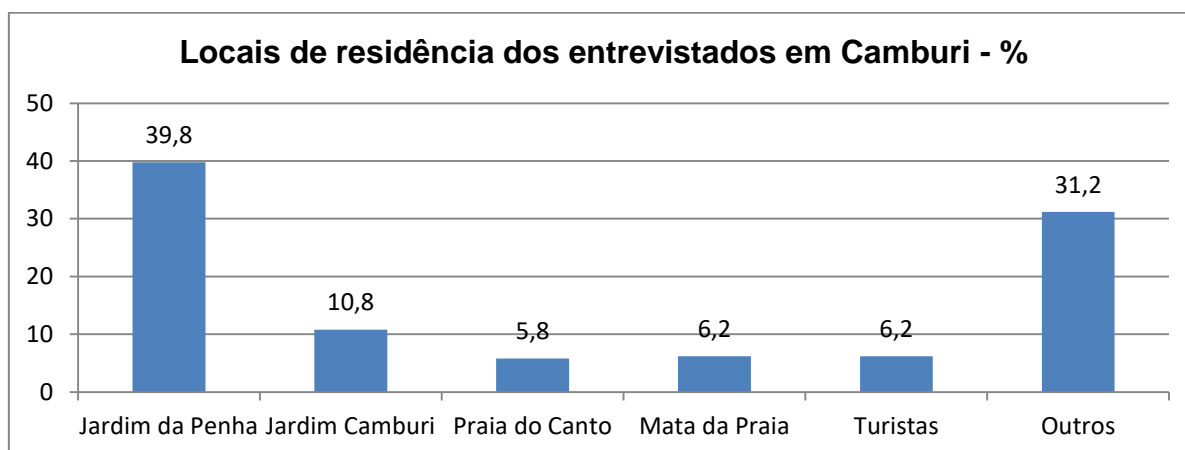


No caso das praias de Vila Velha, Itapoã deteve 82% de moradores de seu próprio município entre seus frequentadores, em contraste a 10,5% de frequentadores provenientes de municípios vizinhos: Vitória (6%), Cariacica (4%) e Serra (0,5%). O restante dos entrevistados de Itapoã, cerca de 7,5%, se dividem entre 1,5% de outros municípios e 6% provindos de outros estados do país. A Praia da Costa, assim como a Curva da Jurema, apresentou um menor número de pessoas oriundas do próprio município (67,5%), enquanto os frequentadores das cidades vizinhas somaram 15,5%: Vitória (5%), Serra (1,5%) e Cariacica (9%). Outros municípios (3,5%) e pessoas de outros estados (13,5%), juntas somaram 17%.

Para a análise referente aos bairros de origem dos frequentadores de cada praia pesquisada (gráficos 4, 5, 6 e 7), foi estabelecido um padrão de avaliação estatística para a apresentação dos dados. Toda população com 4% ou mais foi mostrada separadamente com seu nome discriminado no gráfico. Os bairros de menor

expressividade numérica foram agrupados e classificados como “outros”. A classificação “outros” considera todos os bairros inseridos na classificação da Região Metropolitana da Grande Vitória. A categoria “turistas” reúne todos que estão fora da RMGV. A intenção de apresentar esses dados é tentar medir a proximidade da residência dos frequentadores das praias em questão e destacar de onde vem a maior parte do público.

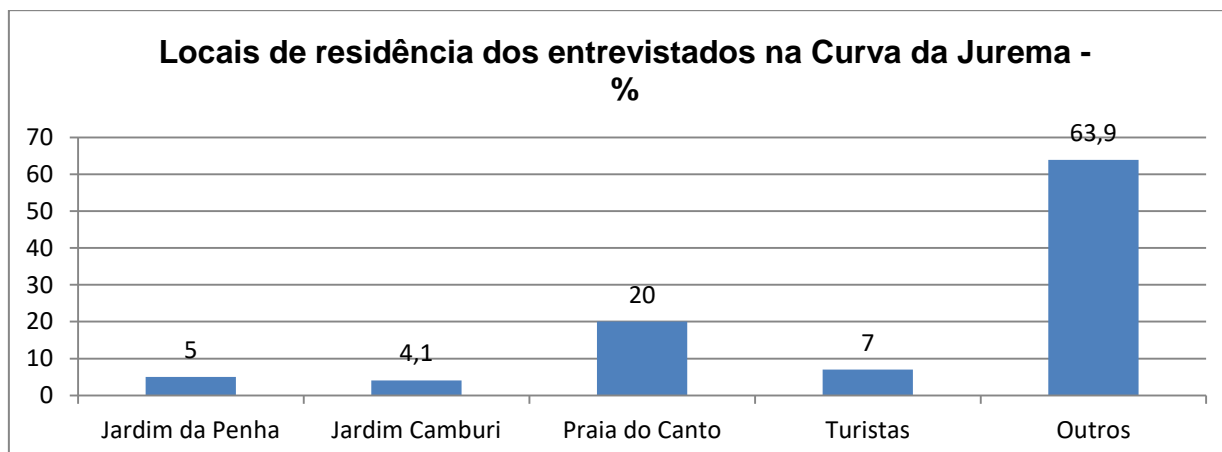
Gráfico 4 - Locais de residência dos entrevistados em Camburi - %



O gráfico 4 revela que os frequentadores da Praia de Camburi residem, prevalentemente, nos bairros vizinhos à praia. Os bairros destacados no gráfico (Jardim da Penha, Jardim Camburi, Mata da Praia e Praia do Canto) somam 62,6% dos entrevistados que moram nas adjacências da praia; enquanto outros bairros atingiram 31,2% e Turistas 6,2%.

O gráfico 4 ao ser comparado com o mapa de *Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vitória – 2010* (pág.67) anuncia que o entorno desta praia, composta por Jardim da Penha, Jardim Camburi, Mata da Praia e Praia do Canto, os quais representam o local de moradia de 62,6% dos frequentadores de Camburi, fazem parte da população de maior renda do município de Vitória: Jardim Camburi e Jardim da Penha (média de 3 a 5 salários mínimos), Praia do Canto e Mata da Praia (média de 5 a 10 salários mínimos).

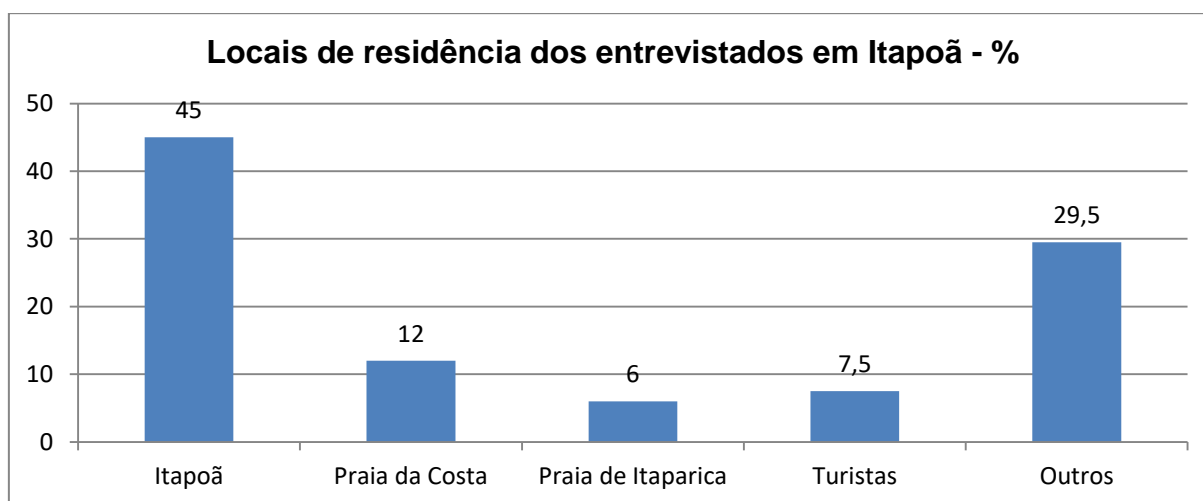
Gráfico 5 - Locais de residência dos entrevistados na Curva da Jurema - %



Se comparada com os dados obtidos na análise da Praia de Camburi, a Praia da Curva da Jurema manifesta uma sensível diferença no que diz respeito à frequência de moradores que residem em bairros próximos (gráfico 5). A Praia do Canto, bairro imediato à Curva da Jurema, somou somente 20% de frequentadores, enquanto a categoria “outros” envolveu a maior parte dos entrevistados (63,9%). Turistas (7%), Jardim da Penha (5%) e Jardim Camburi (4,1%) compreenderam o restante que também obteve destaque numérico. Em síntese, de acordo com o gráfico 5, a frequência na Praia da Curva da Jurema se mostrou muito mais diversificada, com um peso muito maior das pessoas provenientes de diversos bairros da RMGV, em contraste à tendência de frequência mais homogênea, observado na praia de Camburi (gráfico 4).

O gráfico 5 ao ser comparado com o mapa de *Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vitória – 2010* (pág.67) nos trouxe a avaliação de que os classificados como “outros”, que puderam ser analisados no mapa, (63,9%) se inserem massivamente nas camadas de menor renda (média de 1 a 3 salários mínimos). Os bairros destacados (Praia do Canto, Jardim Camburi e Jardim da Penha) compõem uma minoria (29,1%) que se diferencia do padrão de vida do município de Vitória: Jardim Camburi e Jardim da Penha (média de 3 a 5 salários mínimos) e Praia do Canto (média de 5 a 10 salários mínimos).

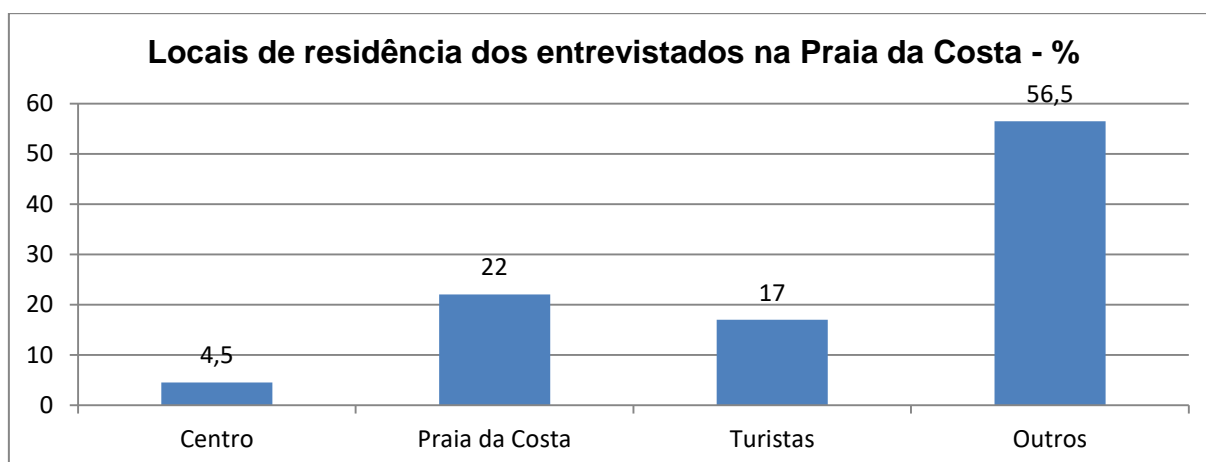
Gráfico 6 - Locais de residência dos entrevistados em Itapoã - %



Segundo os critérios de moradia, os resultados da praia de Itapoã, obtiveram comportamento similar aos conferidos na praia de Camburi. Particularmente Itapoã apresenta a maior presença de indivíduos que residem próximos à praia, os dados do gráfico 6 anunciam 63% dos frequentadores como moradores do entorno - Itapoã (45%), Praia da Costa (12%) e Praia de Itaparica (6%) -, frente a 29,5 % de público provindo de outros bairros. A parcela restante é formada por turistas (7,5%). Da mesma maneira a avaliação feita em Camburi apresenta uma predominância dos moradores das imediações.

O gráfico 6 ao ser comparado com o mapa de *Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vila Velha – 2010* (pág.83) permite visualizar que os bairros de entorno destacados pelo maior número de frequentadores em Itapoã se encontram na média de 5 a 10 salários mínimos (Praia da Costa, Itapoã e Praia de Itaparica).

Gráfico 7 - Locais de residência dos entrevistados na Praia da Costa - %



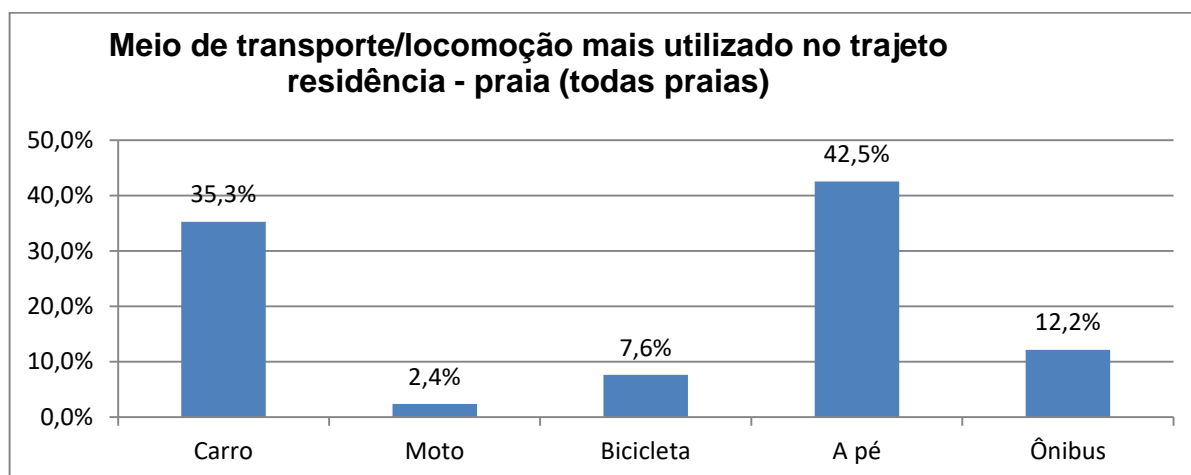
No que concerne aos bairros de residência dos frequentadores da Praia da Costa, por sua vez, como revela o gráfico 7, é possível identificar sua similitude ao padrão observado na praia da Curva da Jurema: a maioria dos frequentadores (56,5%) provém de lugares diversos da RMGV, enquanto os moradores da proximidade somam no total 26,5%, unindo os entrevistados da Praia da Costa (22%) e do Centro (4,5%). Caberia destacar, ainda, que é na Praia da Costa que se verificou o maior índice de turistas (17%) entre todas as praias pesquisadas. Em síntese, este gráfico apresenta a categoria “outros” com a maior proporção, da mesma forma que foi constatado na Curva da Jurema (gráfico 5).

O gráfico 7 ao ser comparado com o mapa de *Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vila Velha – 2010* (pág.83) nos trouxe a avaliação de que os classificados como “outros”, que puderam ser analisados no mapa, (56,5%) se inserem massivamente nas camadas de menor renda (média de 1 a 3 salários mínimos). Os bairros destacados no gráfico (Centro e Praia da Costa) compõem uma minoria (26,5%) que se diferencia do padrão de vida do município de Vila Velha: Centro (média de 3 a 5 salários) e Praia do Canto (média de 5 a 10 salários).

Do exposto, a análise da frequência das praias pesquisadas, quando se consideram o local de origem (notadamente os bairros) dos entrevistados, sinaliza que há um perfil socioeconômico mais heterogêneo dos frequentadores das praias da Curva da Jurema, na capital; e Praia da Costa, em Vila Velha; contrastando com um perfil socioeconômico mais homogêneo dos frequentadores das praias de

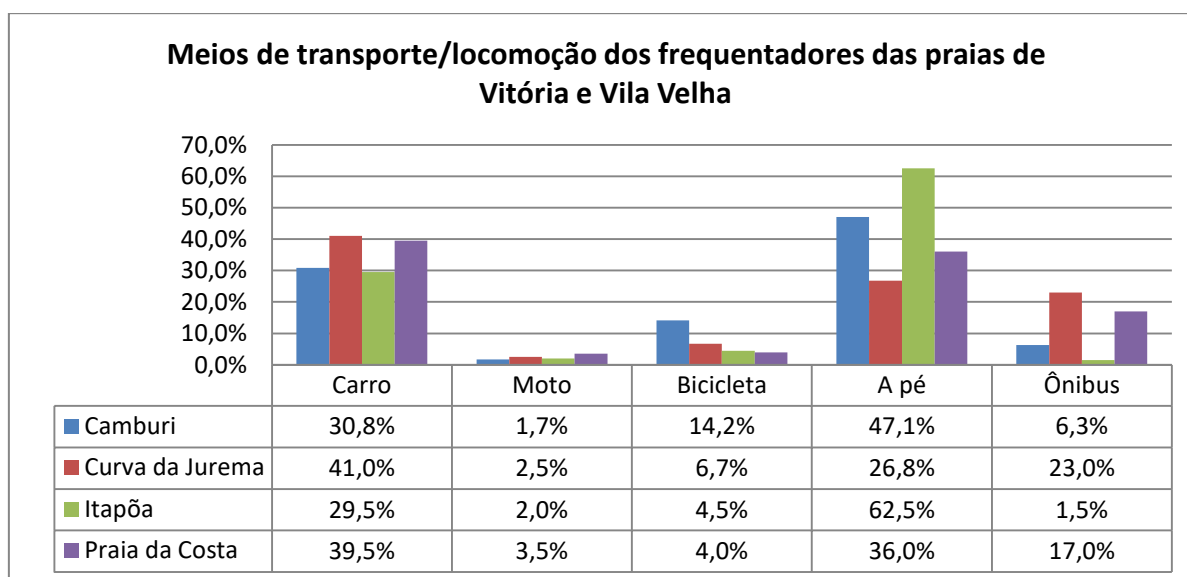
Camburi (capital) e Praia de Itapuã, em Vila Velha. Como será observado no que segue, o caráter desse padrão é significativamente ratificado, quando se considera a análise de outros elementos que informam sobre o perfil socioeconômico dos frequentadores das praias pesquisadas, tais como os meios de transportes utilizados no deslocamento para as praias, o nível de escolaridade; bem como a cor/etnia declarada pelos entrevistados.

Gráfico 8 - Meio de transporte/locomoção mais utilizado no trajeto residência-praia (todas praias).



No que concerne ao modo de deslocamento que os entrevistados fazem no trajeto de suas residências até as respectivas praias, constatou-se (gráfico 8) – numa análise preliminar, referente a todas as praias pesquisadas - que o meio mais utilizado foi à locomoção a pé, constituindo 42,5% dos entrevistados. O automóvel figura como segundo meio mais utilizado pelos frequentadores representando 35,3%. O transporte coletivo (linhas de ônibus) compôs 12,2%, foi o terceiro mais recorrido pela população de entrevistados. A bicicleta e moto corresponderam, respectivamente, a 7,6% e 2,6%.

Gráfico 9 - Meios de transporte/locomoção dos frequentadores das praias de Vitória e Vila Velha.

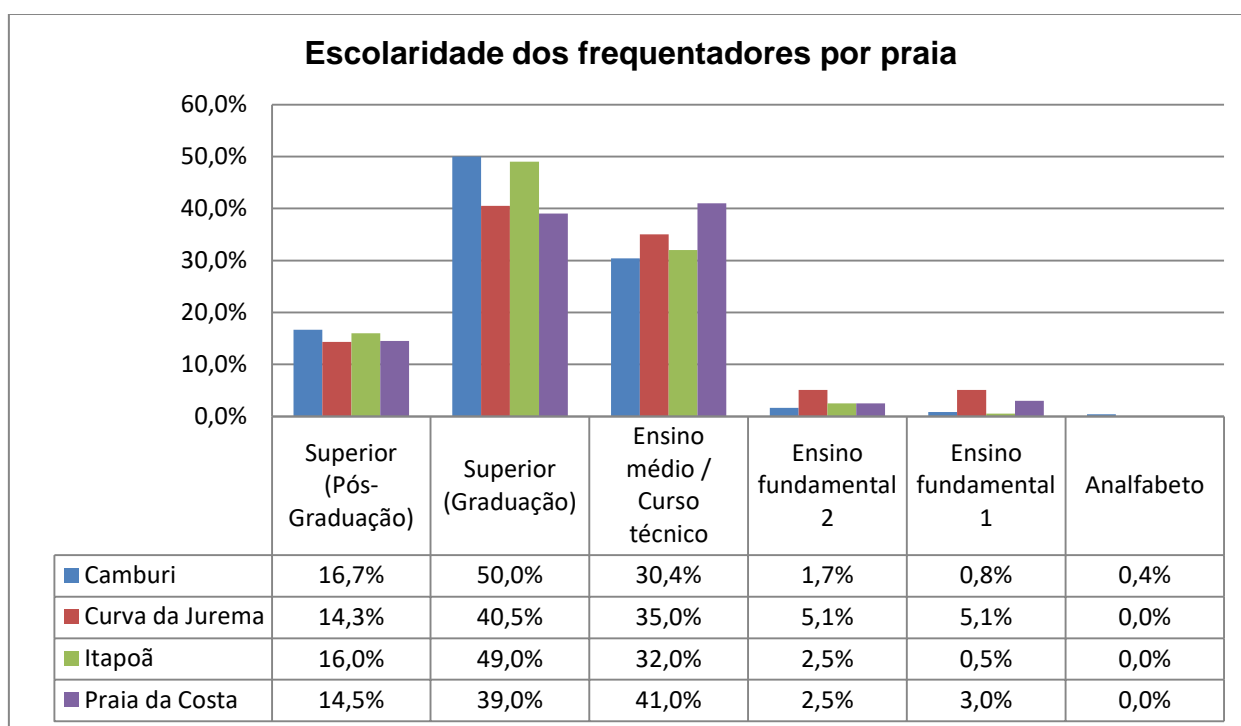


Em Vitória, na praia de Camburi, os deslocamentos usuais declarados pelos seus frequentadores se dividiram em 47,1% feitos a pé, 30,8% costumam o utilizar automóvel, essas duas parcelas compõem as formas mais convencionais no trajeto residência-praia. As parcelas menos expressivas de deslocamentos até à praia são realizados por bicicleta (14,2%), ônibus (6,3%) e moto (1,7%). Na Curva da Jurema o carro é o meio de transporte mais recorrido pelos entrevistados (41%), demonstra dentre todas praias o índice mais baixo de entrevistados que aderem a caminhada até à praia (26,8%) e o mais alto uso das linhas de ônibus (23%). Os meios de locomoção menos utilizados entre os entrevistados foram bicicleta (6,7%) e moto (2,5%).

Em Vila Velha, o gráfico 9 apresenta o carro (39,5%) e a caminhada até à praia (36%) como os meios de locomoção mais utilizados pelos entrevistados da Praia da Costa. A presença de um único ponto de ônibus numa grande extensão da orla permite que 17% dos entrevistados utilizem o transporte coletivo (o único ponto de ônibus entre as praias de Itapôa e Praia da Costa). A bicicleta (4%) e moto (3,5%) são os meios menos utilizados no trajeto residência-praia. Em Itapôa, percebemos a partir do gráfico 9, que a maioria dos entrevistados optam pelo percurso a pé (62,5%). O outro meio de transporte mais utilizado é o carro (29,5%), seguido de bicicleta (4,5%). Moto e ônibus somam menos de 4% na forma de se deslocar dos frequentadores.

Os dados apresentados pelos gráficos de locais de residência (4, 5, 6 e 7) e meios de locomoção (8 e 9) nos proporcionam uma breve análise sobre a relação do transporte e moradia como condicionantes para a avaliação do público frequentador. As praias que revelaram públicos mais homogêneos quanto aos locais de moradia (Itapoã e Camburi) são os que apresentam maior adesão ao deslocamento a pé em detrimento das outras modalidades de transporte, isto nos faz ponderar que seus frequentadores possuem maior facilidade de deslocamento devido à proximidade da praia em relação às suas residências. Em contrapartida, nas praias que apresentaram frequência mais heterogênea (categoria outros) podemos perceber que o deslocamento a pé reduz enquanto o uso do ônibus e do carro aumentam. Isso nos indica que o público frequentador reside nas porções mais distantes da cidade e, portanto, decorre o variado uso do transporte.

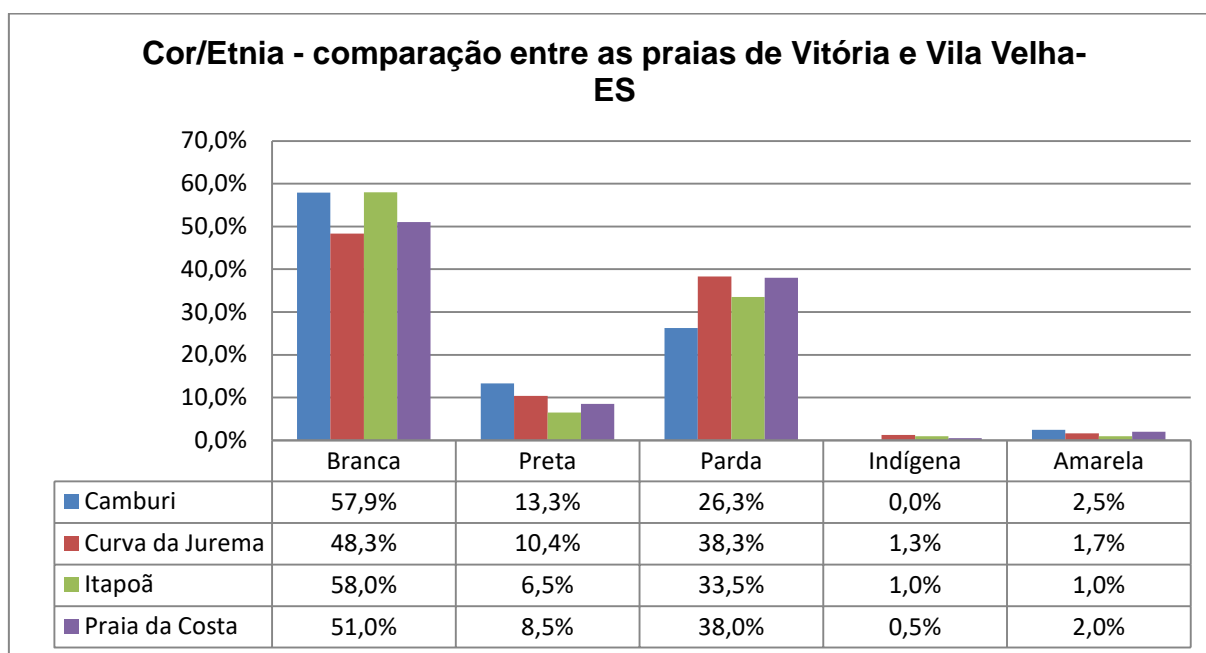
Gráfico 10 - Escolaridade dos frequentadores por praia.



Observando o gráfico 10, Camburi e Itapoã despontam com as maiores porções de entrevistados com escolarização de nível superior (Superior e Pós-Graduação), respectivamente, compondo 66,7% e 65% dentre seus frequentadores. Já Curva da Jurema e Praia da Costa, nesse mesmo parâmetro obtiveram índices mais baixos, respectivamente, 54,8% e 53,5% (mesmo assim anuncia uma maioria de alto nível

de escolarização). A população de entrevistados com escolarização no Ensino Médio destaca-se primeiramente na Praia da Costa com 41%, em seguida, em ordem decrescente, vem Curva da Jurema com 35%, Itapoã com 32% e Camburi com 30,4%. Unindo as categorias de Ensino Fundamental I e II obtivemos os seguintes resultados: Curva da Jurema com 10,2%, logo após Praia da Costa com 5,5%, Itapoã 3% e Camburi com 2,5% de seus entrevistados. A categoria de analfabeto só se manifesta em Camburi (0,4%). Portanto, as praias com a população de maior nível de escolarização são: Camburi (Vitória) e Itapoã (Vila Velha) e Curva da Jurema (Vitória) e Praia da Costa (Vila Velha) sendo frequentadas pelas populações menos escolarizadas.

Gráfico 11 - Cor / Etnia - comparação entre as praias de Vitória e Vila Velha – ES.



No gráfico 11 podemos observar mais detalhadamente a questão de cor/etnia destacada. Camburi e Itapoã despontam pelas maiores porcentagens de brancos entrevistados, com respectivamente 57,9% e 58% dentre os frequentadores de suas praias. Já nas praias da Curva da Jurema e Praia da Costa, cada uma apresentou respectivamente 48,3% e 51% de brancos, apesar do índice estar abaixo que os apresentados pelas praias anteriores, ainda compôs uma maioria de população de cor branca entre os entrevistados. Camburi também obteve, comparada aos setores restantes, a maior porcentagem de entrevistados que se declararam de cor negra (13,3%); em seguida, regressivamente vem Curva da Jurema (10,4%), Praia da Costa

(8,5%) e Itapoã (6,5%). Em relação aos que se declararam de cor parda, destacam-se, as praias da Curva da Jurema (38,3%) e Praia da costa (38%); Itapoã segue com 33,5% dos entrevistados declarantes de cor parda e Camburi obtêm a menor porcentagem de entrevistados de cor parda (26,3%). Os declarantes da etnia indígena aparecem na Curva da Jurema (1,3%), Itapoã (1%) e Praia da Costa (0,5%). Os entrevistados que se declararam amarelo representam em Camburi (2,5%), Praia da Costa (2%), Curva da Jurema (1,7%) e Itapoã (1%).

Os resultados obtidos nas praias da Curva da Jurema e Praia da Costa ofereceram uma frequência de característica mais diversificada e, nestas duas praias, na condição de maioria, os resultados apresentaram pessoas de diversas localidades, colocando os moradores na posição de minoria, além disso, foi onde ocorreu maior equilíbrio entre pessoas de cor branca e afrodescendentes; maior diversificação na locomoção feita no trajeto residência-praia (em especial ônibus) e menor quantidade de pessoas com alto nível de escolarização. Embora, ainda que a tendência geral seja para um público de padrão socioeconômico mais alto, essas duas praias se mostraram “mais democráticas” que Camburi e Itapoã.

A proposta de avaliar as territorialidades revelou-se muito mais clara após a análise apoiada pelo recurso estatístico. O esforço desta etapa permitiu elencar as praias segundo um perfil com público mais homogêneo (Camburi e Itapoã) e as de perfil mais heterogêneo (Curva da Jurema e Praia da Costa). O aspecto “diversidade” (bairros) proporcionou optar pelos setores de maior amplitude de frequência, ou seja, os que apresentaram o público mais variado, que por este julgamento tornaram-se mais favoráveis para uma análise territorial no interior das praias. Portanto, sobre a questão territorial dedicaremos as ponderações finais especialmente a Curva da Jurema e Praia da Costa.

A avaliação não livra do julgamento que a homogeneidade constatada nas praias de Camburi e Itapoã informa uma dinâmica que priva a população proveniente do restante da cidade e municípios vizinhos - sob uma lógica urbana-, gerando um ambiente praticamente exclusivo dos moradores do entorno e segregador da população restante.

4. AS PRINCIPAIS TERRITORIALIDADES NAS PRAIAS DE VITÓRIA E VILA VELHA: ANÁLISE DOS CASOS DA CURVA DA JUREMA E PRAIA DA COSTA

A atmosfera de tensão e conflito compõe o sentido da existência de qualquer espaço público e, nesse caso, as praias talvez possam receber uma atenção especial, pois revela-se na história das praias brasileiras a manifestação de territórios sob óticas de pertencimento atadas ao significado de posse. A reportagem do início dos anos 1990, *“Os Pobres Vão à Praia”* exprime de forma pitoresca como o acesso à praia é contrastante para a população do Rio de Janeiro. Contudo, o documentário aponta como essa realidade é também compartilhada pelas outras cidades litorâneas do país.

*“Para muitos brasileiros, ir à praia não exige mais sacrifícios do que atravessar a rua. Para outros, no entanto, dia de praia é também de provação. É dia de aventura, de perigo, de muitos preconceitos. Ir à praia torna-se virtualmente uma guerrilha”*²⁷. (Os Pobres vão à Praia - Tv Manchete, Década de 1990).

Há cerca de vinte anos atrás, o documentário expôs uma realidade do discrepante interior da cidade carioca expresso no contraste entre os frequentadores da periferia e os moradores da orla, valorizada, nos espaços da praia. Mesmo sendo considerado um dos lazeres mais acessíveis e baratos, para os frequentadores da periferia as dificuldades são múltiplas, acumulam-se os desafios: transporte, distância da moradia e alimentação durante a estada na praia, mesmo assim nos dias ensolarados dos finais de semana pessoas de diversos cantos da cidade se dirigem para o litoral em busca de lazer. O choque é inevitável. As diferenças se estampam logo quando a população da periferia se depara com os moradores da orla. Na reportagem, o sentido de invasão à praia é adotado pelos dois lados, um lado proclama a invasão, enquanto o outro reage negativamente com a chegada da “barbárie”.

²⁷ TV MANCHETE, Documento Especial. RIBEIRO, Aldir. PAES, Felipe. Os Pobres Vão à Praia. IN: <https://www.youtube.com/watch?v=kOzGFJZZVe8> - Acesso em 06/05/2016.

Na breve história da litoralização da sociedade brasileira, o imaginário atado ao lazer democrático, a geomorfologia particular e o acesso irrestrito à praia permitiram uma potencialização ímpar do encontro de diversos segmentos da sociedade. Embora, simultaneamente, a segmentação e a distinção social fazem parte da ordenação e dinâmica socioespacial da praia.

O percurso desta presente investigação aponta para uma geografia de ordenação territorial da frequência no interior da praia. Esta ordenação é marcada pela polarização entre os moradores das redondezas, residentes das áreas nobres, e um diverso e desconhecido provindo do restante da cidade e dos municípios vizinhos. A análise considera como ponto de sustentação, além do que foi desenvolvido previamente, os depoimentos dos frequentadores entrevistados.

As praias da Curva da Jurema e Praia da Costa apresentaram estatisticamente dentre todos os setores estudados, os públicos mais diversificados, compostos por frequentadores de diversos bairros da cidade e de municípios vizinhos, restando aos moradores do entorno às praias a condição de minoria. Associadamente a heterogeneidade de frequência houve uma significativa quantidade de depoimentos que sublinham as divisões e fronteiras entre os públicos. Tais depoimentos geralmente constituíam uma descrição (ou qualificação) depreciativa sobre determinado grupo.

Para compreender as territorialidades das praias em questão, a obra “Os estabelecidos e os outsiders” (ELIAS, 2000) balizou a interpretação dos depoimentos, as descrições de seus territórios e as relações que os frequentadores estabelecem entre si, uma vez que se trata de um estudo sobre as estratégias cotidianas de controle de um grupo dominante para manter o outro grupo (outsiders) excluído ou afastado das relações comunitárias, lazer e outras.

A perpetuação do estigma e da fofoca são apontadas pelo autor como mecanismos de poder, da autopromoção de seu grupo, depreciação e controle de outros grupos. De acordo com Elias (2000), tais estratégias criavam áreas de exclusão a partir do controle social, o controle social por sua vez não pode ser exercido fora de uma

dimensão espacial, o que nos aproxima no contexto da teoria da geografia, do conceito de território.

4.1. AS PRINCIPAIS TERRITORIALIDADES DA PRAIA DA COSTA

A Praia da Costa, localizada no município de Vila Velha, é uma das praias mais conhecidas do litoral do Espírito Santo e intermedia o encontro entre os diversos segmentos da população capixaba. Possui forte vínculo com a atividade turística e comércio voltado normalmente para os próprios residentes e também para quem procura frequentar a praia. A densa estrutura turística e residencial organiza um forte comércio no entorno. Recorrendo ao *Google Maps* foi contabilizado um rede hoteleira com cerca de 11 hotéis próximos, 11 restaurantes, 3 pontos de táxis, 9 farmácias e 1 estacionamento rotativo (além do que se estende pela orla) para atender o grande número de turistas da região²⁸.

Figura 26 - Praia da Costa: principais pontos de referência.

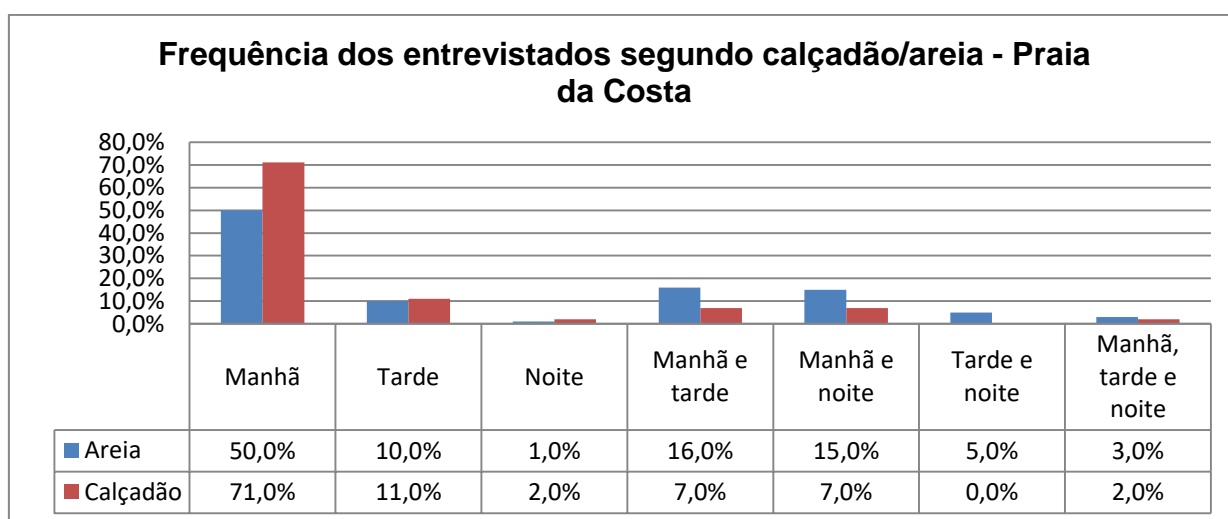


Fonte: autor desconhecido, data desconhecida. Edição: Monteiro, Rafael.

²⁸ Lembramos a alta quantidade de turistas entrevistados, 17% do total de pessoas entrevistadas na Praia da Costa.

O calçadão no período da manhã mostra um ambiente de alta utilização - animado por praticantes de atividade física-, com maior representatividade de idosos, que se dividem entre os que praticam caminhada, corrida e ciclismo. A intensidade da frequência do ambiente do calçadão perde força no turno da tarde, uma vez que as altas temperaturas e a incidência direta da luz solar se tornam um empecilho para as práticas esportivas. No turno vespertino poucos se arriscam em atividades mais intensas e o calçadão alia-se muito mais ao sentido de local de transição e passeio.

Gráfico 12 - Frequência dos entrevistados segundo calçadão/areia - Praia da Costa.



O gráfico 12 avalia frequência dos entrevistados entre calçadão e areia. No setor do calçadão, 70% costumam ir pelo horário da manhã, 11% à tarde, 7% manhã e tarde, 7% manhã e noite, 2% à noite e 2% está habitualmente presente em todos horários (manhã, tarde e noite). Já na areia as preferências de horário se distribuem em 50% pela manhã, 16% manhã e tarde, 15% manhã e noite, 10% à tarde, 5% tarde e noite, 3% costumam ir em todos os horários e 1% prefere ir só à noite.

Conforme a hora do dia avança, os territórios (Curva da Sereia, Posto 9, Quality) vão se delineando ao seu conteúdo. À meia distância suas divisões são ocultadas pelos guarda-sóis e o excesso de contingência nas areias, nesse sentido os estigmas ali presentes podem ser escamoteados. Contudo, apesar da aparente homogeneidade, os relatos dos frequentadores nos permitem perceber que os territórios se impõem sobre a isomorfia da areia.

“O público da praia é diversificado por várias classes sociais, se divide em Quality, Curva da Sereia e o Posto 9”. (Questionário 62, Morador da Praia da Costa, 46 anos, branco).

Figura 27 - Praia da Costa no período vespertino, Curva da Sereia (canto direito) até a área em frente ao Quality Hotel (canto esquerdo). Domingo, 13h02min.

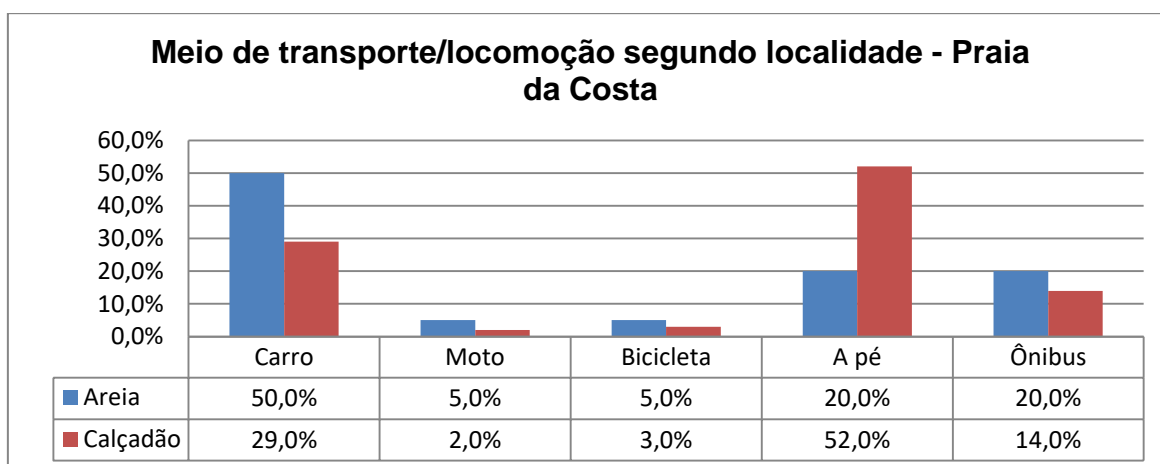


Fonte: Monteiro, Rafael. Vila Velha, 2016.

A popularidade da Praia da Costa vincula-se às grandes lotações na areia nos finais de semana ensolarados, principalmente no verão, quando a dinâmica da praia (dos dias úteis) deixa de ser a habitual rotina compartilhada entre os moradores de entorno para tornar-se uma área de densa ocupação, na qual o público se ordena sob uma lógica de aderir-evitar pontos da praia, impregnados de estigmas e preconceitos. Estes estigmas e preconceitos são julgamentos que partem primeiramente de uma distinção social, muitas vezes de classe, que reverberam espacialmente por territórios ao longo da praia.

Um dos diferenciais da Praia da Costa em relação à Praia de Itapoã está na maior acessibilidade para quem só pode recorrer ao ônibus para se deslocar. O Terminal de Vila Velha, do Sistema Transcol, faz a conexão intramunicipal, aproximando pessoas de bairros mais distantes, além de conectar outros municípios da RMGV à praia.

Gráfico 13 - Meio de transporte/locomoção segundo localidade - Praia da Costa.



O gráfico 13 mostra diferenças relativas aos meios de deslocamento conforme entrevistados no calçadão e areia. Na areia, o carro, mostra-se preponderante (50%), ônibus e locomoção a pé tiveram a mesma proporção (20%), da mesma forma moto e bicicleta, cada um com 5%. No calçadão o deslocamento majoritário tende para o percurso a pé (52%), 29% utilizam carro, 14% ônibus, moto e bicicleta juntos somam 5%. Em breve análise, o calçadão, em comparação ao setor da areia, apresenta maior quantidade de pessoas que se deslocam a pé (52%), ou seja, são residentes das proximidades. No espaço da areia, a maior parte dos frequentadores faz uso do carro (50%) e demonstra uma melhor distribuição numérica nas outras modalidades de locomoção.

Percebemos através das pesquisas de campo que, a maioria dos entrevistados, frequentes diariamente ou semanalmente, no espaço da praia, são aqueles que não dependem diretamente da utilização de algum meio de transporte, se locomovem a pé para suas atividades no calçadão ou na areia, uma vez que são moradores dos bairros vizinhos, majoritariamente, do bairro Praia da Costa, e também, alguns do Centro (gráfico 7). Já os que possuem uma frequência mais sazonal são aqueles que dependem de outros meios de transporte para a sua locomoção.

Para muitos moradores das imediações, a Praia da Costa apresenta-se como uma extensão da sua casa, sendo diversas vezes utilizada a expressão “nosso quintal” para retratar a familiaridade do ambiente ao cotidiano deles. Parte dos residentes apresentam organizacionalmente certa coesão de grupo, assim como nas outras

praias estudadas, uma quantidade de entrevistados declara conhecer seus usuais frequentadores, que costumam se cumprimentar e interagir entre si.

Foi recorrente ouvir dos moradores do entorno o reconhecimento de se posicionarem como grupo que, carrega valores de alta estima, ótima conduta de etiqueta e de conservação ambiental. As qualificações do moradores para si mesmos levantavam constantemente o estandarte de “público selecionado”, “gente de bem” e “civilizados”.

O reconhecimento do moradores enquanto grupo distinto dos demais frequentadores corresponde diretamente no comportamento de sua ordenação espacial de frequência, esta organização que visivelmente deriva do maior conhecimento e familiarização em relação aos outros públicos sobre a lógica de ocupação interna da Praia da Costa.

O discurso dos residentes, diversas vezes, pontuou a diferença entre os frequentadores dos finais de semana para o público costumeiro dos dias úteis. Os residentes observam-se prejudicados, demonstram o descontentamento e a dificuldade para aproveitar a praia nos períodos de férias escolares, feriados e finais de semana ensolarados. Períodos nos quais o acesso é maior para a população em geral²⁹.

“Durante a semana são os moradores, um público selecionado. No final de semana vem o pessoal de fora, de outro tipo de público, mais povão” (Morador da Praia da Costa, branco, 77 anos, Questionário 32).

“São pessoas provenientes dos bairros de periferia de Vila Velha. Durante o ano são só os moradores. Mas o período até o carnaval (dezembro à fevereiro) é frequentado por todo tipo de gente. Acabou o carnaval a praia volta a ser limpa e nossa” (Morador da Praia da Costa, branco, 50 anos, Questionário 168).

O depoimento acima mostra o reconhecimento de um dos moradores na condição de grupo (nós) e destaca um grupamento externo à realidade cotidiana da praia,

²⁹ A pesquisa direcionou a análise nos finais de semana no período que compreende a estação do verão do ano de 2016.

grosseiramente definido como moradores da periferia. Os moradores interpretam a sazonalidade do verão como período que intensifica a perturbação, esta trazida pelos moradores da periferia, sendo qualificados pelos residentes como “pobres”, “pessoal da bagunça”, “sujos”, “poluidores” e “farofeiros”.

De acordo com grande parte dos entrevistados (até mesmo em Itapoã), a Curva da Sereia se caracteriza como local de concentração do público oriundo das periferias da cidade e, conseqüentemente, devido sua localização de residência, esses frequentadores são sinônimos de problemas. Um grande número de depoimentos destacou a região que compreende a Curva da Sereia. Além de ter sido a área que mais reuniu descrições específicas sobre o público frequentador. Geralmente, o depoimento dos frequentadores era simultâneo ao gesto (o apontar do dedo indicador) em direção à Curva da Sereia, que segundo suas narrativas, é onde se estabelecem os “outros”.

A presença do único ponto de ônibus entre toda extensão da orla de Itapoã até a Praia da Costa fundamenta a resposta dos moradores sobre o grande número de pessoas da periferia. Um morador da Praia da Costa (Questionário 29) chegou a afirmar que a praia é frequentada por dois públicos: o dos moradores e as pessoas que vem de ônibus. O ponto de ônibus se localiza na área batizada por Curva da Sereia, região estigmatizada pela alta frequência do público tido como indesejado. As linhas de coletivos fazem conexão com o Sistema Transcol, que conecta uma rede de terminais de diversos pontos da RMGV, só em Vila Velha são quatro terminais (Itaparica, Ibes, São Torquato e Vila Velha).

Figura 28 - Praia da Costa: único ponto de ônibus que dá acesso direto à praia e a concentração dos camelôs no calçadão.



Fonte: Monteiro, Rafael. Vila Velha, 2016.

“Na Curva da Sereia vem população de baixa renda, além de turistas mineiros, porque na Praia da Costa tem o ponto de ônibus. Em Itapoã o ônibus para duas quadras de distância da orla, isso dificulta a chegada de gente de fora” (Questionário 182, pardo, 48 anos, morador da Praia da Costa).

O ônibus parece retirar a exclusividade de frequência de quem mora mais próximo à praia. A declaração acima (Questionário 182) evidencia que o transporte coletivo traz pessoas de “fora”. O significado da expressão “de fora” diz respeito aos frequentadores de bairros distantes de Vila Velha ou de outros municípios da RMGV. E ressalta ainda a ideia de monopólio do espaço público, uma vez que para os moradores a praia lhes pertence e todos os demais são tidos como outsiders.

O ponto de ônibus na Praia da Costa carrega uma conotação negativa também reconhecida pelos moradores da praia de Itapoã, que destacam em seus depoimentos o fato de não existir ponto de ônibus em Itapoã como uma vantagem: *“Por aqui são mais famílias. Não tem ponto de ônibus e que continue assim”*. (Questionário 391, Moradora de Itapoã, 36 anos, branca).

Por outro lado, a fala de quem vem da periferia mostra um grande esforço para usufruir à praia, que aparentemente não parece ter custo para quem decide frequentá-la. Esses frequentadores tem de arcar com o tempo e o custo do transporte, e, com as necessidades que ali surgem (de acordo com o tempo que ali permanecem). Ir à praia para alguns é um desafio, isso porque a renda limita as opções de consumo.

“Eu observo muitos jovens nessa área da praia. Mas, vem mesmo pra praia quem tem dinheiro, porque todo mundo que come na praia tem dinheiro – referindo-se aos ambulantes.” O entrevistado não possuía dinheiro para comprar água. (Questionário 161, Morador de Araçás, 18 anos, branco).

No entorno imediato da Curva da Sereia se instalam, além do ponto de ônibus, dois quiosques, um mercado informal de ambulantes e camelôs, uma guarita da guarda municipal, uma academia popular e uma área de pescadores. Os 2 únicos quiosques da orla, Quiosque Canto da Praia e Kiosque Vento Ventania, ocupam a área de extensão mais ampla do calçadão, próximos ao portal da entrada principal da Praia da Costa, os quais apresentam cardápio, mais simples e economicamente mais acessíveis, se comparados aos restaurantes que estão próximos a orla.

O mercado informal (camêlos) presente no calçadão reúne uma gama variada de produtos: artesanais, comidas, roupas e souvenirs e estreitam o caminho criando uma área de intensa passagem de pedestres, o que evita o tráfego dos praticantes de exercícios neste ponto do calçadão. Os pescadores localizam-se na areia, paralelamente ao mercado de ambulantes, ocupam uma área onde guardam seus barcos, limpam os peixes e tem acesso direto ao mar para realizar a pesca artesanal. Na Academia Popular os equipamentos são voltados para idosos e no turno da manhã concentra o período de maior utilização desse público, em sua maioria os moradores.

Figura 29 - Praia da Costa: Curva da Sereia, domingo, no turno da tarde.



Fonte: Monteiro, Rafael, Vila Velha, 2016.

A Curva da Sereia é favorecida pela dinâmica do mar - menos revolto- que o restante da orla. Esse fator geomorfológico e litológico permite a concentração de público de aspecto familiar, muitas vezes acompanhados de crianças. Turistas que não possuem intimidade com a água também frequentam a área, que anteriormente já foi chamada de “Praia dos Mineiros”. A qualidade particular de águas calmas oferece ambiente propício para uso do stand up paddle, esporte sofisticado e atrai pessoas que podem arcar com o aluguel do equipamento.

Um centro de acessibilidade e inclusão, projeto Praia Legal³⁰, auxilia o banho para o público de mobilidade reduzida, que por conta disso tornou-se uma área de encontro

³⁰ - “O objetivo do projeto é fazer a inclusão social das pessoas com mobilidade reduzida, por meio da acessibilidade às praias. Vila Velha é o primeiro Município do Estado a proporcionar o banho de mar, atividades de lazer e prática esportiva assistida. O projeto está situado no trecho da Praia da Costa conhecido como Curva da Sereia (próximo ao Clube Libanês), em razão da tipologia da área, caracterizada por uma formação rochosa que mantém o mar calmo e com poucas ondas, bem como pela extensão da faixa de areia que propicia atividades esportivas e de lazer. O Praia Legal foi executado pela Secretaria de Defesa Social em parceria com Núcleo de Estudos e Práticas de Arquitetura, Urbanismo e Design de Produto da Universidade de Vila Velha (UVV) e o Movimento Vida Nova Vila Velha (MOVIVE).”

de cadeirantes. Isso nos permite pensar que se por um lado a população da periferia é tida como algo indesejado, a praia, por outro lado, se torna palco de inclusão de um grupo, que normalmente é esquecido pelas políticas públicas e encontra ali a possibilidade de encontrar-se e ter acesso ao lazer.

Embora, os comentários de parte do público acusem o lugar de estar contaminado por desordem, bagunça, pessoas pobres e mal-estar, observamos que as brincadeiras e tranquilidade dão a tônica do ambiente. A observação que precisa ser realizada aqui é sobre o peso que uma minoria possivelmente infratora irradia sobre todo um grupo de pessoas. Todos acabam sendo estigmatizados sem muitas ressalvas como hospedeiros da confusão pelos olhares reprovadores dos moradores do entorno.

Os relatos feitos pelos entrevistados revelam que no turno vespertino, se perpetua o discurso de desordem e violência, sobretudo por parte de uma parcela mais jovem. Esses jovens, geralmente, vem de ônibus e bicicleta, juntam-se ao momento mais agitado do dia - som alto, churrasco, etc...- e, nesse contexto, uma minoria se concentra na pedra para supostamente fazer uso de drogas ilícitas.

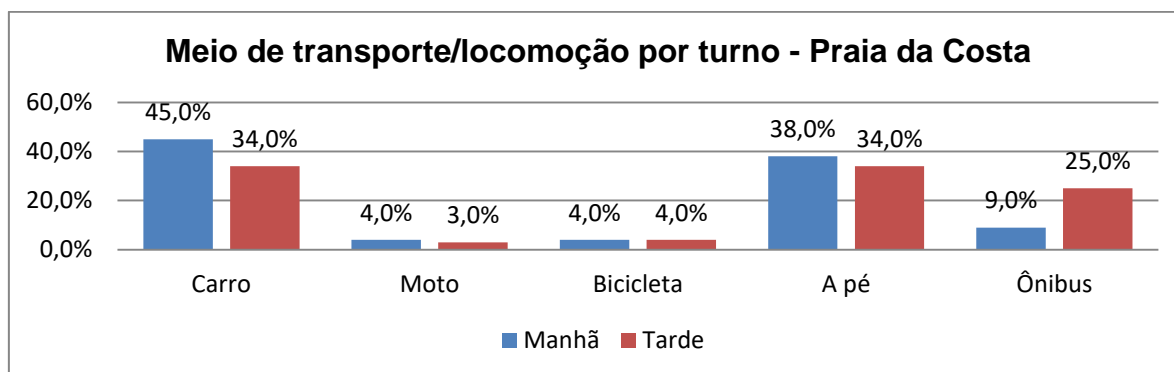
“São famílias de classe média e baixa. No final de semana após o meio dia é quando ocorre movimento de grupos (Curva da Sereia). Lá tem usuários de drogas e já houve tiroteio”. (Questionário 123, Moradora da Ilha das Flores, 41 anos, parda).

“De manhã são os residentes da Praia da Costa, à tarde são os de fora, que causam confusão”. (Questionário 34, Moradora do Centro, 49 anos, branca).

Os termos que designam a condição dos “de fora” é o que denominamos aqui como *outsiders*. No turno vespertino, que é reforçada a presença desses grupos que recebem este estigma e que tornam o ambiente muito mais diversificado, já que no turno da manhã predominam os grupos residentes no entorno. O estigma parece associado ao uso do ônibus como meio de deslocamento, a faixa etária dos frequentadores, que é consideravelmente reduzida, a maior concentração de

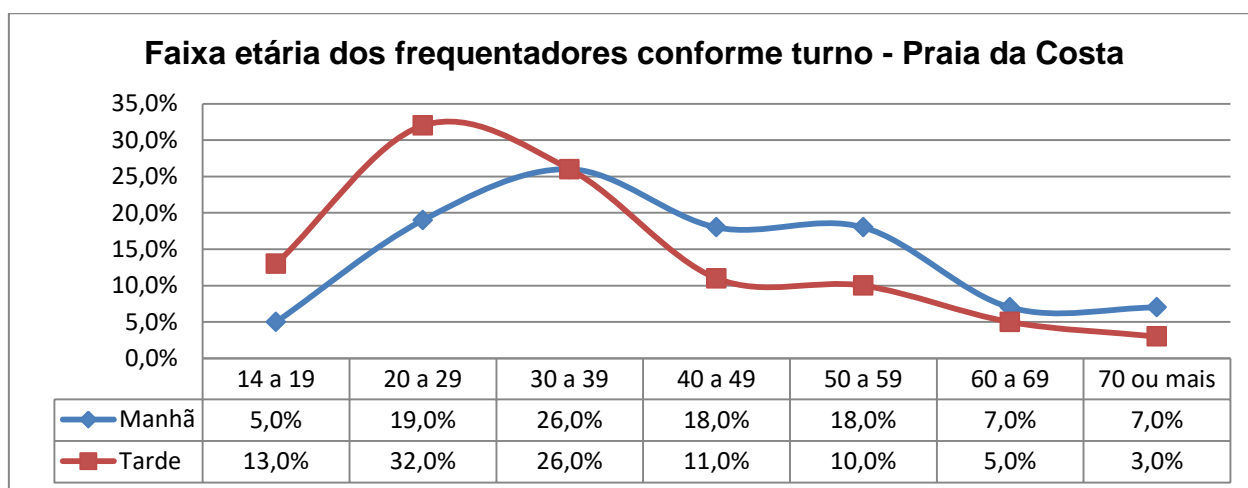
peças que se declaram não brancas e a escolaridade dos entrevistados que também diminui.

Gráfico 14 - Meio de transporte/locomção no trajeto residência-praia (Praia da Costa).



O trajeto residência-praia mostra na transição dos turnos a maior adesão ao transporte coletivo (ônibus), que salta de 9% na manhã para 25% de usuários de ônibus no turno vespertino. De maneira expressiva também o período da tarde demonstra uma redução do uso do carro em 11% e a diminuição em 4% dos deslocamentos a pé.

Gráfico 15 - Faixa etária dos frequentadores conforme horário na Praia da Costa.



O gráfico 15 evidencia a tendência para uma população mais jovem no turno da tarde. Dentre os períodos constata-se um grande acréscimo de frequentadores nas faixas de 14 a 29 anos, constituindo no total de 21% da manhã para a tarde. Nesse

turno o aumento dos jovens liga-se diretamente à diminuição das faixas que compreendem os 40 anos ou mais.

Figura 30 - Praia da Costa: Curva da Sereia no início da manhã de sábado, 7h52min, momento que destaca ocupação de característica majoritariamente familiar.



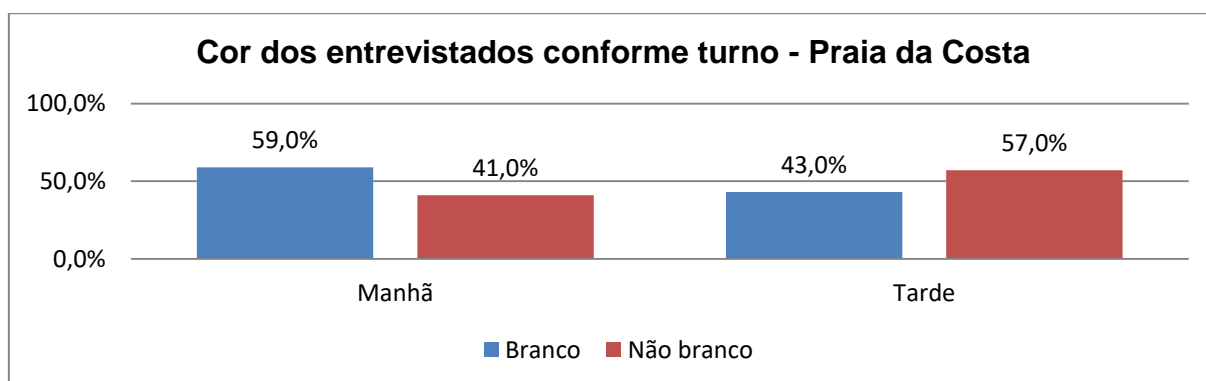
Fonte: Monteiro, Rafael. Vila Velha, 2016.

Figura 31 - Praia da Costa: Área em frente ao Posto 9. Domingo, às 8h da manhã. Fonte: Rafael Santos da Luz Monteiro.



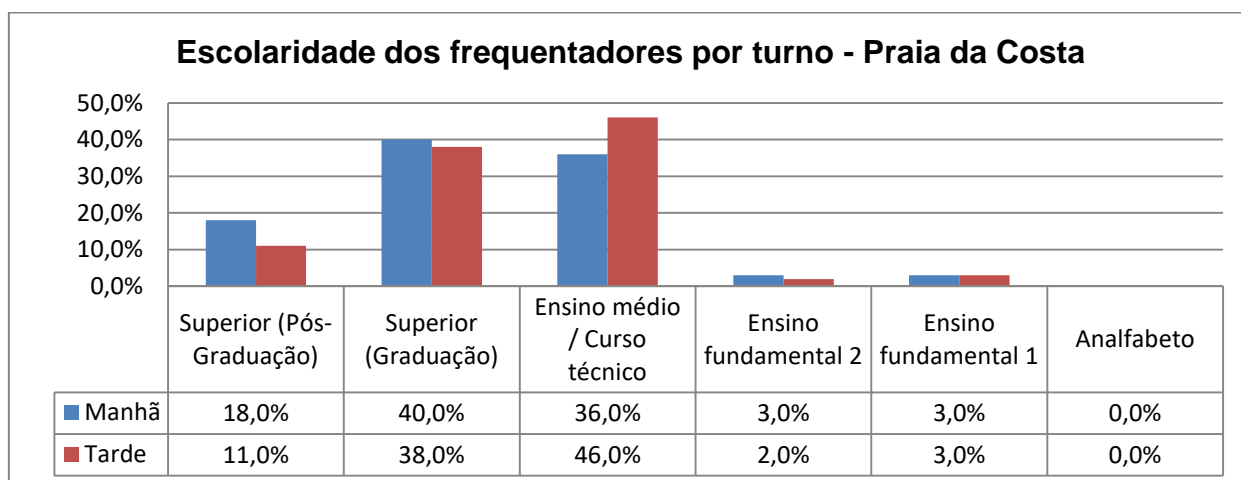
Fonte: Monteiro, Rafael. Vila Velha, 2016.

Gráfico 16 - Cor dos entrevistados conforme horário - Praia da Costa.



A travessia da manhã para o turno da tarde promove alterações na distribuição de cor dos frequentadores da Praia da Costa. O gráfico 16 demonstra uma clara inversão na estrutura de cor na transição de turnos. A população de brancos, maioria no turno matutino compõe cerca de 59% dos entrevistados, uma vez que no turno da tarde o processo inverte para a população não branca, com 57%.

Gráfico 17 - Escolaridade dos frequentadores por turno - Praia da Costa.



O gráfico 17 mostra a escolaridade por turno na Praia da Costa. O turno matutino apresenta 58% dos entrevistados com nível Superior, 36% com Ensino Médio e 6% no Ensino Fundamental I e II. Já o turno vespertino destaca 49% com curso Superior, 46% com nível Médio e 5% no Ensino Fundamental I e II. Os dados destacam uma redução direta na população de nível Superior e aumento na parcela de Ensino Médio na transição da manhã para a tarde.

Assim, os períodos da manhã e da tarde produzem distintas “versões” de frequência. Uma análise superficial dos dados já demonstra a alteração de um público no turno da manhã de idade mais avançada, majoritariamente de brancos, com uma aproximação mais rotineira, e a possibilidade de deslocamento se faz à menor distância; para um público vespertino que é composto por uma estrutura mais jovem de maioria não branca, de frequência mais esporádica, e de deslocamento variado, sendo que $\frac{1}{4}$ são usuários de ônibus.

A figura 32 retrata um processo de mobilidade territorial da Curva da Sereia, que normalmente encontra seus limites até a zona de pescadores. No entanto, no turno da tarde, principalmente no verão, foi constatado um processo de espraiamento desse território associado diretamente ao aumento deste tipo de público.

Figura 32 - - Praia da Costa: atividades desenvolvidas pelos frequentadores do turno vespertino. Essa fotografia destaca a zona de espraiamento territorial da Curva da Sereia (maior proximidade ao Hotel Quality – edifício de fachada escura do canto esquerdo). Domingo, 10/01/2016.



Fonte: Monteiro, Rafael. Vila Velha, 2016.

Além da Curva da Sereia, outros territórios também ganham visibilidade pelas suas características particulares. Existem destacadamente como territórios de sua vizinhança uma zona de transição, a castanheira e o parquinho (concentração de bebês, suas mães e babás), Posto 9 e os frequentadores em frente ao Quality.

Todos esses territórios foram referenciados segundo a posição dos quarteirões da avenida Antônio Gil Veloso, uma vez que os prédios de frente para a orla tornaram-se marcos geográficos para as ocupações realizadas nas areias.

Próximo à quadra onde fica a imobiliária Canal, essencialmente durante o turno da manhã se concentram na areia, à beira do calçadão, crianças de colo, acompanhadas de babás e/ou mães numa área de recreação infantil (parquinho) e sob o conforto gerado pela sombra de uma castanheira (árvore). Essa área apresenta dinâmica com forte relação cotidiana e proximidade por quem as frequenta, constitui-se pelo encontro da vizinhança que possui filhos ainda bebês.

A frequência diante do hotel Quality Suites assume qualidades bem distintas da Curva da Sereia. Nessa área os frequentadores declaram que a distinção do grupo ali se define pela concentração de pessoas da elite, moradores do entorno e de imediato essa característica interna estabelece relação direta com seu exterior: *“a elite fica no Quality e os pobres na Curva da Sereia”* (Questionário 180, turista (RJ), branco, 16 anos). A comparação é inevitável e a referência das declarações se dá por meio desses territórios dispostos na praia. A estudante de medicina não se sentiu inibida ao declarar que *“Lá (Curva da Sereia) tem muita gente feia, aqui nessa área é de gente bonita (referindo-se ao Quality e Posto 9)”*. (Questionário 117, Moradora da Praia da Costa, 20 anos, Parda).

“Tenho a impressão que aqui (Quality) só tem nativos, muitas pessoas do lugar, moradores.” (Questionário 94, Turista -MG, 59 anos, branco).

“O público mais bonito fica no posto 9, os farofeiros e crianças na Curva da Sereia e os moradores em frente ao Quality”. (Questionário 178, Moradora da Praia da Costa, 52 anos, parda).

A área denominada Posto 9, na Praia da Costa, faz referência ao Posto 9 da praia de Ipanema, no Rio de Janeiro, que por mais de 30 anos reuniu artistas, intelectuais da esquerda, feministas como área de visibilidade para o debate de temas sociais. Esse marco territorial vanguardista carioca, nos últimos anos foi apropriado por gays e expressa visualmente a estreita relação com a exposição de corpos esculturais e o namoro homoafetivo ao ar livre. No caso da Praia da Costa, a associação entre os

locais ocorre pelo encontro de maior número de jovens e gays que ocorre neste trecho da praia.

“No Posto 9 a galera é bonita, na Curva da Sereia são os farofeiros e as crianças e no Quality são os moradores”. (Quesitonário 177, Morador da Praia da Costa, 52 anos, pardo).

“Na Curva da Sereia predominam as crianças e seus pais, no posto 9 são os gays e em parte os sarados”. (Questionário 71, Morador da Praia do Canto - Vitória, 35 anos, branco).

O Posto 9 se encontra em frente à Farmácia Avenida, onde destacaram as classificações “jovens”, “sarados” e “gays”. A presença dessa territorialidade não expressa força de manhã, o público que carrega esses estereótipos chega após às 11h da manhã, normalmente por estarem envolvidos em atividades noturnas nos finais de semana. No entanto, vale ressaltar que não se trata de um monopólio desses públicos. Inicialmente a areia da praia é majoritariamente caracterizada pela característica familiar, conforme a hora avança, os aspectos acerca dos públicos distintos (gays, jovens e sarados) são mais visíveis, agregam a composição de mistura entre os grupos de famílias.

O posto 9 apresenta-se junto à zona de transição entre o Quality e Curva da Sereia, vários depoimentos qualificaram esse setor como diversificado³¹.

“Na entrada da praia, Curva da Sereia, a presença mais forte é da periferia. Indo mais para o centro você encontra um público mais diversificado, famílias e moradores, principalmente”. (Questionário 73, Morador do Centro, 39 anos, branco).

“[...] no meio da praia são esportistas [...]”. (Questionário 35, Morador da Praia da Costa, 70 anos, pardo).

Esta zona de frequentação de status social indeterminado revela a maior diversidade de grupos, assim como também de práticas esportivas na areia. Os relatos para nessa área destacaram a designação de mistura e diversidade, uma vez que se reconhece a copresença de jovens, famílias, esportistas, etc.

³¹ Grande área voltada para prática esportiva, fica entre os pescadores e Posto 9.

A seguir apresentaremos as territorialidades da Praia da Costa através da produção cartográfica, que nos possibilitará uma melhor espacialização dos dados apresentados acima e o comportamento dinâmicos dos territórios neste ambiente.

Figura 33 – As Principais Territorialidades da Praia da Costa



4.2. AS PRINCIPAIS TERRITORIALIDADES DA CURVA DA JUREMA

A Curva da Jurema é uma das praias mais populares do município de Vitória, localiza-se no bairro Enseada do Suá, circundada pelos bairros Santa Helena, Ilha do Boi, Ilha do Frade e Praia do Canto. Possui cerca de 1,2 km de extensão³², uma praia pequena comparada à sua popularidade. Reúne anexa à sua estrutura, a Praça dos Desejos, Praça da Ciência e uma escola de canoagem. Além de estar localizada numa área de alta valorização imobiliária, ainda encontramos nesse espaço um dos principais locais de visitação e recreação pública da capital.

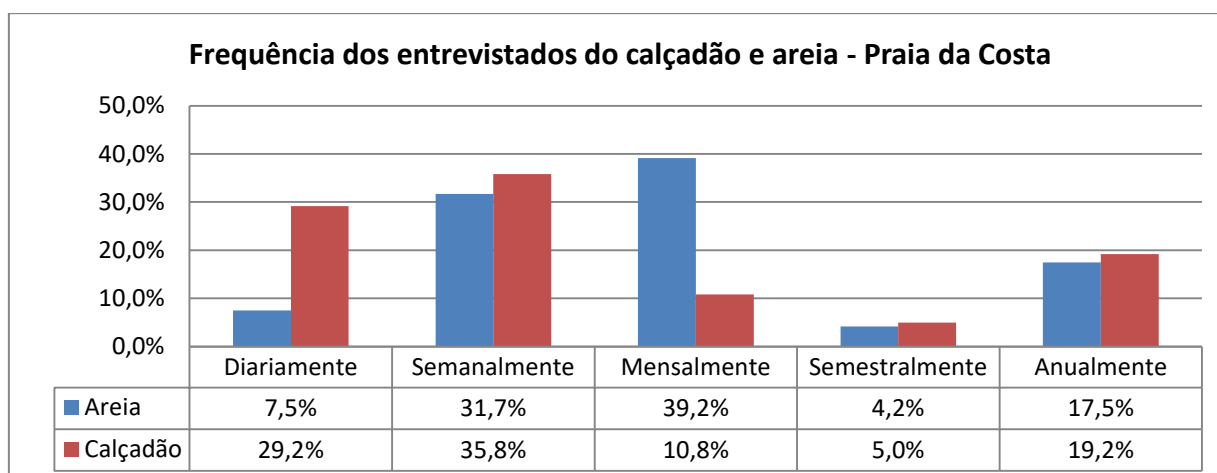
Na Curva da Jurema, a frequência mais expressiva é de um público variado, proveniente de porções mais distantes da cidade. Esse público oriundo dos bairros periféricos da RMGV acaba gerando desconforto para parte dos residentes do entorno. Observamos nesta praia uma cisão muito grande entre frequentadores do calçadão e da areia, sobretudo por parte dos primeiros, cujas falas reforçam a divisão. Evitar a areia, principalmente nos finais de semana, é uma prática dos moradores do entorno, que revelam incômodo acerca da popularização do ambiente da praia.

Apelidada entre alguns frequentadores como Praia do “Oi”, é ponto de encontro de pessoas conhecidas que não moram nas suas imediações. Trata-se de um termo utilizado por pessoas provenientes da periferia, que por utilizarem este espaço com certa regularidade, cumprimentam os conhecidos de seus bairros de residência com essa saudação.

A praia da Curva da Jurema, de maneira similar à Praia da Costa, apresenta um ambiente que coloca os moradores de entorno e visitantes de outros locais da RMGV em territórios distintos. Estes territórios assumem suas formas conforme a dinâmica dos dias úteis e finais de semana. “*Durante a semana são os moradores e nos finais de semana são pessoas de outros bairros.*” (Questionário 726, Moradora de Jardim Camburi, 46 anos, branca).

³² Distância medida por meio de imagem digital pela ferramenta disponível no próprio site veracidade. Acesso: 17/05/2016. IN: <http://www.veracidade.com.br/>

Gráfico 18 - Frequência dos entrevistados do calçadão e areia - Praia da Costa.



Quanto à frequência dos usuários observamos que, no ambiente do calçadão, 35,8% estão presentes semanalmente, enquanto na areia esse valor diminui para (31,7%), em contrapartida, no quesito de frequência diária dos usuários a porcentagem do calçadão é de 29,2%, enquanto a da areia cai consideravelmente para 7,5%. No quesito frequência mensal a areia possui uma representatividade de 39,2%, em contraste aos 10,8% do calçadão. Semestralmente e anualmente os valores se aproximam 21,7% para areia, e 24,2% para o calçadão.

Outra característica que incorpora a formação destes territórios é a diferenciação estabelecida entre os frequentadores é a sazonalidade do verão. O verão novamente parece retirar a sensação de tranquilidade dos moradores do entorno e coloca um ponto de diferenciação entre o público que a frequenta. *“Durante o ano o público é mais local, já durante o verão, como você pode ver, a maior presença é do povão.”* (Questionário 661, Morador da Praia do Canto, 49 anos, pardo).

“Dois tipos de frequentadores: os que fazem farra, o povo da periferia, e os moradores da região.” (Questionário 787, Morador da Mata da Praia, 52 anos, branco).

Os horários/turnos são parte da estratégia dos moradores para evitar o público indesejável, este proveniente das periferias. Para muitos moradores o turno vespertino liga-se diretamente à maior presença do público que carrega o estigma de baderna, violência e maus costumes.

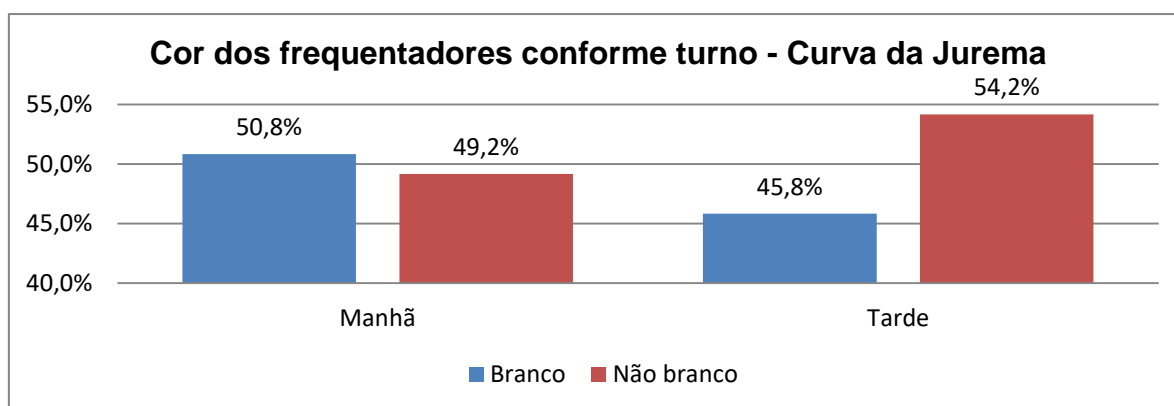
“Pela manhã, o maior número é de famílias, já à tarde ‘fica tenso’, a galera do ‘morrão’ desce, é a molecada.” (Questionário 791, Morador de Gurigica, 46 anos, amarelo).

“O público é diversificado, só que pela manhã você observa mais famílias, a partir das 12h é outro público: é o pessoal da cachaça.” (Questionário 820, Moradora da Praia do Suá, 37 anos, parda).

“Essa praia é frequentada tanto pela elite, quanto pela classe C e D. É heterogênea. Contudo, no final da Curva, concentram-se as pessoas dos bairros mais distantes, por causa dos quiosques e da música”. O galerão (os de ônibus) chegam mais a partir da tarde.” (Questionário 687, Moradora de Santa Helena, 39 anos, parda).

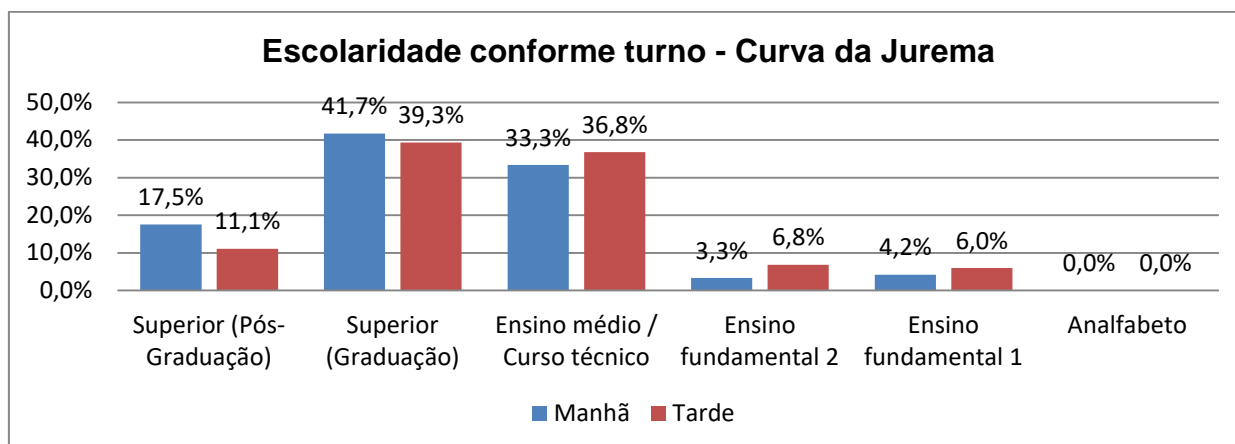
As considerações dos frequentadores sobre os turnos da manhã e tarde podem ser ponderadas por meio da coleta de dados sobre os itens de cor, escolaridade e meio de locomoção.

Gráfico 19 - Cor dos frequentadores conforme turno - Curva da Jurema.



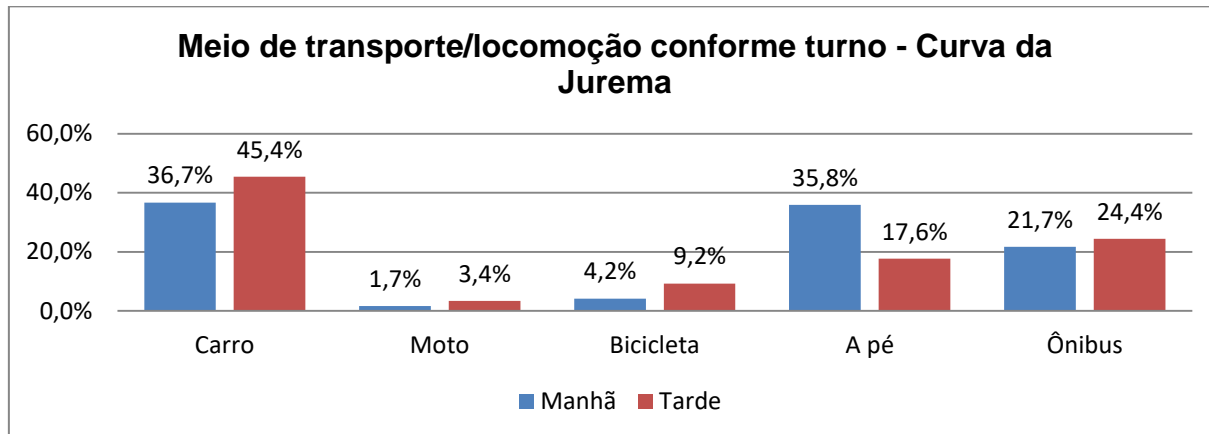
A alteração de turnos, da manhã para a tarde, revelou moderada diminuição de brancos, de 50,8% para 45,8%. Já os não brancos representativamente apresentam um aumento percentual no turno da tarde (54,2%) enquanto no turno da manhã essa proporção é de 49,2%.

Gráfico 20 - Escolaridade conforme turno - Curva da Jurema.



O gráfico 20 revela a modificação do nível de escolaridade na transição da manhã para a tarde, o qual apresenta uma redução por volta de 9% dos frequentadores de curso superior e, conseqüentemente, o aumento do público com nível escolar até o ensino médio.

Gráfico 21 - Meio de transporte/locomoção conforme turno - Curva da Jurema.



A travessia dos turnos da manhã para a tarde demonstra uma brusca redução do deslocamento a pé, enquanto de manhã apresenta uma parcela de 35,8% dos entrevistados, à tarde a taxa cai aproximadamente pela metade, atingindo apenas 17,6%.

Na Curva da Jurema, parte do público proveniente da periferia utiliza as linhas de ônibus e elas também se tornam o ponto de apoio para a distinção entre o público que a frequenta. Os moradores tendem a depreciar os grupos que recorrem a esse

tipo de transporte. *“Há diferença entre as pessoas que vem de carro e ônibus”.* (Questionário 654, Morador da Praia do Canto, 59 anos, branco).

“Os moradores vem mais cedo aqui, após às 12h vem o pessoal de diversos bairros de Cariacica, como Santana, e outros bairros de Vitória, geralmente do Jaburu, São Benedito, Gurigica. Esses bairros estão conectados com diversas linhas de ônibus que percorrem até aqui.” (Questionário 785, Moradora da Praia do Canto, 68 anos, branca).

“De manhã o ambiente é melhor, à tarde, com a chegada das pessoas de ônibus, o ambiente é mais carregado.” (Questionário 677, Moradora da Praia do Canto, 83 anos, branca).

“É tudo muito bagunçado, os farofeiros descem do ônibus e tumultuam toda essa praia. Vou desistir daqui...” (Questionário 836, Morador da Praia do Canto, 63 anos, branco).

Figura 34 - Frequentadores da areia na Curva da Jurema.



Fonte: Monteiro, Rafael. Vitória, 2016.

De acordo com parte dos moradores, a população da periferia, que faz uso do transporte público, traz consigo o mal-estar e descaracteriza o seu ambiente habitual do cotidiano. Conforme os depoimentos, a situação apresenta diferença entre públicos também entre os sábados e domingos. Apesar de que, os dados estatísticos não revelam grandes alterações nos perfis de frequência para os dias em questão. Acreditamos que isso tenha relação com a jornada de trabalho e o perfil profissional de alguns frequentadores, uma vez que, grande parte deles só pode estar presente aos domingos, pois trabalham aos sábados (comércio e prestação de serviços).

“O público é diversificado, de todos os lugares da Região Metropolitana, mas os moradores daqui não estão presentes aos domingos.” (Questionário 729, Morador de Morada de Camburi, 50 anos, branco).

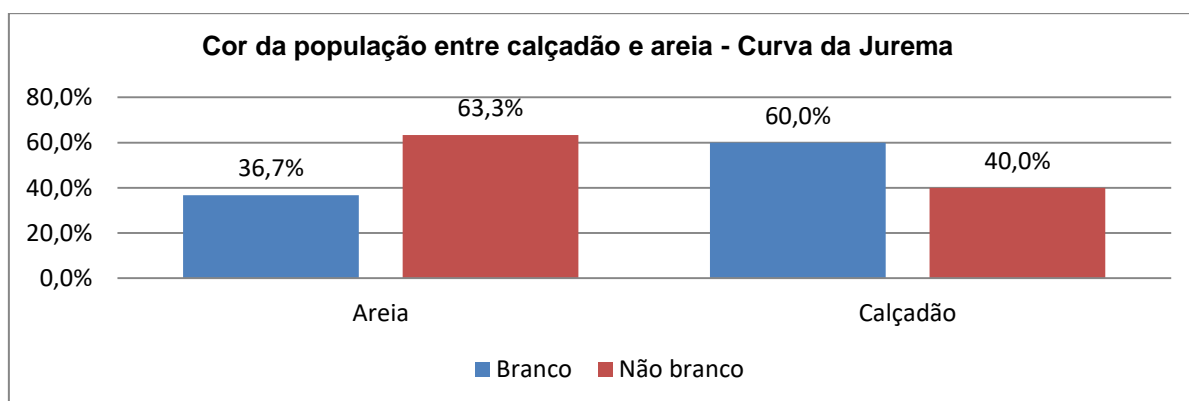
“Público de classe B, C, e D. A classe ‘A’ não frequenta a areia e quando vem não é no domingo. Aos domingos eu vejo muitos forasteiros.” (Questionário 773, Morador da Praia do Canto, 57 anos, branco).

“Nos finais de semana prevalecem os idosos, contudo, a classe média alta só frequenta o calçadão no sábado pela manhã. Já no domingo é o povo em geral, muitas pessoas de ônibus: é o famoso povão. Eu não venho aos domingos. Domingo é dia da muvuca, é dia do isopor”. (Questionário 669, Morador da Mata da Praia, 37 anos, branco).

Apresentado os pontos anteriores, destacamos agora a principal maneira de diferenciação territorial: entre o calçadão e areia. Observamos que o calçadão é a principal área ocupada pelos moradores dos bairros que estão no entorno da praia. Um dos principais significados de ocupar o calçadão reside em não ocupar a areia, uma vez que isso representa isolar-se dos grupos que tomam grande parte do espaço da areia. Assim, os territórios começam a se desenhar conforme uma lógica de segregação socioespacial.

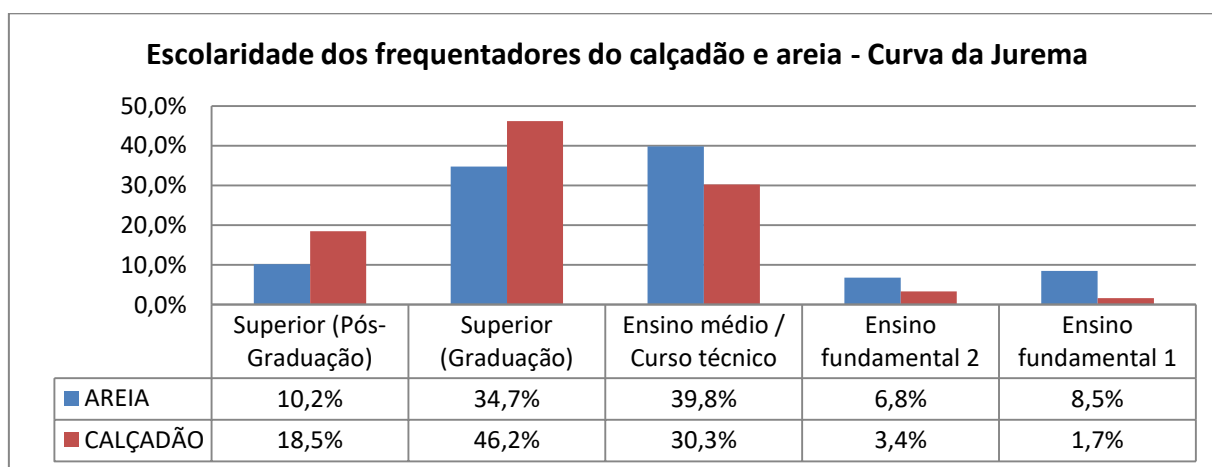
No intuito de compor a análise do processo de territorialização apresentamos alguns dados coletados para nos aproximar dos perfis de frequentadores nas áreas de calçadão e areia, que são:

Gráfico 22 - Cor da população entre calçadão e areia - Curva da Jurema.



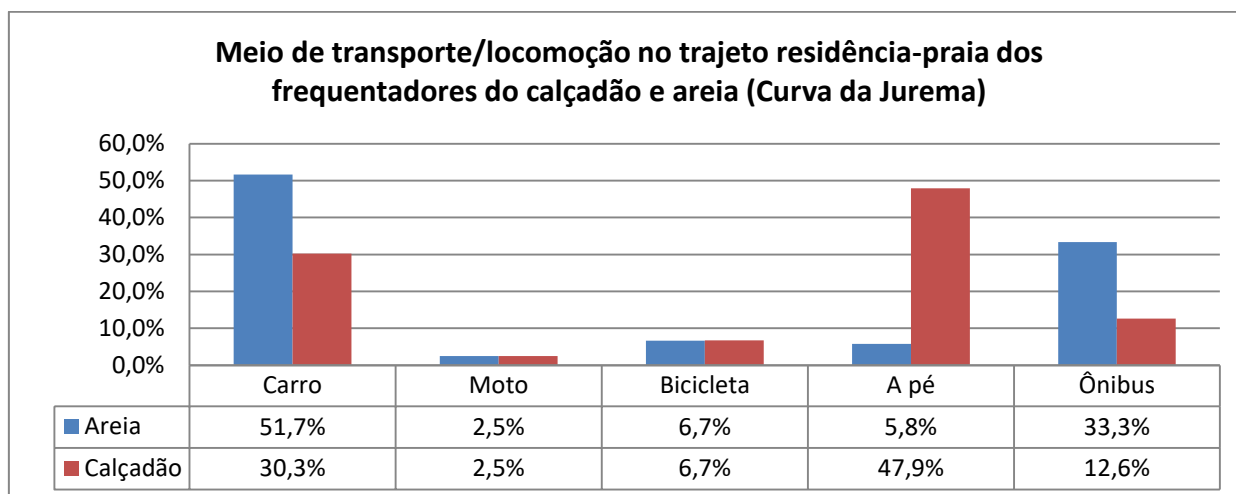
A comparação entre calçadão e areia demonstram uma inversão quanto à distribuição de cor: a areia apresenta maioria de 63,3% de não brancos e restante de 36,7% de brancos, já o calçadão apresenta uma população de 60% de brancos e 40% de não brancos.

Gráfico 23 - Escolaridade dos frequentadores do calçadão e areia - Curva da Jurema.



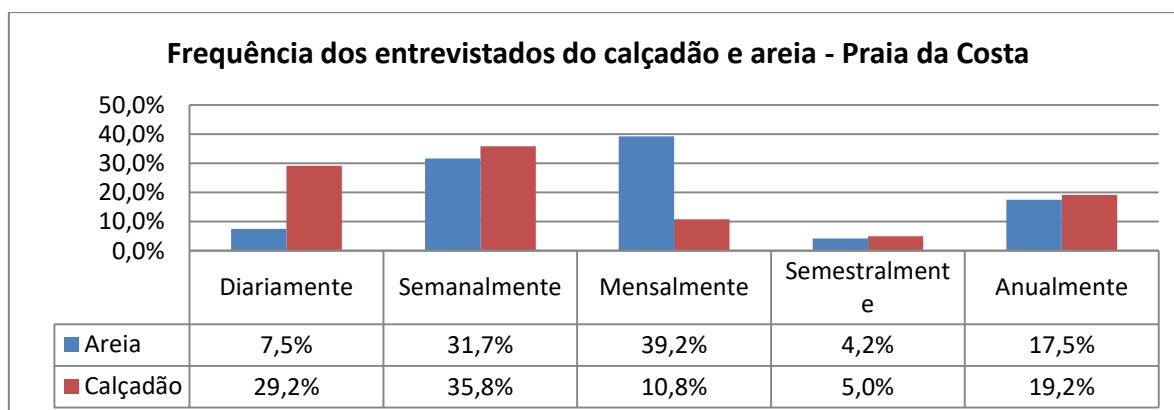
A escolaridade também mostra diferenças entre a população do calçadão e areia. A população da areia com nível superior corresponde a 44,9%, já no calçadão esta porção foi representada por 64,7% de seus entrevistados, expressando uma diferença de aproximadamente 20%. O nível de escolarização até o Ensino Médio é de 55,1% na areia e 35,4% no calçadão.

Gráfico 24 - - Meio de transporte/locomção no trajeto residência-praia dos frequentadores do calçadão e areia (Curva da Jurema).



Para os usuários do calçadão a forma de deslocamento que prevalece é a pé (47,9%), seguida pelo uso do carro (30,3%). Ao que diz respeito à areia existe uma prevalência dos carros (51,7%), seguida do uso do transporte público (33,3%). Moto e bicicleta, somados, apresentam porcentagens iguais de usuários para os dois ambientes (9,2%).

Gráfico 25 - Frequência dos entrevistados do calçadão e areia - Praia da Costa.

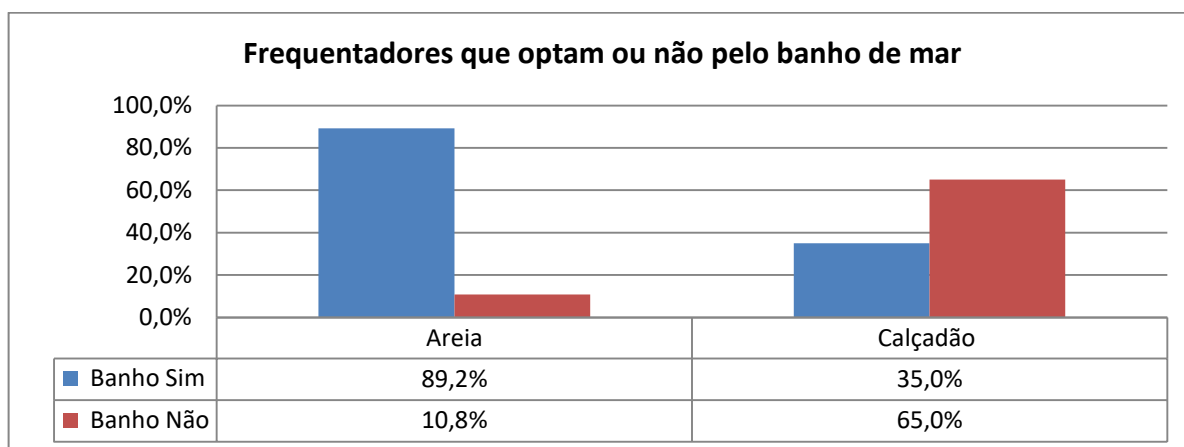


Os frequentadores do calçadão apresentam uma relação cotidiana (diária e semanal) com a praia, enquanto o público da areia tem uma frequência menor de participação (mensal e semanal). Os dados acima mostram numa breve comparação que o calçadão apresenta-se como um espaço marcado por aqueles que podem ter maior proximidade e acesso à praia. Em síntese, é representado por maioria branca,

com mais escolarização, deslocam-se majoritariamente a pé e frequentam a Curva da Jurema mais assiduamente que os ocupantes da areia.

A lógica de auto-segregação dos moradores em relação à areia pode ser ilustrada pelo gráfico abaixo, que demonstra que a grande parcela dos frequentadores do calçadão não aderem ao banho de mar na Curva da Jurema.

Gráfico 26 - Frequentadores que optam ou não pelo banho de mar.



Ao analisarmos o quesito banho de mar nos dois ambientes em questão, percebemos que 35% do calçadão afirma realizar tal prática, enquanto 65% opta por nunca entrar na água. Já na areia a opção pelo banho é muito superior atingindo 89% dos frequentadores, somente 8,2% diz não entrar na água. As justificativas mencionadas pelos entrevistados que não tomam banho de mar são, majoritariamente, relativas a má qualidade da água e ao tipo de público que costuma ir aos finais de semana.

“O público elitizado não entra no mar”. (questionário 833, morador da Praia do Suá, 48 anos, branco).

Os moradores dos bairros mais valorizados se reconhecem como um grupo que se estabelece exclusivamente no calçadão, enquanto os moradores dos bairros mais periféricos encontram-se na areia, justamente porque essa é a forma mais tradicional de uso desse ambiente. Podemos considerar que essa diferença do uso do espaço, de forma muito ampla pelos moradores das proximidades e a limitação dos outros usuários da areia esteja forçosamente ligado ao processo de alteridade e acessibilidade, estes intermediados pela acumulação desigual de capitais

(educacional, renda, cultural, etc.). Certas práticas não são reconhecidas por parcelas da sociedade por simplesmente não exercerem aquela atividade ou porque não possuem acesso material ou educacional para desempenhá-las.

“As pessoas que moram aqui estão no calçadão, já as pessoas de outros bairros, estão na areia.” (Questionário 664, Moradora da Praia do Canto, 26 anos, branca).

“Classe baixa na areia e no calçadão são moradores.” (Questionário 834, Moradora da Praia do Canto, 28 anos, branca).

“O pessoal que caminha é residente e o pessoal da areia é o público da periferia.” (Questionário 790, Moradora da Praia do Canto, 53 anos, branca).

Figura 35 - Quiosques Sofisticados e área do Calçadão na Curva da Jurema.



Fonte: Monteiro, Rafael. Vitória, 2016.

Mesmo havendo diversos fatores a serem considerados para o processo de formação dos territórios, a renda apresenta-se como fator preponderante na

estratificação da praia, principalmente quando analisamos o perfil de consumo dos frequentadores. Enquanto uns podem escolher entre todos os quiosques, mais sofisticados, outra parcela frequenta os mais simples, outro grupo, diante de sua renda, limita-se ao uso do isopor.

Figura 36 - "Dia do isopor": marmitex e comida trazida de casa é uma prática comum dos frequentadores da areia.



Fonte: Monteiro, Rafael. Vitória, 2016.

“Rapaz, aqui na Curva é o seguinte: daqui pra cá (quiosque lombinho até o Pinguim e Pescador) é o ‘Leblon’ e daqui pra lá seria a ‘Baixada Fluminense’, ‘Faixa de Gaza’...” (Questionário 788, Moradora da Praia do Canto, 68 anos, branca).

“Do Lobinho até o final da praia é classe mais alta e do outro lado são as pessoas mais humildes.” (Questionário 798, Moradora de São Cristóvão, 51 anos, parda).

“Quiosques muito caros impedem o povão. a areia é completamente baixo astral, mistura total.” (Questionário 786, Morador da Ilha do Boi, 60 anos, branco).

Os quiosques se hierarquizam entre os mais *gourmets*, com música ao vivo e serviços mais caros (Lobinho, Spetacollo, Marlim Azul, Jurema Beach Bar, Chopp Brhama, Alemão e o Pinguim e Pescador) e os quiosques muito mais simples que fornecem um cardápio mais acessível e música alta no ambiente (Lauri Mar, Amaromar, Rango's, Flor do Caribe, Dois Irmãos, Uruguai e Praia do Carangueijo). Seus respectivos públicos se diferenciam pela chegada, enquanto os clientes dos quiosques mais badalados seguem com destino pré-estabelecido (do estacionamento ao quiosque), os quiosques mais simplórios utilizam seus funcionários para fazer abordagem aos potenciais clientes, que estão circulando no calçadão ou areia.

“A praia tem diferenças sociais por ser um ambiente ‘democrático’ (*frase dita em tom depreciativo pelo entrevistado*). Existe uma divisão da praia entre os quiosques que criam as fronteiras entre a população de alta e baixa renda.” (Questionário 656, Moradora de Fradinhos, 69 anos, branca).

“[...] Nos 3 primeiros quiosques são as pessoas mais civilizadas, depois você só encontra a ralé, o povão.” (Questionário 668, Morador da Ilha do Boi, 76 anos, branco).

Antigamente isso aqui era farofada, mas a reforma dos quiosques e a melhora de infraestrutura tá mudando o perfil dos frequentadores para famílias. Isso aqui (farofeiros) tem prazo de validade.” (Questionário 946, Morador de Jardim da Penha, 35 anos, branco).

A Curva da Jurema tem anexada à sua infraestrutura a Praça dos Desejos, que oferta um largo calçadão, onde ficam ambulantes vendendo comidas e bebidas, que se instalam próximos aos equipamentos de lazer de livre uso, como a Praça da Ciência, quadras esportivas e um campo de futebol gramado. Já próximo ao píer instala-se um armazém de barcos de fibra, pranchas, regatas e canoas sob domínio de instrutores particulares, que ofertam cursos de navegação e aluguéis dos equipamentos.

“O público apresenta diferença social. Perto das barracas encontra-se o pessoal mais pobre. O meio da praia é o local aonde as pessoas praticam esporte.” (Questionário 674, Moradora da Praia da Costa, 57 anos, parda).

“A praia é dividida em três partes. Nos quiosques as pessoas vão para beber e ouvir música, no meio da praia ficam os esportistas e as famílias, em direção ao Iate Clube se localiza a elite.” (Questionário 675, Moradora do Centro de Vitória, 27 anos, parda).

A composição estrutural do calçadão, no âmbito da Praça dos Desejos, também fundamenta as diferenciações quanto aos territórios. Os equipamentos de uso livre são utilizados por pessoas de diversas partes da cidade, normalmente um público de menor renda. A distinção se dá quando colocamos em paralelo a área náutica, que exige do usuário conhecimento/habilidade, adquirido por meio de curso pago, e uma condição financeira que possa arcar com o aluguel dos equipamentos. A areia em frente à escola náutica se diferencia particularmente por este tipo de público.

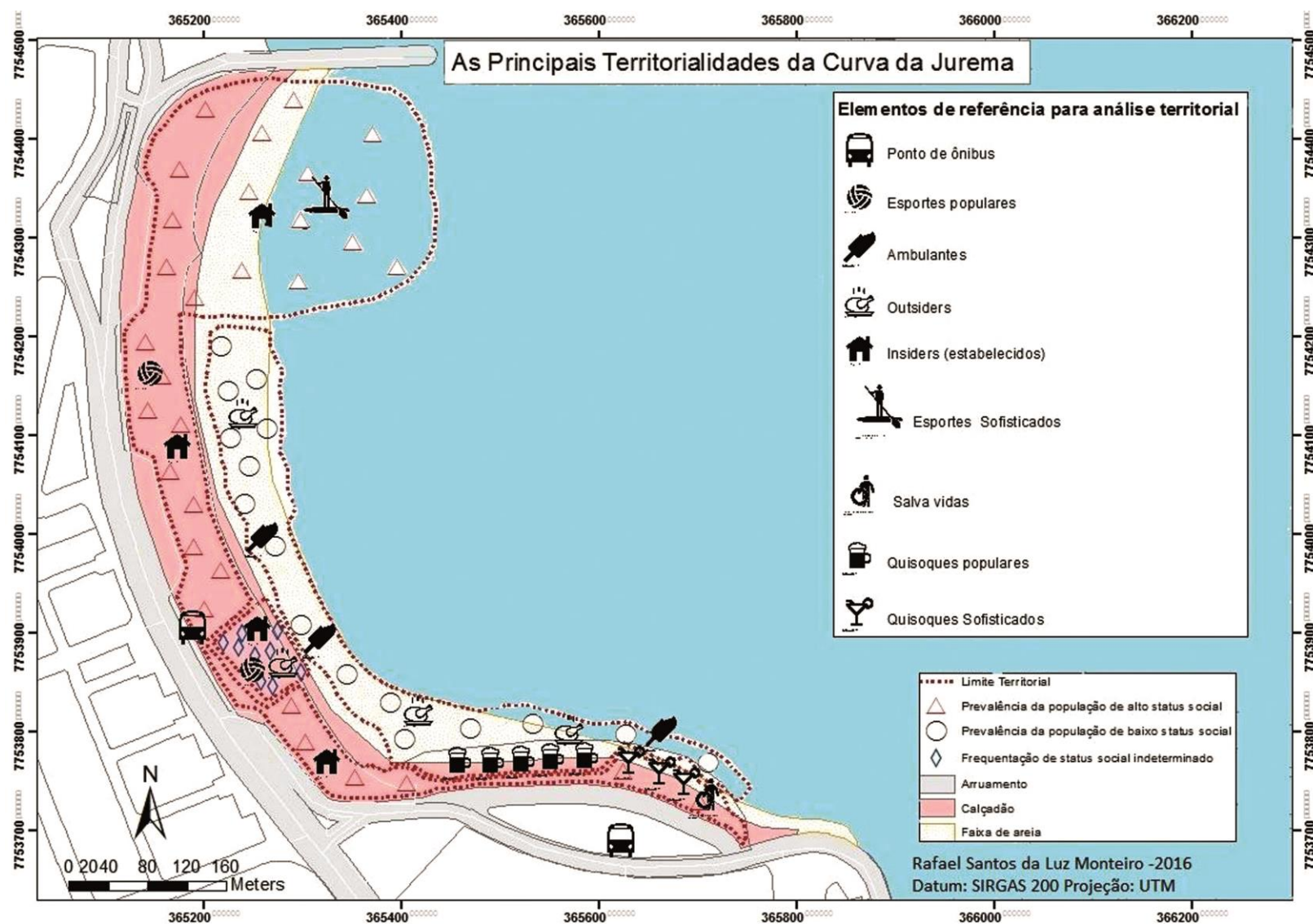
Figura 37 - Escola Náutica, Armazém, ocupação na areia e área de navegação.



Fonte: Monteiro, Rafael. Vitória, 2016.

A seguir apresentaremos as territorialidades da Curva da Jurema através da produção cartográfica, que nos possibilitará uma melhor espacialização dos dados apresentados acima e o comportamento dinâmicos dos territórios neste ambiente.

Figura 38 – As Principais Territorialidades da Praia da Curva da Jurema



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades de Vitória e Vila Velha sofreram grandes transformações urbanas nos últimos 40 anos, que envolvem intimamente o litoral e o modo de vida da população da RMGV. Todas as praias pesquisadas aqui passaram por uma rápida apropriação urbana, esta agenciada pelo mercado imobiliário, que por meio do processo de segregação residencial estruturou a expansão no entorno das praias que compôs os atuais bairros “nobres” ou valorizados nesses dois municípios.

Na segunda metade do século XX, as cidades litorâneas brasileiras tem sua urbanização impulsionada pela característica singular da proximidade com o oceano. Nesse movimento da produção capitalista do espaço, a administração pública foi grande interventora na estruturação dos espaços públicos, embelezamento da paisagem e benefícios relacionados à moradia que, conseqüentemente, alavancou a desigualdade espacial acerca da disponibilização de equipamentos e serviços à população. A reinvenção da orla nos municípios pesquisados, que antes limitavam-se a atividades portuárias, agora implanta uma vida litorânea, de certa maneira, à imagem e semelhança ao modelo implementado pelo Rio de Janeiro. O modo de vida, em grande parte vendido pelo *lobby* das incorporadoras, ambiciona a praia como espaço de lazer. O edifício à beira-mar, o calçadão e a praia, simbolizam os polos de valorização imobiliária em Vitória e Vila Velha.

Por outro lado, essas cidades também são concebidas por uma população de realidade e histórico completamente diferentes. Ao longo do processo de modernização econômica da atual RMGV, muitos migraram em condições precárias de vida e não tinham capacitação profissional para serem absorvidos pelas empresas. Essa mesma população teve que arcar com grande parte da estrutura do seu entorno, aprender a construir suas próprias casas em áreas de risco e fragilidade ambiental. O tempo livre muitas vezes ficava restrito para dar continuidade à construção da moradia, um processo que quase nunca termina por conta da restrição de renda para compra de materiais e contratação de serviços. Portanto, nesse caso nos deparamos com uma população que passa grande parte

do tempo seguindo a lógica da sobrevivência (trabalho), desse modo, muito lentamente, educação e lazer são incorporados às suas vidas.

A praia se instaura como um espaço do cotidiano, principalmente, para quem vive próximo. Por isso, nos dias úteis, esse espaço público é majoritariamente ocupado pelos moradores de entorno, que estabelecem uma relação territorial praticamente exclusiva nesse período. No entanto, a dinâmica territorial, corresponde a uma relação intrínseca entre a sociedade e o espaço-tempo, que se alteram conforme outras organizações estabelecidas nos feriados, finais de semana e na sazonalidade do verão.

O tempo livre da população é determinado pela lógica da jornada de trabalho, esta que nega o ócio. O tempo para o lazer na praia, além disso, depende intrinsecamente da possibilidade de deslocamento, distância da residência e da renda. Portanto, esse contexto é compartilhado entre diversas cidades litorâneas brasileiras, o qual apresenta um privilégio para uma parcela reduzida da população que vive no entorno imediato da praia.

Nessa pesquisa foi constatado em todas as praias (Praia da Costa, Itapoã, Camburi e Curva da Jurema) que a praia está mais próxima – este termo principalmente refere-se à distância social - das classes de maior renda e estudo. Por conseguinte, o significado desse espaço público acaba tendo usos e sentidos distintos para as parcelas da população que vivem na praia cotidianamente, contrastando das que estão à maior distância.

Em relação aos meios de locomoção podemos destacar o carro e o deslocamento a pé como preponderantes, denotam a maior incidência de pessoas que podem arcar com automóvel e/ou valorização do metro quadrado da proximidade com a praia. A população que recorre ao ônibus apresentou maior representatividade na Praia da Costa e Curva da Jurema e esse fator teve impacto direto na ordenação socioterritorial da praia e no discurso dos frequentadores acerca de quem utiliza especificamente este tipo de transporte.

Para os moradores do entorno, participantes de uma realidade cotidiana na praia, o ônibus representa a chegada de uma parcela da população que ameaça o modelo de vida urbana, esta já estabelecida segundo a idealização do mercado imobiliário e do turismo, sob a ótica do *marketing*, que privilegia a orla em detrimento do restante da cidade. A cidade, mais especificamente “a rua” ou a praia, está impregnada da noção de propriedade, além do seu sentido estrito, mas principalmente do seu significado, enquanto constituinte dos processos de territorialização, que configuram a seleção e apropriação seletiva dos espaços públicos.

A discussão desse trabalho, focada aos finais de semana do verão, pode visualizar o período em que o espaço público da praia recebe a maior quantidade e variação de frequentadores, o que implica uma reordenação territorial do seu interior, pois ao longo do ano, como muitos moradores do entorno declararam, vivem um ambiente quase exclusivo. Todavia, nesse período em questão, a grande massa de pessoas, provenientes de diversas partes da cidade, provoca neste espaço a produção de territórios como estratégia de compartimentação e segregação segundo a lógica de inclusão/exclusão e/ou presença/ausência.

O território para manter-se estabelecido precisa de um esforço constante e estratégico de seus agentes, essa manutenção é intermediada ininterruptamente por meio de relações, tanto nas dimensões de seu interior quanto nas de seu exterior. No presente caso avaliado, tais processos se deram por intermédio dos estigmas, fofocas e iconificações que eram proferidos pelos diversos grupos de frequentadores enquanto eram entrevistados. A fofoca é um mecanismo simples de controle (baseado em estereótipos), que se reverbera de forma complexa e estrutura a sociedade eficazmente.

A compartimentação e segregação territorial nas praias se estruturaram segundo uma visibilidade que permanece sendo controlada pelo estigma. Há um direcionamento do público que se re-ordena em territórios conforme o que constantemente é propagado. A força desse mecanismo é tão grande que parte dos turistas já entendia e compartilhava das ideias locais sobre os diferentes grupos que estratificam socioterritorialmente a praia. Evitar o indesejável passa por meio dessa comunicação, que embora pobre, é eficiente.

A partir das territorialidades na praia podemos avaliar a trama de poderes que dirigem processos para um grupo. A população de baixa renda e vinda de diversas partes da cidade, carece de articulação interna e, além de serem estigmatizados, assumem as condições que lhe são atribuídas. A “turma da bagunça”, “farofada”, etc, acabam se tornando termos de uso para definir a si mesmo.

O estranhamento entre os frequentadores decorre de um longo processo, que se funda na discrepância de realidades: a dos moradores do entorno que, passado gerações, compartilham um tradicional código de regras e etiqueta para exercer a convivência e, em contrapartida, a do distanciamento que grande parte da população apresenta em relação ao ambiente da praia, a qual compõe um grupo de regras mais flexíveis.

A tentativa de controle e exclusão é um sintoma próprio das relações de poder que se traduzem nas apropriações territoriais da praia. No entanto, por mais que esse espaço seja hierarquizado e fragmentado, ainda existe a resistência dos grupos tidos como *outsiders*, que mesmo diante de tal contexto, continuam a frequentar a praia e exercem o lazer de forma mais genuína e solidária, sem perder o bom humor, este como um mecanismo da obstinação de uma população que vive sempre numa condição de resistência, torna-se um humor resiliente.

De todo modo, essa pesquisa sobre os territórios da praia limitou-se ao público que, mesmo diante de todas as limitações, pode ainda estar presente. Isso porque entendemos que grande parte da população da periferia não tem sequer os recursos mínimos que garantam a prática do lazer nos espaços públicos.

Por mais que as avaliações acusem a divergência e estratégias de exclusão territorial, a praia ainda permanece como local do encontro, onde também parte das pessoas, até mesmo as que estão na condição de moradores, acreditam no aspecto positivo do caráter democrático e diverso que esse espaço público oferece. Dessa forma, devemos chamar atenção quanto aos processos territoriais aqui descritos, pois a realidade é complexa, coube avaliar um contexto hegemônico no ambiente de praia, que para alguns nem mesmo é percebido.

A rua para Lefebvre (1999), em paralelo com a praia, nosso objeto de estudo, se constitui pela dualidade, ou seja, ora se define pelos processos da negação, ora em favorecimento do espaço público. A praia, assim como a rua, é a efervescência imediata do urbano, transmuta-se em local da possibilidade, da ação, do imprevisto, da comunhão e do conflito.

Portanto, apesar da determinação de uma realidade de produção capitalista, em que o espaço e até o pensamento são capturados, o ser humano ainda continua a escrever a história, refazer suas práticas e pensar alternativas para um direcionamento do “novo”, para a esperança de uma justiça espacial e direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Tradução, Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOUDOU, Jean-Louis. Em Favor da Talassografia. GEOGRAFARES, Vitória, no 2, jun. 2001.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. Transformações da Construção Imobiliária em Vitória e Vila Velha. In: VIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 1999, Porto Alegre. Anais do VIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 1999.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira; GONÇALVES, Thalimar Matias. Produção do espaço urbano da Serra-Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária. Revista Mercator, v. 8, n. 17, p. 69 a 78, 2009.
- CAMPOS, Heleniza Ávila. Permanências e mudanças no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras: o caso das territorialidades do sexo na área central do recife. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, pp. 25-43, jul./dez., 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial. – São Paulo: Contexto, 2011.
- CLAVAL, Paul. O Território na transição Pós-Modernidade GEOgraphia, Vol. 1, No 2, p. 7 – 26 pg., - 1999.
- CELANTE, Suelem S. A.. Gentrificação: impactos do mercado imobiliário sobre a colônia de pescadores de ITAPOÃ – VILA VELHA – ES. – 2014.
- DANTAS, EWC; PEREIRA, A. Q.; PANIZZA, A. C. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. In: CIDADES: Revista científica. Vol. 5, nº 8. 2008. ISSN – 1679-3625
- ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade; tradução, Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ESPÍRITO SANTO. Instituto Jones Santos Neves. Plano Emergencial de Habitação - Grande Vitória. – 1987.
- _____. Instituto Jones Santos Neves. Plano de transportes coletivos da Grande Vitória – Transcol-GV. Diagnóstico da situação atual – uso e ocupação do solo (versão preliminar). – 1983.
- FREIRE, Ana Lucy Oliveira; SARTÓRIO, Fernando Domingos Vieira. Urbanização e lazer: aspectos do processo histórico da criação de espaços públicos em VITÓRIA, ES. Geografares, [S.l.], p. 42-57, jul. 2015. ISSN 2175-3709.
- GARCIA, Daniele Goldner. Desafios da expansão urbana em áreas ambientalmente frágeis: o entorno da Rodovia Darly Santos-Vila Velha, ES . – 2013.

GOFFMAN, Erving, Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos; tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Eduardo Rodrigues. A Geografia da Verticalização Litorânea em Vitória: o bairro Praia do Canto. – Vitória: GSA / PMV, 2009. 268 p. ISBN 978-85-89858-55-7.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade / Paulo Cesar da Costa Gomes – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. In: Revista Território, nº2, vol.1 – Jan-Jun. 1997. Laget: UFRJ, pp.43-62, 1997.

_____. Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: Olhares Geográficos: modos de viver o espaço/ Organizadores Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidades. – 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b.

_____. Territórios alternativos. – 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2012a.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana / David Harvey; tradução Jeferson Camargo. ed. São Paulo: Martins, 2014.

LEFEBVRE, Henri. "A revolução urbana." Tradução de Sérgio Martins. Editora UFMG. Belo Horizonte - 1999.

MENDONÇA, Eneida. A reinvenção da orla como ambiente urbano em Vitória – ES. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

_____. Evolução do processo de verticalização das construções em Vitória (ES). XII ENA Belém - maio 2007. ISBN: 978-85-7143-059-4.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. - São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

MOREIRA, Elizete da Neiva. Valorização imobiliária e reconfiguração socioespacial do Bairro Glória, Vila Velha/ES, - 2015.

MORRISON, ALLEN. The Tramways of Brazil. A 130 Year Survey. Bonde Press, New York, -1989.

NETO, Jaime Bernardo. Mercado Imobiliário e Produção do Espaço Urbano: a expansão dos empreendimentos imobiliários na orla de Vila Velha/ES a partir dos anos 80. Revista Geografares, nº10, p.99-127, Março, 2012.

NETO, Nécio Turra. Microterritorialidades nas cidades: uma introdução à temática. *Revista Cidades*, Vol. 10, No 17, - 2013.

OLIVEIRA, Márcio, Piñon de. Para compreender o “Leviatã Urbano” – a cidadania como nexos político territorial. In: *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* / Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores) – 1. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Geografia, globalização e cidadania, *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.155-164, 2000.

_____. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. *GEOgraphia* – Ano 1 – nº - 1999.

_____. Cidadania no Brasil: Elementos para uma Análise Geográfica. *GEOgraphia*, América do Norte, 3, set. 2009. Acesso em: 02 Set. 2015. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/64/62>.

_____. Cidadania no Brasil: Elementos para uma análise geográfica. *GEOgraphia*, Vol. 3, Nº6, 2001.

RAMIRES, J. C.; GOMES, E. R. Verticalização litorânea: uma análise preliminar. *Geografares*, Vitória, nº 3, Jun. 2002.

RAMOS, D. R. A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do es. Vitória - 2009.

_____. O litoral como mercadoria: o consumo das praias na estratégia do capital. *CULTUR*, ano 04 - nº 01 - Janeiro/2010.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão, emoção / Milton Santos. – 4. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. – (coleção Milton Santos; 1).

_____. O espaço do cidadão / Milton Santos. – 7. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: *A cidade contemporânea: segregação espacial* / Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaui (orgs). – São Paulo: Contexto, 2013a.

_____. Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004.

_____. Por uma geografia das representações sociais. *OLAM - Ciência & Tecnologia Rio Claro/SP, Brasil* Vol. 5 No 1 Pag. 220 Maio / 2005 - ISSN 1519-8693

_____. Microterritórios e Segregação no Espaço Público da Cidade Contemporânea. *Revista Cidades*. Vol. 10, Nº17, 2013b.

_____. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

SINDUSCON-ES; ESPÍRITO SANTO. Instituto Jones Santos Neves. Censo Imobiliário, maio de 2015.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 4 ISSN: 1807-6971

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento." In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel: FAPESP. Lincoln Institute, 2002.

ZANFORLIN, Sofia. Novas dinâmicas do espaço público: Consumo Cultural, Mídia e Mercado Sobem ao Palco da Praia de Copacabana. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, p. 121-134, julho/dezembro 2009.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. Geofilosofia e Geopolítica em Mil Platôs: 0. ed. Vitória: EDUFES, 2014.